

EXTRAMUROS

REVISTA DE EXTENSÃO DA UNIVASF

UNVASF
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
VALLE DO SAO FRANCISCO

Proex
PRÓ-REITORIA DE
EXTENSÃO

Volume 1, número 2 | ago./dez.2013

EXTRAMUROS

REVISTA DE EXTENSÃO DA UNIVASF

Volume 1, número 2 | ago./dez.2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO
SÃO FRANCISCO**

Reitor

PROF. DR. JULIANELI TOLENTINO DE LIMA

Vice-Reitor

PROF. DR. PROF. DR. TÉLIO NOBRE LEITE

Pró-Reitora de Extensão

PROF. DRA. LUCIA MARISY SOUZA RIBEIRO DE OLIVEIRA

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

PROF. DR. HELINANDO PEQUENO DE OLIVEIRA

Pró-Reitor de Ensino

PROF. DR. LEONARDO RODRIGUES SAMPAIO

Pró-Reitora de Assistência Estudantil

ASSISTENTE SOCIAL ISABEL CRISTINA SAMPAIO ANGELIM

Pró-Reitor de Orçamento e Gestão

PROF. DR. ANTÔNIO PIRES CRISÓSTOMO

**Pró-Reitor de Planejamento e
Desenvolvimento Institucional**

PROF. ME. JOSÉ RAIMUNDO CORDEIRO NETO

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

Pró-Reitora de Extensão

PROF. DRA. LUCIA MARISY SOUZA RIBEIRO DE OLIVEIRA

Diretor de Extensão

PROF. DR. WAGNER PEREIRA FÉLIX

Diretor de Arte, Cultura e Ação Comunitária

PROF. ME. EURICLÉSIO BARRETO SODRÉ

Diretor do Espaço Ciência e Cultura

PROF. DR. MILITÃO FIGUEREDO

Técnico do Espaço Ciência e Cultura

ROGER FAZOLLO - BIÓLOGO

Assistente em Administração – Gabinete da Pró-Reitoria

EDILÚCIA BARROS DA SILVA

Assessora da Pró-Reitoria

JACKELINE FERREIRA GOMES

Assistente de Apoio às Atividades de Estágio

MARIANA FILGUEIRAS VIEIRA

Assistente de Apoio às Atividades de Extensão

RUTH MORAIS NUNES DE AMORIM

Auxiliar Administrativo

EDILENE GOMES

Estagiários – Coordenação de Estágio

EDUARDO NEVES ROCHA DE BRITO

MARCEL CARVALHO MARQUES

Estagiários – Diretoria de Extensão

BRUNA SANTOS SIQUEIRA – Cursos de Idiomas

GRAZIELE ÁQUILA DE SOUZA BRANDÃO – Ligas Acadêmicas

ROMULLO ABIZAIR AMÂNCIO DOS SANTOS

Estagiários – Diretoria de Arte

BRUCE WAGNER AMORIM PEREIRA

CAROLINE MOREIRA BACURAU

DÁRIO PEIXOTO WANDERLEY JÚNIOR

RODRIGO GOMES WANDERLEY

COMISSÃO EDITORIAL

Editor Responsável

PROF. DR. FULVIO TORRES FLORES

Editores de Layout

PROF. ESP. CECILIO RICARDO DE CARVALHO BASTOS

CONSELHO EDITORIAL

PROFA. DRA. DARIZY FLÁVIA VASCONCELOS

UFBA - Universidade Federal da Bahia

PROFA. DRA. FABIANE PIANOWSKI

UNIVASF - Universidade Federal do Vale do São Francisco

PROF. DR. FRANCISCO ROBERTO CAPORAL

UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco

PROFA. DRA. GHISLAINE DUQUE

UNIVASF - Universidade Federal do Vale do São Francisco

PROFA. DRA. GISELE GIANDONI WOLKOFF

UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

PROF. DR. DR. H. C. HANS-JOACHIM APPELL CORIOLANO

DSHS - Deutsche Sporthochschule Köln

PROFA. DRA. HOSANA DOS SANTOS SILVA

UNIFESP - Universidade Federal do Estado de São Paulo

PROFA. DRA. JOSEFA SALETE BARBOSA CAVALCANTE

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

PROF. DRA. LUCIA MARISY SOUZA RIBEIRO DE OLIVEIRA

UNIVASF - Universidade Federal do Vale do São Francisco

PROFA. DRA. MARCIA BENTO MOREIRA

UNIVASF - Universidade Federal do Vale do São Francisco

PROFA. DRA. SIMONE MALAGUTI

LMU - Ludwig-Maximilians-Universität München

PARECERISTAS

v. 1, n. 2, ago./dez. 2013

Prof. Me. Alexandre Franca Barreto (UNIVASF)
Profa. Dra. Ana Carla Cividanes Furlan Scarin (USP)
Profa. Dra. Aline Rodrigues Barbosa (UFSC)
Profa. Ma. Audimar de Sousa Alves (UNIVASF)
Prof. Dr. Daniel Botelho (Univ. Católica de Pelotas)
Profa. Dra. Elza Fátima Rosa Veloso (FMU-SP)
Profa. Dra. Fabiane Pianowski (UNIVASF)
Profa. Dra. Fan Hui Hen (Instituto Butantan)
Prof. Dr. Fulvio Torres Flores (UNIVASF)
Profa. Ma. Gabriela Maria Lisboa Pinheiro (PM-Pouso Alegre)
Profa. Dra. Gisele Giandoni Wolkoff (UTFPR)
Profa. Dra. Gisele Pereira (UFPel)
Profa. Dra. Graziela Maria Lisboa Pinheiro (ONG-Sapucai)
Profa. Dra. Hosana dos Santos Silva (UNIFESP)
Procuradora Joaile Guimarães Verdugo (PGE-PE)
Profa. Dra. Karla Patricia de Oliveira Luna (UEPB)
Profa. Ma. Lara Elena Gomes (UNIVASF)
Prof. Dr. Marcelo de Maio Nascimento (UNIVASF)
Profa. Dra. Marcia Bento Moreira (UNIVASF)
Profa. Ma. Mari Sugai (UNP)
Profa. Ma. Maria das Graças Cleophas Porto (UNIVASF)
Profa. Ma. Natalia Telega-Soares (Univ.Nova de Lisboa)
Profa. Dra. Regina Magna Bonifácio de Araújo (UFOP)
Prof. Me. Sérgio Paes de Barros (UTFPR)
Profa. Dra. Simone Malaguti (Ludwig-Maximilians University)
Prof. Dra. Sônia Maria Kohler Dias (UNIVALI)
Prof. Me. Victor Emmanuell Fernandes A. dos Santos (UNIVASF)
Defensor Wagner Araújo Neto (DPU)
Prof. Me. Wayner Tristão Gonçalves (UNIVASF)
Profa. Dra. Zuzanna Sanches (Univ. Lisboa/FCT)

Todos os textos e suas imagens, assim como a revisão, são de responsabilidade dos autores.

É permitida a reprodução parcial das informações publicadas, desde que seja citada a fonte.

Universidade Federal do Vale do São Francisco
Pró-Reitoria de Extensão

EXTRAMUROS – Revista de Extensão da UNIVASF.
Petrolina-PE.
Pró-Reitoria de Extensão
Vol. 1, n. 2 (ago./dez.-2013)
154 p.
Semestral
ISSN 2318-3640
1. Extensão. 2. Universidade. 3. Revista.
I. Título

SUMÁRIO

EDITORIAL <i>Prof. Dr. Fulvio Torres Flores</i>	7
PALAVRA DA ARTISTA <i>Profa. Dra. Clarissa Campello Ramos</i>	10
RELATOS	11
Reconhecimento, prevenção e procedimentos em caso de acidentes ofídicos: capacitando moradores de comunidades rurais através de ações de extensão universitária <i>Rafael Damasceno Fernandes Coelho, Ana Paula Gomes Tavares, Fábio Miranda Walker, Isis Cristina Urias, Kariny de Souza, Luciano Modesto Nascimento Menezes, Luis Fernando Bezerra Ramos, Michelle de Souza Brito, Paulo Maurício Almeida Guimarães Reis, Samylla Karen Coelho Evangelista, Leonardo Barros Ribeiro</i>	12
Experiência extensionista de membros da Liga Acadêmica de Diabetes e Metabologia <i>Maysa Campos Mota, Walquiria Vieira de Abreu, Carolina Santos Gonçalves, Taynara Meiga Fernandes, Polyana Oliveira Santos, Franciely Pabline Santana Barbosa</i>	22
Abordagem interdisciplinar no tratamento do diabetes mellitus tipo 2: da teoria à prática <i>Mônica Barros Costa, Antonio Paulo André de Castro</i>	30
Práticas interdisciplinares para a promoção da saúde e prevenção de doenças crônicas em escolares: descrição da intervenção educacional para a promoção da atividade física <i>Júlio Brugnara Mello, Gabriel Gustavo Bergmann</i>	38
Ressignificar o cuidado hospitalar na perspectiva da humanização: desvelando uma experiência vivenciada <i>Denise Consuelo Moser, Eleine Maestri, Keli Marocco, Ariane Stieven, Tiago Labres</i>	46
Noções de biossegurança e ergonomia no trabalho: uma proposta de educação em saúde para manicures e pedicures de Diamantina, Minas Gerais <i>Cláudia Aparecida Fernandes Cordeiro, Ana Paula Azevedo Hemmi, Gabriela de Cássia Ribeiro</i>	53
O Projeto Cine Mercúrio em Diamantina – Relato de uma experiência <i>Alan Faber do Nascimento, Amanda Valiengo, Elisa de Campos Borges, Juliana Helena Gomes Leal, Lilian Simone Godoy Fonseca, Rebecca Pedroso Monteiro</i>	61
Da janela: um relato de experiência sobre a foto artístico-informativa no jornal-mural O Expresso <i>Laene Mucci Daniel, Jéssica Silva</i>	71
A dança e a formação da criança: algumas reflexões sobre a experiência na Vila Educacional de Meninas <i>José Rafael Madureira</i>	77

Participação de monitores em um curso de extensão em língua inglesa: contribuições para o desenvolvimento de habilidades comunicativas e interpessoais de futuros engenheiros <i>André Pereira Feitosa, Maria Elizabete Villela Santiago</i>	85
Programa Mulheres Mil em Arraial do Cabo: extensão e inclusão com base na sustentabilidade <i>João Gilberto Carvalho</i>	92
ARTIGOS	100
Projeto Hidroginástica para a Saúde: seus primeiros anos <i>Rodrigo Gustavo da Silva Carvalho, Lara Elena Gomes, Francklin Cristiano Vidal de Araújo, Leonam de Freitas Barbosa</i>	101
Intersecção entre psicanálise e atendimento público: o atendimento psicológico aos adolescentes do CEPEA/UFG <i>Marcela França de Almeida, Fernanda Almeida, Jaquelyne Rosatto, Laiury Silva, Mariah Guerra, Marialice Segatto, Kézia Santos</i>	110
Perspectivas do Projeto Gestão Responsável do Turismo no Circuito Turístico do Parque Nacional da Serra do Cipó/Minas Gerais <i>Ana Paula Guimarães Santos de Oliveira, Joyce Kimarce do Carmo Pereira, Keila de Freitas da Silva, Natane Vieira Lockmann, Sílvia da Costa Silva</i>	123
Redação técnica do boletim de atendimento: resultados do curso de extensão para o serviço voluntário de resgate <i>Renata dos Santos, Maria Elizabete Villela Santiago</i>	139
CHAMADA DE TEXTOS PARA V. 2, N. 1	151
DADOS TÉCNICOS	154

Com prazer lançamos o segundo número da *Extramuros*! Esta edição contou com a colaboração de Clarissa Campello Ramos, artista plástica e professora do curso de Artes Visuais da UNIVASF, que gentilmente preparou as imagens para a capa e as seções internas, além de um breve texto sobre a escolha das imagens, que segue após este editorial.

Assim como no primeiro número, publicamos nesta edição 15 textos selecionados (de quase 40 recebidos ao longo do segundo semestre) divididos em duas seções: **Relatos** e **Artigos**.

Abrindo a seção **Relatos**, o texto *Reconhecimento, prevenção e procedimentos em caso de acidentes ofídicos: capacitando moradores de comunidades rurais através de ações de extensão universitária*, de Leonardo Barros Ribeiro e outros (UNIVASF), apresenta ações de extensão que procurou capacitar moradores de núcleos habitacionais de projetos públicos de irrigação de Petrolina (PE), envolvendo-os para capacitá-los a reconhecer serpentes peçonhentas e aprender métodos de prevenção e procedimentos em caso de acidentes com as mesmas.

Em *Experiência extensionista de membros da Liga Acadêmica de Diabetes e Metabologia*, Maysa Campos Mota e outras (Centro Universitário de Anápolis) discutem os resultados de uma experiência que visava a verificar as condições de saúde, especialmente hipertensão e diabetes, de funcionários de um banco durante uma semana de prevenção de acidentes de trabalho, conscientizando-os sobre medidas para prevenir ou minimizar seus efeitos.

A discussão trazida por Antônio Paulo Castro e Mônica Barros Costa (UFJF) em *Abordagem Interdisciplinar no Tratamento do Diabetes Mellitus Tipo 2: da Teoria à Prática* refere-se à experiência de um projeto, realizado no Hospital da Universidade Federal de Juiz de Fora, que visava ao acompanhamento, educação e prevenção de diabetes.

Escrito por Júlio Brugnara Mello e Gabriel Gustavo Bergmann (UNIPAMPA), *Práticas interdisciplinares para a promoção da saúde e prevenção de doenças crônicas em escolares: descrição da intervenção educacional para a promoção da atividade física* descreve os procedimentos metodológicos referentes a intervenções educacionais relacionadas à atividade física aplicados nos estudantes de uma escola de Urugaiana, RS.

Denise Consuelo Moser (UFFS) reflete no texto *Ressignificar o cuidado hospitalar na perspectiva da humanização: desvelando uma experiência vivenciada sobre a importância de se conhecer a Política Nacional de Humanização*, criada em 2003, e sua importância na ampliação das discussões com profissionais atuantes na área de saúde, a partir de ações desenvolvidas no Hospital Filantrópico do Oeste

Catarinense.

Noções de biossegurança e ergonomia no trabalho: uma proposta de educação em saúde para manicures e pedicures de Diamantina, Minas Gerais, de Cláudia Aparecida Fernandes Cordeiro, Ana Paula Azevedo Hemmi e Gabriela de Cássia Ribeiro (UFVJM), apresenta um projeto em andamento que já realizou oficinas sobre qualidade de vida, autoestima, alimentação saudável e ergonomia, além de relatar as dificuldades encontradas pelas participantes na adesão às medidas mais seguras que envolvem seus trabalhos.

Em *O Projeto Cine Mercúrio em Diamantina – Relato de uma experiência*, Alan Faber do Nascimento e outras (UFVJM) descrevem as atividades desse projeto que tem levado a arte cinematográfica, um dos bens humanizadores como eles o chamam, para a sociedade de Diamantina. Além da democratização, outros resultados têm sido alcançados, como o diálogo crítico e a apreciação estética.

Laene Mucci Daniel e Jéssica Silva (UFV), em *Da janela: um relato de experiência sobre a foto artístico-informativa no jornal-mural O Expresso*, apresentam um projeto cujo objetivo é retratar a cidade por meio de imagens fotográficas produzidas por usuários do sistema público de ônibus em Viçosa, que buscam captar o belo em momentos triviais, procurando por formas curiosas e diferentes daquilo que compõe o cotidiano.

A dança e a formação da criança: algumas reflexões sobre a experiência na Vila Educacional de Meninas, de José Rafael Madureira (UFVJM), traz considerações estéticas e pedagógicas sobre o ensino da dança em um projeto desenvolvido em parceria com a Vila Educacional de Meninas, no qual a dança é usada como instrumento de formação humana e educação.

Em *Participação de monitores em um curso de extensão em língua inglesa: contribuições para o desenvolvimento de habilidades comunicativas e interpessoais de futuros engenheiros*, Maria Elizabete Villela Santiago e André Pereira Feitosa (UNIFEI) oferecem ao leitor um texto relatando o processo e os resultados do curso oferecido e sua importância para os participantes no que tange ao aprimoramento de conhecimentos linguísticos e também em habilidades de relevância para a atuação profissional.

Programa Mulheres Mil em Arraial do Cabo: extensão e inclusão com base na sustentabilidade, de João Gilberto Carvalho (IFRJ), destaca a adoção, em Arraial do Cabo, do Programa Mulheres Mil – Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável, regido pela Portaria nº. 1.015, de 21 de julho de 2011, seu itinerário e busca por desenvolver um trabalho que articule gênero e sustentabilidade tendo como base as demandas do próprio local.

Abrindo a seção **Artigos**, Lara Elena Gomes, Francklin Cristiano Vidal de Araújo, Leonam de Freitas Barbosa e Rodrigo Gustavo da Silva Carvalho (UNIVASF), autores de *Projeto Hidroginástica para a Saúde: seus primeiros anos*, refletem sobre as conquistas do projeto na melhora da saúde e da qualidade de vida dos participantes, assim como na formação dos alunos da equipe executora.

Intersecção entre psicanálise e atendimento público: o atendimento psicológico aos adolescentes do CEPEA/UFMG, de Marcela França de Almeida e outras (UFMG), discute experiências de atendimentos a adolescentes sob orientação psicanalítica, o que permitiu discutir não apenas teoria e prática, mas também compreender mais profundamente os conflitos desses pacientes e discuti-los em grupo de estudo e supervisão.

Ana Paula Guimarães Santos de Oliveira e outras (UFMG) apresentam, em *Perspectivas do Projeto Gestão Responsável do Turismo no Circuito Turístico do Parque Nacional da Serra do Cipó/Minas Gerais*, ações direcionadas ao planejamento e gestão do circuito turístico a fim de promover a estruturação e o desenvolvimento regional, além de promover a autogestão e a mudança de atitude do turista.

Em *Redação técnica do boletim de atendimento: resultados do curso de extensão para o serviço voluntário de resgate*, Renata dos Santos e Maria Elizabete Villela Santiago (UNIFEI) apresentam os procedimentos e resultados de um projeto desenvolvido para voluntários do Serviço Voluntário de Resgate de João Monlevade-MG. O curso oferecido deu subsídios para que os voluntários aprimorassem o preenchimento dos boletins nos quais descreviam informações de incidentes.

Boa leitura e excelente prática extensionista às leitoras e leitores da *Extramuros*.

Clarissa Campello Ramos

Professora adjunta do Curso de Artes Visuais da UNIVASF, artista visual e autora das fotos de capa e divisões internas da revista.

E-mail:
clarissa.campello@univasf.edu.br

Cercas elétricas me deprimem. Cercas elétricas são o retrato de nossa sociedade, da óbvia desigualdade social, da desconfiança e a da covardia.

Estamos vivendo em condomínios fechados, como antigos feudos medievais. Só nos sentimos seguros dentro de espaços constantemente vigiados, como shopping centers, por exemplo. A rua se tornou o lugar da ameaça, do enfrentamento, do medo do desconhecido. Carros são, de preferência, blindados.

Quando fui convidada para criar imagens para a revista *Extramuros* pensei que seria interessante mostrar o que já é visível. Michel Foucault disse um dia que “o papel da filosofia não era tanto tornar visível o que era invisível, mas fazer-nos ver o que já é visível e que os nossos olhos reprimem. Há tantas imagens perfeitamente visíveis que não podemos ver.”

Cercas elétricas atestam a falência do espaço público, do espaço de convivência e da troca, da amizade, do diálogo com o outro. Não existe conhecimento sem troca, principal objetivo dos programas de extensão e também desta revista. Não quero viver em um sistema pautado na desconfiança e no medo.

A presença do outro é uma incógnita permanente, não posso prever seu comportamento, o outro é este imprevisível, esta ameaça, esta incoerência que possui vontade própria e que permanece incontrolável e inacessível. O outro pode ser desagradável, estúpido e desobediente, agressivo e espaçoso. Sua proximidade é excessiva, perigosa, invasiva e incômoda. Mesmo quando é agradável, compreensivo, surpreendente, espirituoso e fascinante é seu distanciamento e desaparecimento inevitável que infernizam minha existência.

Já dizia o grande Guimarães Rosa que “viver é muito perigoso”, ainda assim acredito que vale a pena correr este risco.



Reconhecimento, prevenção e procedimentos em caso de acidentes ofídicos, capacitando moradores de comunidades rurais através de ações de extensão universitária

Rafael Damasceno Fernandes Coelho¹

Ana Paula Gomes Tavares¹

Fábio Miranda Walker¹

Isis Cristina Urias¹

Kariny de Souza¹

Luciano Modesto Nascimento Menezes¹

Luis Fernando Bezerra Ramos¹

Michelle de Souza Brito¹

Paulo Maurício Almeida Guimarães Reis¹

Samylla Karen Coelho Evangelista¹

Leonardo Barros Ribeiro²

¹Estagiário(a), Centro de Conservação e Manejo de Fauna da Caatinga (CEMAFAUNA-CAATINGA), CEP 56300-990, Petrolina, PE, Brasil. E-mail: rafael.fernandes@univasf.vet.br

²Coordenador, Centro de Conservação e Manejo de Fauna da Caatinga (CEMAFAUNA-CAATINGA), CEP 56300-990, Petrolina, PE, Brasil. E-mail: leonardo.ribeiro@univasf.edu.br

Agradecemos à Pró-Reitoria de Integração (PROIN) e ao Centro de Manejo e Conservação de Fauna da Caatinga (CEMAFAUNA-CAATINGA) pelo financiamento e suporte ao projeto de extensão de que trata este artigo. Ao Leandro B. Ribeiro pela versão em espanhol do resumo.

RESUMO

Durante os períodos de outubro a dezembro de 2011 e de março de 2012 a março de 2013 foram realizadas diversas palestras e oficinas nos núcleos habitacionais dos projetos públicos de irrigação (Núcleos Habitacionais N1 a N11) do município de Petrolina, Pernambuco, objetivando estabelecer uma relação Universidade-Sociedade nessas comunidades rurais. As ações de extensão envolveram a capacitação dos moradores para o reconhecimento das serpentes peçonhentas, o conhecimento dos métodos de prevenção e os procedimentos em caso de acidentes ofídicos. Além disso, foram registrados dados quali-quantitativos, tais como número de participantes, sexo, idade, conhecimento sobre a fauna local e relatos comprovados de acidentes ofídicos.

Palavras-chave: Ofidismo; Prevenção; Acidente; Etnoherpetologia; Educação Ambiental.

Reconocimiento, prevención y procedimientos en caso de mordeduras de serpientes, ofreciendo recursos a los residentes de las comunidades rurales a través de acciones de extensión universitaria

RESUMEN

Durante los períodos de octubre a diciembre de 2011 y marzo de 2012 a marzo de 2013 se llevaron a cabo varias conferencias y talleres en los núcleos de proyectos públicos de irrigación (Núcleos de Habitaciones N1 a N11) en la ciudad de Petrolina, Pernambuco, con el objetivo de establecer una relación Universidad-

Sociedad en estas comunidades rurales. Las acciones de extensión implicaron en la capacitación de los pobladores para el reconocimiento de las serpientes venenosas, el conocimiento de métodos de prevención y procedimientos en caso de mordeduras de serpientes. Además, se registraron datos cuali-cuantitativos, tales como el número de participantes, género, edad, conocimientos sobre la fauna y los informes comprobados de las mordeduras de serpientes.

Palabras-clave: Ofidismo; Prevención; Accidente; Etnoherpetología; Educación Ambiental.

INTRODUÇÃO

O Brasil apresenta uma das mais ricas faunas de serpentes do Planeta, sendo conhecidas 386 espécies (BÉRNILS; COSTA, 2012), pertencentes atualmente a nove famílias: Anomalepididae (7 espécies), Leptotyphlopidae (18), Typhlopidae (6), Aniliidae (1), Tropidophiidae (3), Boidae (12), Colubridae (34), Dipsadidae (245), Elapidae (30) e Viperidae (30). Historicamente reconheciam-se como serpentes peçonhentas, potencialmente capazes de produzir envenenamentos que necessitassem de uma intervenção médica, apenas as pertencentes a duas famílias: Viperidae (que contempla as jararacas [gêneros *Bothrops* e, *Bothrocophia*], cascavel [*Crotalus durissus*], e surucucu [*Lachesis muta*], causadoras de acidentes botrópico, crotálico e laquético, respectivamente) e Elapidae (contemplando as corais-verdadeiras [gêneros *Leptomicrurus* e *Micrurus*], causadoras de acidentes elapídicos). No total são 60 espécies pertencentes a essas duas famílias, responsáveis por cerca de 20 mil acidentes ofídicos anualmente no país (ARAÚJO et al., 2003). Em 1992, após um óbito confirmado de uma criança, decorrente de uma picada causada por *Philodryas olfersii* no Rio Grande do Sul, evidenciou-se a necessidade de atenção médica aos acidentes causados por algumas espécies das famílias Colubridae e Dipsadidae, como por exemplo, *Philodryas nattereri*, *P. patagoniensis*, *P. viridissima* e *Boiruna sertaneja* (ARAÚJO; SANTOS, 1997; DIAZ et al., 2004; QUINTELA, 2010; RIBEIRO; PUORTO; JORGE, 1994).

A importância de se identificar o gênero do agente causador do envenenamento por serpentes, ou seja, do acidente ofídico, vem de longa data, mais precisamente do final do século XIX, com a publicação de Otto Wucherer (1820-1873) (WUCHERER, 1867), e posteriormente quando Vital Brazil (1897-1950) divulgou para a sociedade médica a especificidade dos venenos das serpentes, dos antivenenos ou soros antiofídicos (BRAZIL, 1911). Segundo dados do Ministério da Saúde, ocorrem, por ano, entre 19.000 a 22.000 acidentes ofídicos com aproximadamente 115 óbitos. A proporção desses casos anuais e as respectivas taxas de letalidade revelam que 90% são acidentes botrópicos (letalidade de 0,31%), seguido de crotálicos (7,7%, com 1,87% de letalidade), laquéticos 1,4% (0,95% de letalidade) e elapídicos 0,4% (0,52% de letalidade) (ARAÚJO et al., 2003; MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL, 2001). Logo, os acidentes ofídicos têm importância médica em virtude de sua grande frequência e gravidade.

No Brasil, a presença de serpentes no mesmo ambiente que a espécie humana gera conflitos (ARGÔLO, 2004), levando à generalização de um estereótipo negativo para as serpentes, o que contribui para a morte indiscriminada de espécies, peçonhentas ou não. A realização de programas de conscientização ambiental é

fundamental para reforçar a necessidade de conservação dos recursos biológicos. Consequentemente espera-se melhor interação entre humanos e serpentes enquanto ocorram incentivos educativo-ambientais que alterem a percepção das comunidades rurais sobre a fauna, podendo resultar em maior qualidade de vida para estas comunidades (DAVIS; WAGNER, 2003). É importante ressaltar que a educação ambiental exige tempo e ações em longo prazo que devem levar em conta o contexto local, o respeito às diversidades e a adoção de abordagens participativas (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA, 2002).

Quanto ao perfil epidemiológico do Ofidismo no Brasil, foi demonstrado que as principais vítimas são indivíduos do sexo masculino, principalmente trabalhadores rurais, na faixa etária entre 15 e 49 anos e apresentando uma letalidade geral de 0,45% (ARAÚJO et al., 2003; BOCHNER; STRUCHINER, 2003). Essas observações parecem reforçar a conotação do acidente ofídico como acidente de trabalho, uma vez que o seu incremento coincide com o deslocamento do trabalhador rural para as suas atividades no campo.

Em relação ao coeficiente dos acidentes ofídicos nas diferentes regiões do país, segundo dados da FUNASA, o maior é identificado para a região Centro-Oeste (33,3%), o menor para a região Nordeste (6,8%) (MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL, 2001). No entanto, ainda que apresente este “baixo coeficiente”, acredita-se que o mesmo seja fruto da subnotificação, resultante das dificuldades de acesso aos serviços de saúde, quanto das deficiências nos sistemas de informação. Ainda mais grave é a situação dos trabalhadores rurais que, com frequência considerável, não recebem informações sobre a identificação das serpentes causadoras de envenenamento, nem mesmo sobre as condutas preventivas e de assistência aos acidentados.

Comunidade Assistida

Foram selecionadas 11 comunidades rurais dos Núcleos Habitacionais dos Projetos Públicos de Irrigação (N1 a N11) do município de Petrolina, Pernambuco. As localidades estão inseridas em áreas irrigadas de semiárido e de ocupação espacial compreendida por 352 pequenas, médias e grandes empresas, além de 1.942 pequenos produtores com lotes familiares agregados. As atividades econômicas são ligadas à fruticultura, e no âmbito da Região Integrada de Desenvolvimento - RIDE Petrolina/PE-Juazeiro/BA, tem-se o destaque desta como o maior polo exportador de frutas e segundo maior vitivinicultor do Brasil.

Desenvolvimento

As ações de extensão foram realizadas em Associações de Moradores e Trabalhadores Rurais e/ou Escolas por meio de palestras e oficinas (Figs. 1 e 2). Primeiramente, para cada comunidade assistida, foi procurado um representante local para que fosse agendada a data e horário, e reservado o espaço para o evento. Em seguida, foram distribuídos cartazes de divulgação com o título “Serpentes peçonhentas do semiárido nordestino: reconhecimento, prevenção e procedimentos em caso de acidentes” informando a data e local de realização. Os horários eram

decididos de forma a não coincidir com a jornada de trabalho dos moradores. De forma geral, o projeto foi recebido com animação nas sedes das associações ou nos pátios das escolas, sendo estes espaços sempre totalmente abertos para a participação de todas as pessoas das comunidades. Por raras vezes, não tivemos a oportunidade de realizar um evento ou houve a necessidade de adiarmos para outra data.

Para as palestras foram utilizadas apresentações de Slides em PowerPoint exibidas em data show e bâneres autoexplicativos; as práticas de oficinas ocorreram com a exibição de parte do acervo de serpentes (animais conservados em álcool 70%) da Coleção de Herpetologia do Museu de Fauna da Caatinga (CEMAFAUNA-CAATINGA). Esta última etapa permitiu o reconhecimento de caracteres que distinguem as serpentes peçonhentas de interesse médico daquelas não peçonhentas, e também dos demais animais inofensivos de corpo serpentiforme como a cobra-cega ou Cecília (um anfíbio), a cobra-de-vidro (um lagarto) e a cobra-de-duas-cabeças (uma anfisbena; lagarto especializado na vida fossorial). Posteriormente às palestras e oficinas o público foi incentivado a levantar questões sobre o que foi abordado durante a apresentação de slides, além de discutir questões e mitos que fazem parte da cultura e do cotidiano dos trabalhadores rurais. Houve também demonstrações de manejo de uma serpente viva (Fig. 3), utilizando-se de uma espécie não peçonhenta (Salamanta: *Epicrates assisi*), pertencente ao Serpentário do CEMAFAUNA-CAATINGA. Para essa atividade de manejo ressaltamos sempre que só deve ser feita em casos excepcionais nos quais o animal esteja oferecendo risco direto às pessoas, por exemplo, dentro de uma residência ou quando tenha causado um acidente com envenenamento e precisa ser levado para ser identificado para a aplicação do tratamento mais adequado de acordo com as características específicas da peçonha (MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL, 2001).

Ao encerrar cada um dos eventos houve a distribuição de cartilhas ao público (Fig. 4); nestas estão contidos os resumos de todos os assuntos abordados durante as atividades de palestra e oficina (identificação de serpentes peçonhentas, prevenção de acidentes, primeiros socorros, etc.) com o objetivo de servirem como uma fonte de consulta mais duradoura e acessível para os trabalhadores rurais.



Figura 1. Realização de palestra pelo projeto *Serpentes peçonhentas do semiárido nordestino: reconhecimento, prevenção e procedimentos em caso de acidentes.*



Figura 2. Realização de palestra pelo projeto *Serpentes peçonhentas do semiárido nordestino: reconhecimento, prevenção e procedimentos em caso de acidentes.*



Figura 3. Manejo de serpente não peçonhenta (Salamanta: *Epicrates assisi*) durante o projeto *Serpentes peçonhentas do semiárido nordestino: reconhecimento, prevenção e procedimentos em caso de acidentes.*

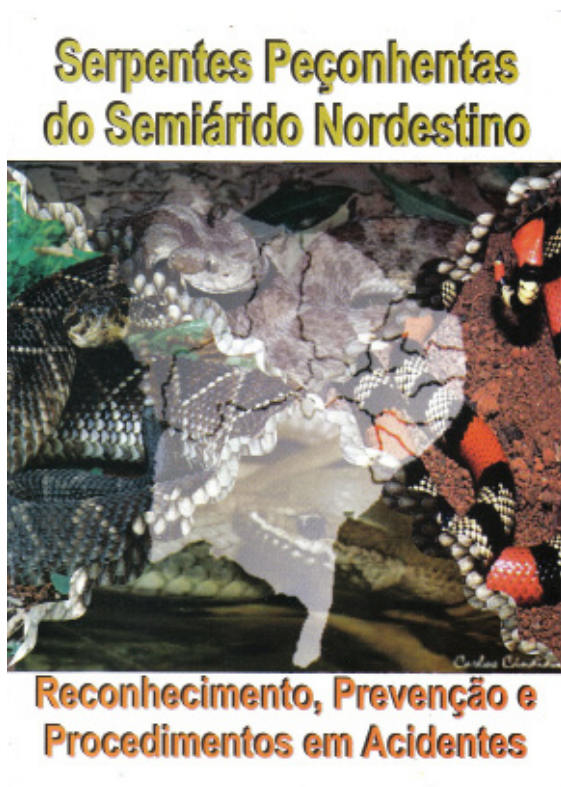


Figura 4. Capa da cartilha distribuída ao público participante do projeto *Serpentes peçonhentas do semiárido nordestino: reconhecimento, prevenção e procedimentos em caso de acidentes.*

No período de outubro a dezembro de 2011, foram assistidas as associações de produtores e moradores dos núcleos habitacionais N1 a N11, sendo atingido um público total de 527 pessoas. Já no período de março de 2012 a março de 2013 priorizamos a realização dos eventos nas Escolas públicas das mesmas comunidades, nesse período atingimos um público total de 584 pessoas, mesmo sem visitar os núcleos N9, N10 e N11. Nesses últimos, as escolas se encontravam em recesso ou em obras de reforma.

No total foram 1.111 pessoas assistidas nas ações de extensão, entre crianças, jovens, adultos e idosos, de ambos os sexos. De uma maneira geral, o público foi expressivamente composto por jovens (10 a 24 anos). A pessoa mais jovem tinha 7 anos, e a mais idosa, 69. O público feminino foi ligeiramente maior e mais diversificado em relação à idade. O público masculino foi mais ausente, pois, de um modo geral, esteve mais envolvido com atividades comerciais que coincidiram com as ações de extensão; mas quando presente foi representado principalmente por jovens e adolescentes com idades entre 15 e 19 anos. Esta faixa etária ainda está dentro do perfil epidemiológico do ofidismo no Brasil, no qual as principais vítimas são indivíduos do sexo masculino, principalmente trabalhadores rurais, na faixa etária entre 15 e 49 anos (MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL, 2001; ARAÚJO et al., 2003; BOCHNER e STRUCHINER, 2003). Os gráficos 1 e 2 mostram o perfil etário do público, respectivamente nos anos de 2011 e 2012:

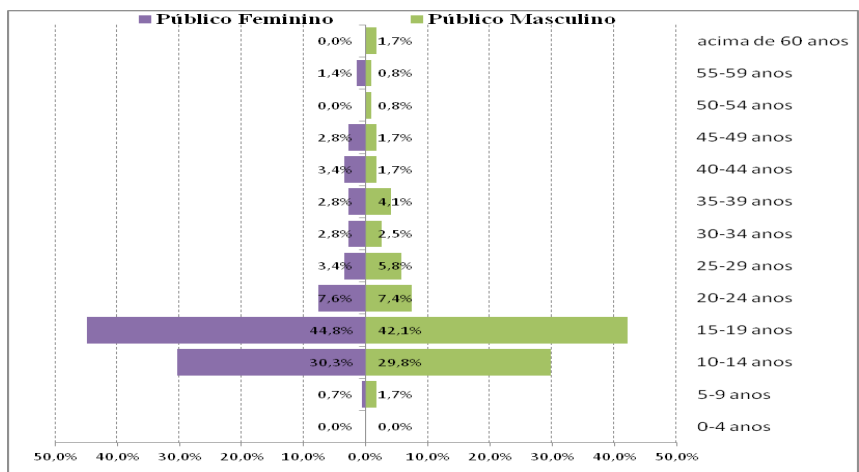


Gráfico 1. Pirâmide etária do público assistido em 2011 pelo projeto *Serpentes peçonhentas do semiárido nordestino: reconhecimento, prevenção e procedimentos em caso de acidentes*.

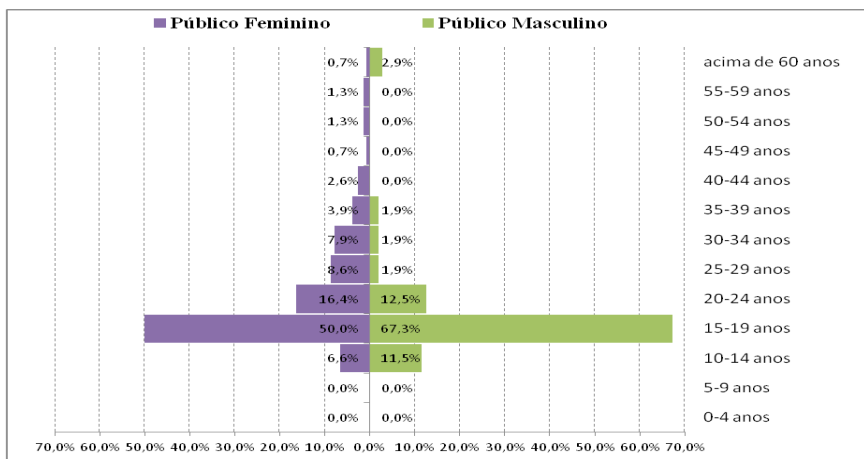


Gráfico 2. Pirâmide etária do público assistido em 2012 pelo projeto *Serpentes peçonhentas do semiárido nordestino: reconhecimento, prevenção e procedimentos em caso de acidentes*.

Com relação ao conhecimento do público sobre a fauna regional, observamos que fazem a identificação de serpentes tomando como base a apresentação de características bem distintas; como porte robusto para a jiboia (*Boa constrictor constrictor*), chocalho para a cascavel (*Crotalus durissus*) e coloração como nas cobras-pretas (*Pseudoboa nigra* e *Boiruna sertaneja*), cobras-verdes (*Erythrolamprus viridis* e *Philodryas olfersii*) e cobras-corais (*Micrurus ibiboboca* e *Oxyrhopus* sp.). Embora haja certo conhecimento, ainda não é apropriado, pois não possibilita a distinção entre animais não peçonhentos (de denteção áglifa, sem presas inoculadoras e sem produção de peçonha), semipeçonhentos (denteção opistóglifa, presas no fundo da boca, com produção de peçonha de “atividade amena” em humanos; embora possa haver necessidade de atenção médica aos acidentados (DIAZ et al., 2004)) e peçonhentos (denteção solenóglifa ou proteróglifa, presas na frente da boca, com produção de peçonha especializada). A identificação errônea das serpentes potencialmente peçonhentas (*Viperidae* e *Elapidae*) contribui para o aumento do número de acidentes.

A citação de características como cabeça triangular, cabeça achatada e pupila vertical mostrou-se comum entre as pessoas que disseram saber identificar uma serpente peçonhenta. Contudo, tais critérios sozinhos não são totalmente confiáveis, já que serpentes não peçonhentas podem possuir cabeça triangular, como a jiboia; e outras serpentes peçonhentas podem não possuir cabeça triangular, como a coral-verdadeira (*Micrurus ibiboboca*) que ocorre nas áreas das comunidades assistidas. Esta característica, portanto, não é fidedigna para determinar uma serpente como peçonhenta ou não. Outro relato sobre a morfologia das serpentes que pode auxiliar mais significativamente na prevenção de acidentes é a presença de fosseta loreal, característica marcante dos viperídeos americanos (jararacas e cascavéis).

Relatos de casos de acidentes ofídicos com envenenamento e socorro médico foram muito escassos, sendo um caso envolvendo um animal de companhia que provavelmente avistou uma serpente peçonhenta e a confrontou diretamente resultando em desferimento de botes e envenenamento. Outro caso foi com ser humano, porém em outro município; este caso aconteceu como na grande maioria dos casos no Brasil, envolvendo um trabalhador rural no exercício da sua atividade em campo. O mesmo foi socorrido e levado a um hospital, recebeu tratamento adequado e posteriormente retornou a atividade que exercia sem demonstrar sequelas do acidente. Este caso foi relatado por um parente da vítima que assistiu a uma das palestras e compartilhou essa experiência com os presentes. O tratamento descrito foi condizente com o Manual de Diagnóstico e Tratamento de Acidentes por Animais Peçonhentos da Fundação Nacional de Saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL, 2001).

CONCLUSÃO

De acordo com os resultados obtidos durante as atividades de extensão, nas visitas às comunidades relativamente distantes entre si, ficou evidente que as dúvidas e carências de conhecimento sobre o assunto foram comuns entre o variado público, independente de idade, nível de instrução ou região. As perguntas e mitos, mais comuns, sobre serpentes e acidentes ofídicos foram: qual serpente é mais perigosa; como funciona o soro antiofídico; quais hospitais da região atendem casos de acidentes ofídicos; entre outros. O público demonstrou buscar um referencial

concreto para a consulta sobre acidentes ofídicos, dentre outros acidentes envolvendo animais peçonhentos, pois embora exista o conhecimento empírico, as tradições e hábitos que passam de geração para geração fazem com que anseiem por um tipo de informação que, em contrapartida, traga respostas a suas dúvidas e temores.

Sendo esta área temática, primordialmente a saúde, embora também relacione a educação ambiental, notou-se que a exposição de informações sobre as enfermidades causadas por animais peçonhentos em humanos e o inevitável risco de morte, sempre causou impacto no público. Primeiramente, houve espanto e preocupação por se verem realmente expostos a tais ameaças durante o trabalho no campo, e logo após, houve a procura pelo entendimento de como prevenir os acidentes ou de como é feito o tratamento. Nesta perspectiva, evidencia-se que de fato existe um espaço a ser preenchido na sociedade, o qual é primorosamente atribuído à Universidade através das ações de extensão universitária. Por meio desta positiva forma o conhecimento transpassa os limites do núcleo de uma universidade alcançando um número maior de interessados.

O perfil etário do público que frequentou as ações de extensão foi semelhante ao perfil epidemiológico do ofidismo no Brasil, o que atendeu ao propósito do trabalho. A presença de um público mais jovem representou um aspecto positivo, pois favoreceu a inserção de saberes numa faixa etária mais receptiva e que irá assimilar e transmitir as informações recebidas. Esperamos que com as informações colhidas sobre as comunidades assistidas (idade, sexo, localização, conhecimento prévio, atividades econômicas) seja possível futuramente desenvolver um trabalho no campo da Epidemiologia, com a possibilidade de traçar um perfil epidemiológico referente a acidentes ofídicos no município de Petrolina e região, visando beneficiar principalmente essas comunidades rurais. Finalmente, ressaltamos que foi possível o contato com grupos consideravelmente numerosos através da estratégia de uso das Escolas e Sedes de Associações de Moradores e Trabalhadores Rurais.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Francisco Anilton Alves; SANTALÚCIA, Marcelo; CABRAL, Renata Fernandes. Epidemiologia dos acidentes por animais peçonhentos. In: CARDOSO, João Luiz Costa; FRANÇA, Francisco Oscar Siqueira; WEN, Fan Hui; MÁLAQUE, Célia Maria Sant'Ana; HADDAD Jr Vidal (Orgs.). **Animais peçonhentos no Brasil: biologia, clínica e terapêutica dos acidentes**. São Paulo: Sarvier, 2003. p. 6-12.

ARAÚJO, Maria Elisabeth; SANTOS, Ana Cristina M. C. A. Cases of human envenoming caused by *Philodryas olfersii* and *P. patagoniensis* (Serpentes: Colubridae). **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, Uberaba, v. 30, n. 6, 1997.

ARGÔLO, Antônio Jorge Suzart. **As serpentes dos cacauais do sudeste da Bahia**. 1ª. ed. Ilhéus: 2004. 260 p.

BÉRNILS, Renato Silveira; COSTA, Henrique Caldeira (Orgs.) **Répteis Brasileiros: Lista de Espécies**, versão 2012.2, Sociedade Brasileira de Herpetologia, Acesso em: 30 maio 2013.

BOCHNER, Rosany; STRUCHINER, Claudio José. Epidemiologia dos acidentes ofídicos nos últimos 100 anos no Brasil: uma revisão. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 7-16, 2003.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL. **Manual de Diagnóstico e Tratamento de Acidentes por Animais Peçonhentos**. 2ª. ed. Brasília: FUNASA, Fundação Nacional de Saúde, 2001. 119 p.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. **Biodiversidade brasileira: avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros**. 2002. 404 p.

BRAZIL, Vital. **La défense contre L'ophidisme**. São Paulo: 1911, 181 p.

DAVIS, Anthony; WAGNER, John R. Who knows? On the importance of identifying “Experts” when researching local ecological knowledge. **Human Ecology**, New York, v. 31, n. 3, p. 463-489, 2003.

DIAZ, Fresnel; NAVARRETE, Luis F.; PEFAUR, Jaime; RODRIGUEZ-ACOSTA, Alexis. Case report envenomation by neotropical opisthophis colubrid *Thamnodynastes cf. pallidus* LINNÉ, 1758 (Serpentes: Colubridae) in Venezuela. **Revista do Instituto de Medicina Tropical de São Paulo**, São Paulo, v. 46, n. 5, p. 287-290, 2004.

QUINTELA, Fernando Marques. *Liophis poecilogyrus sublineatus* (Serpentes: Dipsadidae) bite and symptoms of envenomation. **Herpetology Notes**, Milan, v. 3, December, p. 309-311, 2010.

RIBEIRO, Lindioneza Adriano; PUORTO, G.; JORGE, Miguel Tanús. Acidentes por serpentes do gênero *Philodryas*: avaliação de 132 casos. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, Uberaba, v. 27, n. 1, p. 87, 1994.

WUCHERER, Otto. Sobre o modo de conhecer as cobras venenosas do Brasil. **Gazeta Médica da Bahia**, Salvador, v. 1, n. 17, 1867.

COMO CITAR ESTE RELATO:

COELHO, Rafael Damasceno Fernandes; TAVARES, Ana Paula Gomes; WALKER, Fábio Miranda; URIAS, Isis Cristina; SOUZA, Kariny de; MENEZES, Luciano Modesto Nascimento; RAMOS, Luis Fernando Bezerra; BRITO, Michelle de Souza; REIS, Paulo Maurício Almeida Guimarães; EVANGELISTA, Samylla Karen Coelho; RIBEIRO, Leonardo Barros. Reconhecimento, prevenção e procedimentos em caso de acidentes ofídicos, capacitando moradores de comunidades rurais através de ações de extensão universitária. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 1, n. 2, p. 12-21, ago./dez. 2013. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Experiência extensionista de membros da Liga Acadêmica de Diabetes e Metabologia

Maysa Campos Mota¹

Walquiria Vieira de Abreu²

Carolina Santos Gonçalves³

Taynara Meiga Fernandes⁴

Polyana Oliveira Santos⁵

Franciely Pabline Santana Barbosa⁶

¹Acadêmica do curso de Medicina do Centro Universitário de Anápolis-GO e membro da LADIME. E-mail: maysamediv@gmail.com.

²Acadêmica do curso de Medicina do Centro Universitário de Anápolis-GO e membro da LADIME. E-mail: walquiriaabreu@hotmail.com.

³Acadêmica do curso de Medicina do Centro Universitário de Anápolis-GO e membro da LADIME. E-mail: carolmediv@gmail.com.

⁴Acadêmica do curso de Medicina do Centro Universitário de Anápolis-GO e membro da LADIME. E-mail: taynarafernandes_7@hotmail.com.

⁵Acadêmica do curso de Medicina do Centro Universitário de Anápolis-GO e membro da LADIME. E-mail: polyoliver2@hotmail.com.

⁶Acadêmica do curso de Medicina do Centro Universitário de Anápolis-GO e membro da LADIME. Email: francielypabline@hotmail.com

RESUMO

A atividade de Extensão na Caixa Econômica Federal foi organizada pela Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (SIPAT) e ocorreu no dia 21 e 22 de agosto de 2013, em Anápolis-GO, sendo este evento somente para os funcionários do local. O objetivo do presente trabalho é relatar a experiência de membros da LADIME nesta atividade de extensão.

Palavras-chave: Hipertensão; Diabetes Mellitus; Atividade Motora.

ABSTRACT

Extension activity in Caixa Econômica Federal was organized by the Internal Week of Occupational Accident Prevention (SIPAT) and took place on 21 and 22 August 2013, at Anápolis-GO, this event is only for local officials. The objective of this study is to report the experience of members of this LADIME extension activity.

Keywords: Hypertension, Diabetes Mellitus; Motor Activity.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o Brasil tem experimentado evidentes transformações no padrão de morbimortalidade relacionadas, principalmente, com a redução da mortalidade precoce, com o aumento da expectativa de vida e com o processo acelerado de urbanização, contribuindo, significativamente, para o aumento das Doenças Crônicas não Transmissíveis (ROMERO et al., 2010).

Uma importante consequência do envelhecimento da população mundial é a eclosão das doenças cardiovasculares, que constitui a causa mais frequente de óbito entre os idosos. No Brasil, cerca de 17 milhões de indivíduos têm hipertensão arterial, representando, assim, 35% da população de 40 anos ou mais. Além disso, estima-se que cerca de 4% das crianças e adolescentes também sejam portadores dessa enfermidade (ROMERO et al. 2007).

A Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) é um problema de saúde que pode ter consequências devastadoras, permanecendo assintomática até uma fase tardia de sua evolução. Os efeitos prejudiciais da Pressão Arterial (PA) aumentam à medida que se eleva, não havendo um limite rígido definido para distinguir seus níveis. O Ministério da Saúde escolheu como limite para definir a HAS o de igual ou maior a 140/90 mmHg, sendo que este valor deve ser encontrado em pelo menos duas aferições realizadas em momentos diferentes, em indivíduo que não faça uso de medicação anti-hipertensiva (HENRIQUE, COSTA; 2008).

Outra doença crônica não transmissível considerada epidemia mundial é o diabetes mellitus. O envelhecimento da população, a urbanização crescente, hábitos como o sedentarismo, a dieta inadequada e obesidade são os grandes responsáveis pelo aumento da prevalência do diabetes em todo o mundo (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006). A idade, histórico familiar, dentre outros fatores não modificáveis estão presentes no desenvolvimento da DM. Mas os fatores de risco modificáveis para a DM é que devem ser alvo de intervenção. Dentre eles destacam-se a obesidade e dieta inadequada, o sedentarismo, bem como o tabagismo (LYRA, R. et al., 2006).

Cerca de 50% da população com diabetes não sabe que são portadores da doença, algumas vezes permanecendo não diagnosticados até que se manifestem sinais de complicações. Por isso, testes de rastreamento são indicados em indivíduos assintomáticos, como o teste da glicemia casual, por exemplo (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006). Segundo a Sociedade Brasileira de Diabetes (2009), compreende-se por glicemia casual aquela realizada a qualquer hora do dia, independente do horário das refeições. Valores normais de glicemia casual devem ser inferiores a 200 mg/dL (SASAKI et al. 2006).

Extensão Universitária é um conjunto de atividades práticas acadêmicas que interligam a Universidade e a comunidade nas suas atividades de ensino e de pesquisa, possibilitando a formação do profissional cidadão através da busca constante do equilíbrio entre as demandas sociais e as inovações que surgem do trabalho acadêmico. Frente à complexidade e à diversidade da realidade, é necessário eleger as questões mais prioritárias, com abrangência suficiente para uma atuação que colabore efetivamente para a mudança social, através da ação de extensão. (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS/MEC, 2007). Dessa forma, visto que o DM e a HAS são grandes problemas de saúde pública, essas doenças podem ser consideradas questões prioritárias de relevância para ações de extensão universitária.

OBJETIVO

Relatar a experiência de membros da LADIME em atividade de extensão na Caixa Econômica Federal na Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Em conformidade com as obrigações que as grandes empresas têm que cumprir junto aos seus funcionários registrados pela Consolidação das Leis do Trabalho, está a Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (SIPAT),

evento realizado anualmente por empresas como a Caixa Econômica Federal. Durante uma semana são realizadas diversas atividades voltadas à saúde e segurança desses trabalhadores.

Dessa forma, a LADIME entrou como parceira da Caixa Econômica na realização dessa semana, especificamente no dia 21 e 22 de agosto de 2013, em Anápolis-GO, ao promover junto a 44 funcionários questionários sobre hábitos de vida (ex. prática de atividade física, presença ou ausência de HAS e DM), sexo, idade, escolaridade, profissão, além da aferição da pressão arterial (PA) e realização do teste de glicemia casual (TGC), buscando assim, estimular nos funcionários atitudes de prevenção e promoção da saúde.

Como é trazido pela OMS:

A saúde do trabalhador e um ambiente de trabalho saudável são valiosos bens individuais, comunitários e dos países. A saúde ocupacional é uma importante estratégia não somente para garantir a saúde dos trabalhadores, mas também para contribuir positivamente para a produtividade, qualidade dos produtos, motivação e satisfação do trabalho e, portanto, para a melhoria geral na qualidade de vida dos indivíduos e da sociedade como um todo.

O intuito dessas empresas de instigar em seus funcionários esse cuidado proposto pela OMS é facilmente percebida pelo interesse e preocupação desses funcionários com o significado dos valores da PA e TGC porque, além do benefício físico, melhor é o desempenho social e mental desses funcionários, ou seja, adoecendo menos, rendendo mais em suas atividades.

Mais uma vez a importância da educação em saúde. Educação essa chamada de dialógica, ou seja, não é de informar sobre saúde, mas de transformar saberes existentes. Prática trabalhosa uma vez que reeducar é bem mais complicado, pois não se impõe atitudes a esses indivíduos, mas se concede autonomia e responsabilidade aos indivíduos quando a eles são transmitidas as informações.

Foi possível perceber que a maioria dos participantes da atividade de Extensão, dentre os 44 funcionários, advogados, arquitetos, assistentes, auxiliares de limpeza, bancários, copeira, economiário, engenheiros civis, estagiários, motoristas, recepcionista e telefonista, tem interesse pela reeducação de seus hábitos, pois, em sua maioria, promoveram mudanças, com relato de prática de atividade física ao menos três vezes na semana, por exemplo.

RESULTADOS

A atividade de extensão realizada, além da experiência dos membros da LADIME, também permitiu traçar um perfil dos participantes. Quanto ao sexo (Gráfico 1), foram atendidas 24 pessoas do sexo feminino (54,4%) e 20 do sexo masculino (45,60%). No quesito Estado Civil (Gráfico 5), 24 eram casados (54,5%), 1 divorciado (2,27%), 18 solteiros (40,90%) e 1 viúvo (2,27%) . Em relação à profissão (Gráfico 4) , 13 eram Bancários (29,54%), 1 advogado (2,27%), 5 arquitetos (11,36%), 1 assistente (2,27%), 3 auxiliares de limpeza (6,81%), 1 copeira (2,27%), 5 economiário (11,36%), 7 engenheiros civís (15,90%), 2 estagiários (4,54%), 1

fisioterapeuta (2,27%), 3 motoristas (6,81%), 1 recepcionista (2,27%) e 1 telefonista (2,27%). Em relação à faixa etária (Gráfico 2), 15 pessoas estavam na faixa de 20 a 30 anos (34,09%), 14 com 31 a 40 anos (31,81%), 10 com 41 a 50 anos (22,72%) e 5 com idade maior que 50 anos (11,36%). No quesito escolaridade (Gráfico 3), houve 34 participantes com Ensino Superior Completo (77,27%). Em relação à HAS (Gráfico 6) e DM (Gráfico 7), 40 eram não hipertensos (90,9%) e 42 não diabéticos (95,45%). Em relação à prática de exercício físico regular (Gráfico 8), 25 praticam (56,81%) e 19 não praticam (43,18%).

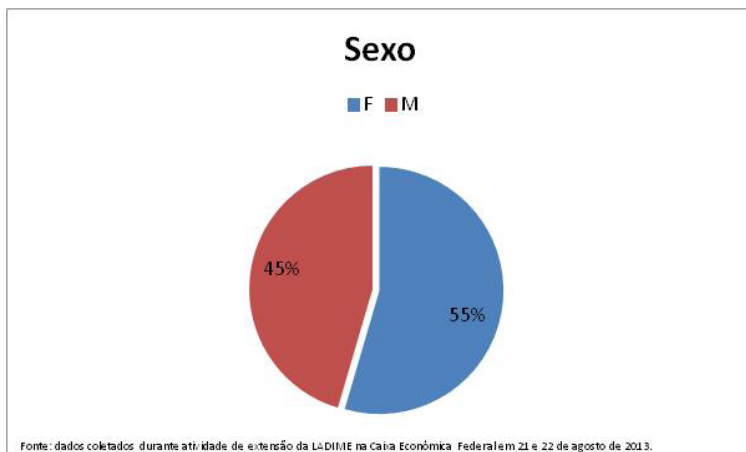


Gráfico 1

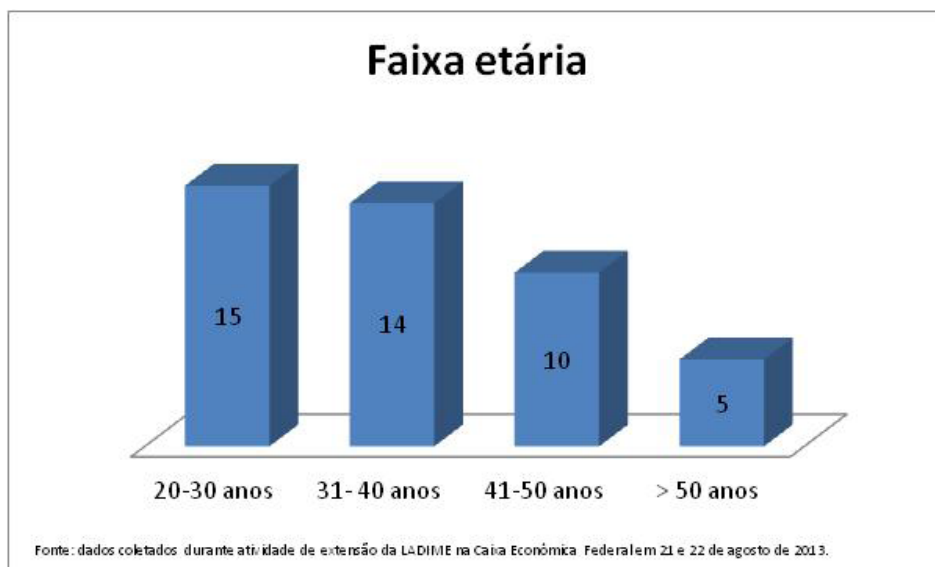


Gráfico 2

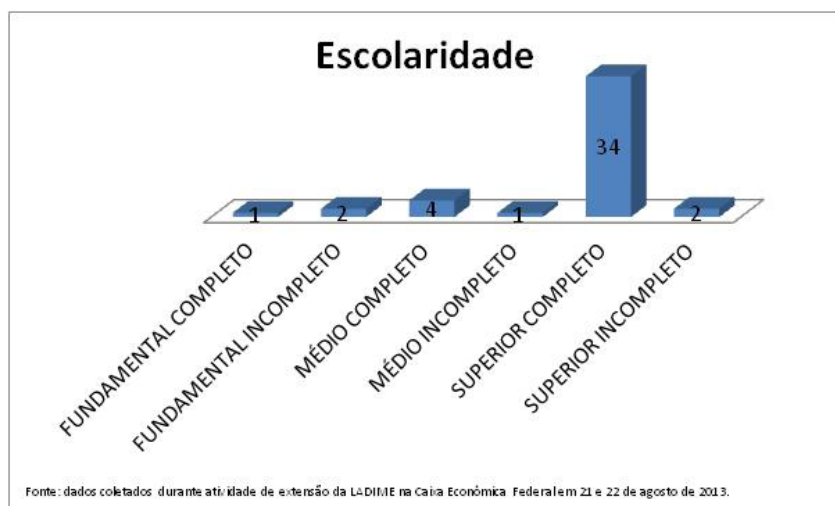


Gráfico 3

Gráfico 4

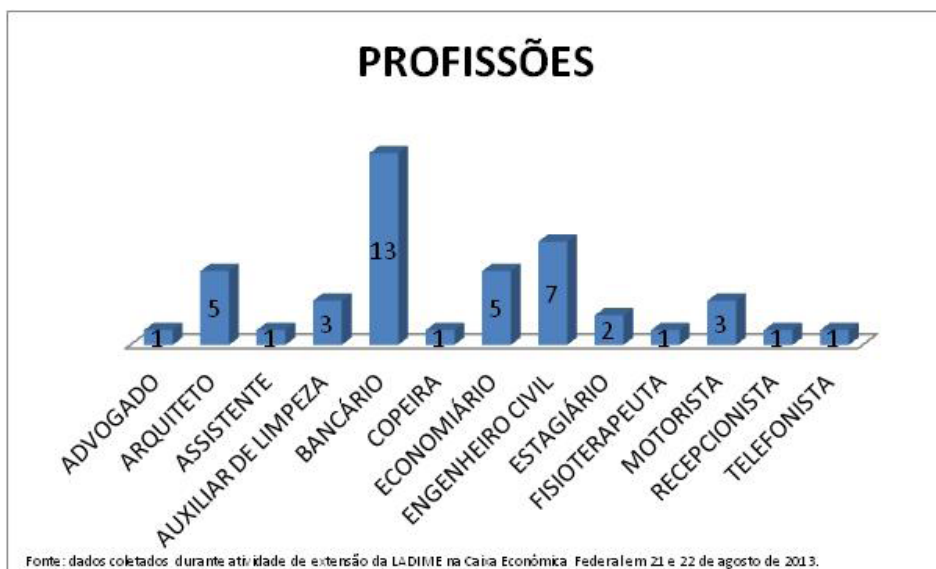


Gráfico 5

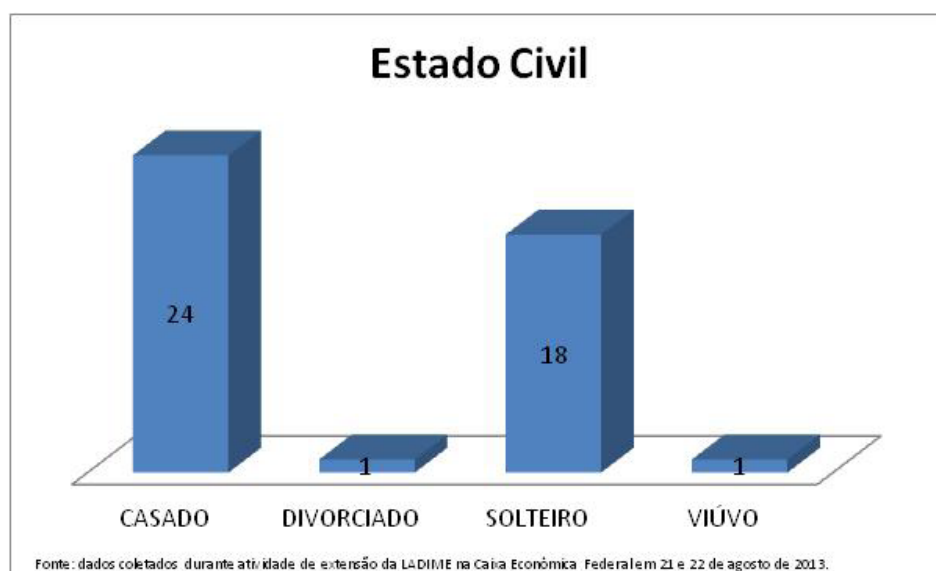


Gráfico 6

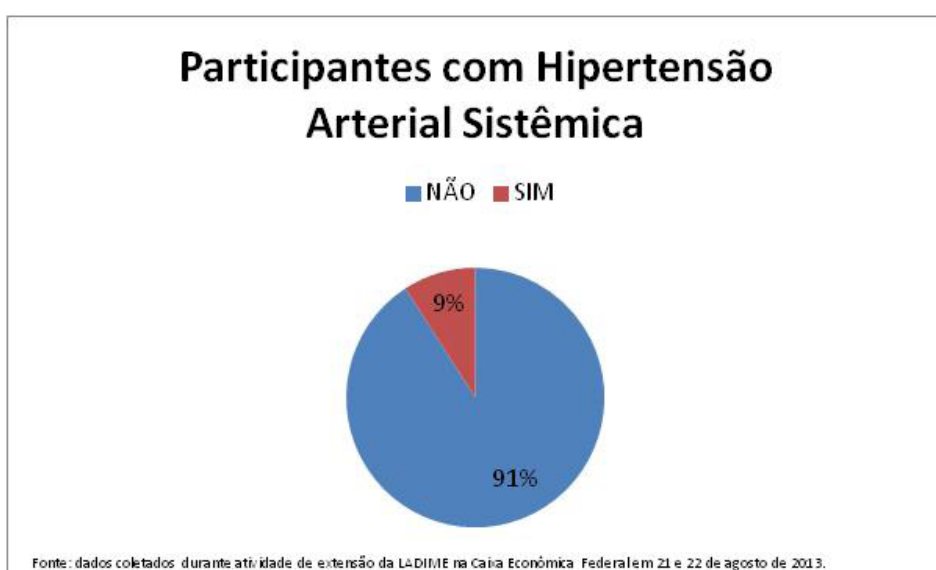


Gráfico 7

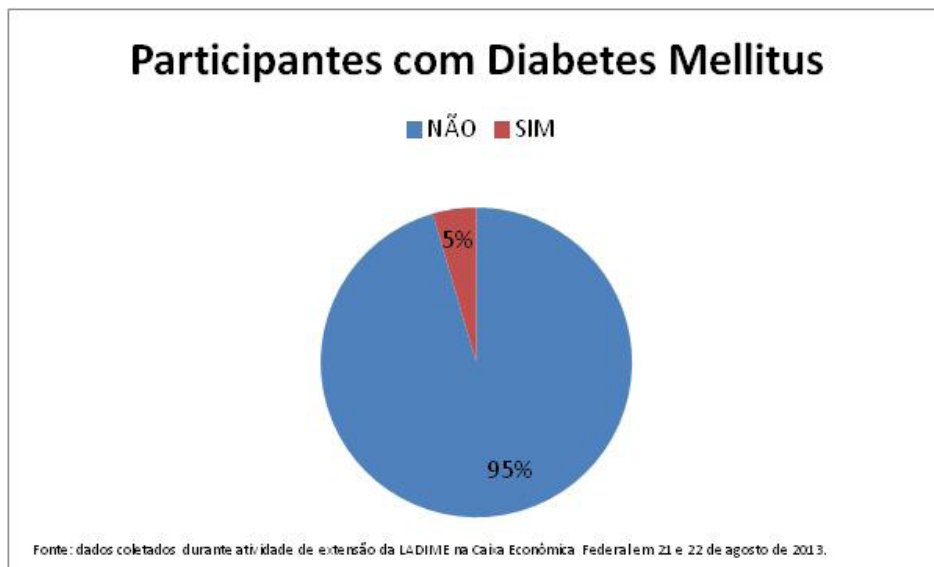
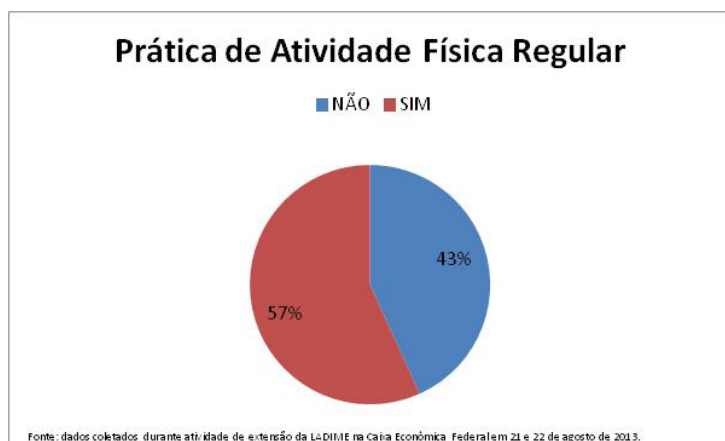


Gráfico 8



Dentre os resultados da Glicemia Casual, todos os resultados estiveram dentro da normalidade exceto a de um participante que teve um valor de 285mg/dl e o mesmo foi orientado a procurar um médico para investigação mais detalhada.

Oito pessoas não quiseram fazer a glicemia. Baseado na classificação VI diretriz brasileira de HAS e sabendo que apenas uma aferição não é necessário para se fazer um diagnóstico, dois participantes tiveram PA de 140X90mmHg o que indica Hipertensão Estágio I se assim permanecer após outras aferições e por isso esses pacientes foram orientados a procurar um médico para fazer uma monitorização da PA para uma correta conduta. Os outros participantes tiveram PA dentro do período de normalidade. A seguir estão dispostos em gráficos os dados coletados durante a atividade de extensão.

CONCLUSÃO

Após a análise dos dados e os resultados obtidos, reafirmou-se a vulnerabilidade da população, sendo aqui representada na atividade de extensão apenas por um grupo de 44 funcionários, em adquirir doenças crônicas como a HAS e o DM. Algo que nos trouxe uma certa satisfação foi o fato de que 57% dos participantes praticam atividade física e isso nos impulsiona a insistir na extensão já que por meio dela temos a oportunidade de intervir na sociedade por meio de promoção e prevenção em saúde visando contribuir na formação de uma população mais consciente em relação a sua saúde. Para pôr em prática os projetos de extensão temos a universidade como parceira, que por meio das ligas acadêmicas nos proporciona este contato com a problemática da saúde da comunidade e permite que haja uma ação dinâmica em diversos grupos sociais.

Em suma, os acadêmicos em ambiente científico desenvolvem e aprimoram os conhecimentos, e em ambientes de prática ocorre a sedimentação dos saberes.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Saúde. Diabetes Mellitus, **Caderno de Atenção Básica nº. 16**. Brasília-DF, 2006.

CRUZERA, A. B.;UTIMURA, R.;ZATZ, R. A hipertensão no diabete. **HiperAtivo**, v. 5, n. 261, out/dez 1998.

HENRIQUE, N. N.; COSTA, P. S.; VILETI, J. L.; CORRÊA, M. C. M.; CARVALHO, E. C. Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus: Um Estudo sobre os Programas De Atenção Básica. **Rev. enferm. UERJ**, Rio de Janeiro, abr./jun. 2008.

LYRA, R.; OLIVEIRA, M.; LINS, D.; CAVALCANTI, N. Prevenção do Diabetes Mellitus Tipo 2. **Arq Bras Endocrinol Metab** v. 50, n.2, abr. 2006.

MICHELS, M. J.; CORAL, M. H. C.; SAKAE, T. M.; DAMAS, T. B.; FURLANETTO, L. M. Questionário de Atividades de Autocuidado com o Diabetes: tradução, adaptação e avaliação das propriedades psicométricas. **Arq Bras Endocrinol Metab**. p.54, n.7. Florianópolis, SC, 2010.

MONTEIRO, M.F; FILHO, D.C. S.; Exercício físico e o controle da pressão arterial. **Rev Bras Med Esporte**, vol. 10, n.6, nov./dez., 2004.

SASAKI, R. T. ; Ramacciato, J. C.; CUNHA, F. L.; CECANHO, R.; TÓFOLI, G. Verificação Glicêmica Casual de Pacientes Odontológicos. **RGO**, Porto Alegre, RS, v. 54, n. 2, p. 107-110, abr./jun. 2006.

SBD. Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes. **Diretrizes e Posicionamentos**. 3 ed. p. 9-13. Itapevi, SP, 2009. Disponível em: <http://www.diabetes.org.br/attachments/diretrizes09_final.pdf>.

COMO CITAR ESTE RELATO:

MOTA, Maysa Campos; ABREU, Walquiria Vieira de; GONÇALVES, Carolina Santos; FERNANDES, Taynara Meiga; SANTOS, Polyana Oliveira; BARBOSA, Franciely Pabline Santana. Experiência extensionista de membros da Liga Acadêmica de Diabetes e Metabologia. **Extramuros**, Petrolina -PE, v. 1, n. 2, p. 22-29, ago./dez. 2013. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Abordagem interdisciplinar no tratamento do diabetes mellitus tipo 2: da teoria à prática

Mônica Barros Costa¹
Antonio Paulo André de Castro²

¹Professora associada da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: monica.costa@ufjf.edu.br.

RESUMO

A necessidade de equipes interdisciplinares nos cuidados com a saúde é reconhecida por todos e tem sido incorporada progressivamente na prática diária. As doenças crônicas não transmissíveis, como é o caso do diabetes mellitus, se caracterizam por ter etiologia multifatorial, difícil controle, necessidade de orientações voltadas para vários objetivos, e necessidade de interação de vários profissionais de saúde, no âmbito do tratamento. Diversos estudos apontam a abordagem multidisciplinar como uma ferramenta eficaz no controle metabólico e na redução dos fatores de riscos associados às complicações do DM. Embora a abordagem interdisciplinar se mostre eficiente e superior à abordagem convencional, a formação e a implantação de uma equipe interdisciplinar representam um grande desafio. O presente artigo tem como objetivo relatar a experiência do projeto de extensão universitária “Acompanhamento, Educação e Prevenção em Diabetes Mellitus” do Serviço de Endocrinologia do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais.

²Educador físico do Projeto de Extensão “ProDia” da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: castro_apa@yahoo.com.br.

Palavras-chave: Diabetes Mellitus; Educação em Saúde; Equipe de Assistência ao Paciente; Serviço Hospitalar de Educação.

Interdisciplinary Approach in the Treatment of Diabetes Mellitus Type 2 from Theory to Practice

ABSTRACT

The need of interdisciplinary teams in health care has been very well recognized and has been incorporated into daily practice. Chronic non-communicable diseases, such as diabetes mellitus, have a multifactorial etiology, many difficulties in achieving the therapeutic goals, the need for specific advice on different topics, and the interplay between many health professionals, as part of the treatment. Many studies have pointed out that a multidisciplinary approach represents an effective tool for achieving adequate metabolic control and for reducing the risk factors associated with diabetic complications. In spite of the efficiency and better results associated with an interdisciplinary approach when compared to a conventional one, the development and implementation of an interdisciplinary team represent a great challenge. This article aims to report the experience of the university extension program “Acompanhamento, Educação e Prevenção em Diabetes Mellitus” of the Service of Endocrinology of the University Hospital of the Federal University of Juiz de Fora, Minas Gerais.

Keywords: Diabetes Mellitus; Health Education; Patient Care Team; Education Department, Hospital; Health Education.

INTRODUÇÃO

A necessidade de trabalho interdisciplinar nos cuidados com a saúde é reconhecida por todos e tem sido incorporada de forma progressiva na prática diária. Objetivos múltiplos exigem diferentes abordagens e a formação de uma equipe interdisciplinar pode, além de proporcionar uma ação diferenciada, ampliar o sucesso do controle de muitas doenças e dos fatores de risco a elas relacionados (WAGNER, 2000; ZWAR, 2007).

As doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), como é o caso do diabetes mellitus (DM), se caracterizam por terem etiologia multifatorial e difícil controle, o que implica na necessidade de orientações voltadas para vários objetivos. Dessa forma, o tratamento pode ser mais efetivo com a interação de vários profissionais de saúde (WAGNER, 2000; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2001; ZWAR, 2007; HARRIS, 2008).

Na prática clínica, para o tratamento da grande maioria das enfermidades, o paciente não precisa entender a sua doença para que faça o tratamento de forma adequada. Entretanto, no caso do DM, existe uma peculiaridade: por se tratar de uma doença na qual é preciso existir um equilíbrio entre as várias atividades da vida diária, o tratamento passa a ser uma atividade a ser realizada 24 horas por dia e inclui, com frequência, importantes mudanças no estilo de vida. Pode-se dizer que quanto mais um paciente diabético sabe sobre sua doença e quanto mais entende como fazer as modificações necessárias na sua rotina de vida, mais sucesso terá no seu tratamento (KEERS, 2005; ZWAR, 2007. HARRIS, 2008).

Diversos estudos apontam a abordagem multidisciplinar como uma ferramenta eficaz no controle metabólico e na redução dos fatores de riscos associados às complicações do DM. Apesar disso, a construção e a implantação de uma equipe interdisciplinar encontram-se repletas de desafios.

O presente relato tem por objetivo relatar a configuração e a experiência de funcionamento do projeto de extensão “Acompanhamento, Educação e Prevenção em Diabetes Mellitus (ProDIA)” do serviço de Endocrinologia do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais.

Estruturação Interdisciplinar: A Equipe

A equipe pode ser constituída por todos os profissionais que participam do atendimento ao paciente diabético e qualquer outro profissional que possa se tornar necessário para obtenção do tratamento adequado (WAGNER, 2000). Em nosso caso, fazem parte da equipe professores, residentes (incluindo Residência Médica e Residência Multiprofissional), técnicos, auxiliares administrativos e alunos em nível de graduação e pós-graduação das seguintes áreas: Medicina, Enfermagem, Educação Física, Nutrição, Serviço Social, Fisioterapia, Odontologia, Farmácia, Análises Clínicas, Psicologia e Comunicação.

No desempenho de suas atividades, a atuação da equipe interdisciplinar precisa ir além do tratamento propriamente dito do DM, devendo, também, incluir atividades voltadas para prevenção em todos os níveis: primordial, primária, secundária e terciária (AMERICAN ASSOCIATION OF DIABETES

EDUCATORS, 2008). São descritas, a seguir, as competências dos profissionais das diferentes áreas, na abordagem do paciente diabético, definidas ao longo do funcionamento do projeto extensão, que teve seu início em 1999.

Participação da Medicina: diagnosticar a doença e as diversas intercorrências com ênfase na detecção precoce de complicações crônicas a ela relacionadas; avaliar clinicamente o paciente, seja por demanda por parte do paciente ou por solicitação da equipe de saúde; elaborar plano de tratamento adequado para cada caso com prescrição apropriada da medicação; encaminhar pacientes e solicitar acompanhamento de outros profissionais médicos, quando necessário.

Participação da Enfermagem: acompanhar o tratamento dos pacientes; fornecer orientação sobre o DM e o uso adequado da medicação prescrita pelo médico com avaliação da interação de alimentos e/ou nutrientes com os diversos medicamentos; investigar a presença de lesões cutâneas nos pés; orientar sobre hábitos de vida pessoais e familiares, além da higiene pessoal; pesquisar fatores de risco e hábitos de vida inadequados à saúde.

Participação da Nutrição: realizar consulta de Nutrição elaborando anamnese alimentar e avaliando frequência, quantidade e qualidade dos alimentos consumidos; investigar intolerâncias e alergias alimentares; oferecer ensinamentos sobre o preparo e processamento dos alimentos; fornecer orientação alimentar em geral sobre a composição nutricional dos alimentos, rotulagem, etc.; prescrever e orientar a dieta, considerando aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais; acompanhar a evolução nutricional de cada paciente.

Participação da Psicologia: realizar consulta psicológica com avaliação de como o paciente processa as informações quanto à saúde, para que o método de comunicação com ele seja devidamente individualizado; avaliar e tratar os aspectos emocionais que interfiram na qualidade de vida do paciente, seu nível de estresse e adesão ao tratamento global; atender familiares, para facilitar as mudanças de hábitos de vida do grupo familiar e a adesão ao tratamento.

Participação do Serviço Social: identificar aspectos socioeconômicos e familiares, visando caracterização da situação de trabalho e previdência; fazer o levantamento de expectativas sobre a doença e o seu tratamento; dar suporte ao paciente quanto a procedimentos de marcação de consulta, requerimento de medicamentos e outros serviços oferecidos pelo Sistema Único de Saúde; atualizar cadastro de recursos sociais visando o atendimento das demandas de pacientes e familiares, que possam interferir no tratamento da doença; desenvolver atividades visando à organização dos pacientes em associações de portadores da doença; realizar busca ativa de pacientes faltosos.

Participação da Educação Física: propor procedimentos para avaliar e acompanhar os níveis de aptidão física relacionada à saúde; programar

e supervisionar atividades físicas para os pacientes, presenciais e/ou a distância, individuais e em grupos, adequando-as às realidades locais e às características específicas de cada indivíduo; programação e execução de projetos de atividade física para prevenção de outras doenças crônicas e complicações do diabetes; auxiliar no controle de algumas complicações do paciente diabético como vasculopatias e neuropatias.

Participação da Odontologia: realizar consulta odontológica, com avaliação clínica de cada paciente; orientar quanto aos cuidados de higiene oral e medidas preventivas com ênfase na prevenção da doença periodontal; encaminhar para tratamento odontológico especializado, sempre que necessário.

Participação da Farmácia/Análises Clínicas: realizar anamnese farmacêutica; realizar estudo farmacológico dos medicamentos em uso pelo paciente, com intuito de investigar interações medicamentosas; orientar o paciente e/ou cuidador sobre o uso adequado da medicação prescrita e possível interação entre os diversos medicamentos; orientar sobre cuidados específicos relacionados à realização dos diferentes exames laboratoriais complementares.

Participação da Fisioterapia: realizar consulta fisioterápica, com ênfase em distúrbios osteomioarticulares relacionados ao DM e ao pé diabético; investigar a presença de lesões que representem risco para o pé diabético; prevenir e promover a reabilitação de casos de neuropatia.

Participação da Comunicação: fornecer assessoria na confecção de materiais educativos; auxiliar na realização de campanhas educacionais junto aos pacientes e à comunidade em geral; participar da divulgação de eventos voltados para a comunidade acadêmica ou para a população geral.

Além das participações específicas de cada área, existem atitudes comuns que devem ser adotadas e implantadas por toda a equipe interdisciplinar que vão desde o acolhimento do paciente no ambulatório até a assistência para o entendimento da conduta final, sempre visando a troca de informações.

DEFINIÇÃO DO PROCESSO DE EDUCAÇÃO

O Paciente: A quem devemos educar

O impacto emocional do diagnóstico do DM, em alguns casos, se manifesta sob a forma de negação da doença, o que dificultará, em um primeiro momento, a compreensão e a aceitação de informações a serem oferecidas pela equipe multiprofissional. Muitas vezes, é necessário um período de tempo para que ocorra adaptação à doença crônica e às modificações que serão necessárias no estilo de vida (FISHER, 2007).

Nesse momento é importante conhecer a personalidade do indivíduo, as crenças sobre a saúde, o nível sociocultural, o estilo de vida, o grau de conhecimento

sobre o DM, bem como suas atitudes e habilidades de enfrentamento em relação à doença. Para isso, é aconselhável evitar a abordagem sob a forma de perguntas e respostas. Deve-se buscar estabelecer um diálogo o mais amigável possível e um ambiente de ajuda mútua, lembrando que muitas vezes as prioridades do paciente não são as mesmas da equipe de saúde e a elaboração do programa deve ser o mais individualizado possível (KEERS, 2005; RHEE, 2005).

Estruturação do Conteúdo: O que educar

Uma vez avaliado o grau de conhecimento e o histórico de cada paciente, é traçado o programa de educação, que sempre deverá ser flexibilizado e adaptado ao paciente, ao grupo e, algumas vezes, à família.

Além dos pontos em comum, cada área poderá traçar quais são os pontos fundamentais a serem abordados para aprofundar um ou outro tema que seja necessário para cada grupo ou paciente, especificamente (HARRIS, 2008). Para isso, deve ser levado em conta o estágio da doença em que se encontra o paciente.

No caso do DM recém-diagnosticado, muitas vezes, o paciente está tão transtornado com o diagnóstico que será incapaz de absorver toda a informação necessária. Nesse caso, devem ser priorizadas as informações principais e indispensáveis para o início do tratamento e, em um segundo momento, serão instituídas as outras medidas necessárias à condução de cada caso. À medida que é vencida essa primeira fase, deve-se progredir com o processo de educação, aprofundando os diversos temas de cada área.

Periodicamente, o grupo de pacientes deve receber atualização das informações sobre a doença uma vez que, com a evolução do conhecimento, vão surgindo novos paradigmas que podem melhorar não só o controle da doença, mas também a qualidade de vida. Por ocasião das diversas intercorrências que possam surgir, seja uma gravidez, o aparecimento de uma complicação clínica ou cirúrgica ou mesmo o surgimento de complicação crônica relacionada ao DM serão também necessárias modificações e/ou atualização do programa de educação que vinha sendo desenvolvido.

Modelo de Ensino: Proposta para educar

Os programas de Educação em Diabetes podem ser implantados à maneira de uma sala de aula ou através de abordagens individualizadas. Estudos mostram que ambas as formas de abordagem, seja individual ou em grupo são efetivas na aquisição de conhecimentos e habilidades por parte dos pacientes (RICKHEIM, 2002; OSBORN, 2008). O número de pessoas para os trabalhos em grupo pode variar e podem ser utilizadas diversas técnicas como palestras e grupos de discussão, nos quais computadores e outros recursos audiovisuais podem ser incluídos.

De acordo com a disponibilidade de profissionais e as necessidades do paciente podem ser necessárias abordagens individuais e em períodos variáveis, cabendo ao profissional de saúde traçar as estratégias para cada situação. Não apenas as instruções formais, mas também a interação entre os pacientes, sob a supervisão da equipe interdisciplinar deve ser valorizada com o objetivo de facilitar

a troca de experiências.

Permeando as diversas atividades, alguns princípios educacionais básicos devem ser aplicados buscando sempre a participação ativa do paciente e seu envolvimento em todas as etapas, inclusive nas decisões sobre o programa de treinamento e educação sobre a doença. As informações devem ser didáticas e personalizadas buscando sempre que necessário a realização de atividades práticas. Sobretudo no que diz respeito às habilidades necessárias ao tratamento tais como aplicação de insulina, automonitorização da glicemia, exame dos pés, etc. As atividades de caráter prático são fundamentais no âmbito do processo educativo. A repetição e o necessário reforço sobre temas importantes também devem fazer parte do programa de educação. Além disso, é preciso zelar pela qualidade da informação que deve ser a mais completa e acessível possível sem perder a aplicabilidade prática da mesma (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2001; OSBORN, 2008).

Abaixo segue o modelo de atividades desenvolvido por nossa equipe no projeto de extensão “ProDIA” (Quadro 1).

	Dia 1	Dia 2	Dia 3
7:30 – 8:30	Reuniões de pacientes diabéticos (uso de técnicas de dinâmicas de grupo - mensal) Exercício físico ao ar livre supervisionado pela equipe (semestral)	Grupo terapêutico (supervisionado por psicólogo – semanal ou quinzenal)	Palestras em sala de espera (semanal)
8:00 – 11:30			Consultas individuais (semanal)
8:00 – 11:30			Mutirão de Avaliação do Pé diabético (mensal)

Quadro 1. Modelo de programa de 3 dias para atendimento ao paciente diabético.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento das atividades do projeto de extensão universitária “ProDIA” implica a participação ativa de toda uma equipe interdisciplinar na assistência e na orientação do tratamento de paciente diabéticos. As diversas atividades desenvolvidas têm propiciado significativa melhora na qualidade de vida dos indivíduos atendidos (COUTO, 2012).

Além da assistência e do tratamento do DM, o projeto de extensão, nestes moldes oferece campo de prática e oportunidade de formação e aprimoramento profissional, fundamentais para a formação acadêmica, além de propiciar campo de pesquisa na área de Diabetes Mellitus e possíveis interfaces.

No entanto, assim como acontece com outras doenças, a equipe de saúde se depara muitas vezes com a falta de adesão ao tratamento do DM, fato que não depende da escolaridade, do nível intelectual ou da situação socioeconômica. Esse fato merece destaque por gerar não apenas o mau controle da doença e aumentar o

risco para complicações agudas e crônicas como também por interferir na relação entre o paciente e a equipe de saúde.

Dessa forma, na construção e no desenvolvimento de um projeto de educação em saúde é preciso entender que se trata de um processo dinâmico no qual a autoavaliação e as revisões periódicas são necessárias. O trabalho da equipe interdisciplinar deverá sempre se basear em ações coletivas e mantidas em longo prazo, para oferecer ao paciente e à comunidade uma visão mais ampla do problema, dando-lhes conhecimento e motivação para vencer o desafio e propiciar a adoção de mudanças de hábitos de vida e adesão real ao tratamento proposto.

REFERÊNCIAS

AMERICAN ASSOCIATION OF DIABETES EDUCATORS (AADE). Position statement. *Diabetes Education and Public Health. Diab Educ*, v. 34, p.: 45-48, 2008

BOREN S. A; FITZNER K. A.; PANHALKAR P. S; SPECKER J. E. Costs and benefits associated with diabetes education: a review of the literature. *Diabetes Educ*, v.35. n. 1, p. 72-96, 2009.

COUTO, J. S.; SILVA, C. P. ; SOARES, L. S. ; LACERDA, A. M. ; MENDONÇA, M. D. V. ; KREPKER, F. F. ; CASTRO, A. P. A. ; COSTA, M. B. Avaliação da qualidade de vida em diabéticos participantes de um programa interdisciplinar de Educação em Diabetes. In: 30º Congresso Brasileiro de Endocrinologia e Metabologia, 2012, Goiania. *Arquivos Brasileiros de Endocrinologia e Metabologia*. São Paulo: Segmento Farma Editores, v. 56, p. S219-S219, 2012.

FISHER, E. B.; THORPE, C. T.; DEVELLIS, B. M.C. E.; DEVELLIS, R. F. Healthy coping, negative emotions, and diabetes management: a systematic review and appraisal. *Diab Educ*, v. 33, p. 1080-103, 2007.

HARRIS, M. Challenges in diabetes management. *Aust Fam Physician*, v. 37, n. 9, p. 716-20, 2008.

HORTON, E.; CEFALU, W. T.; HAINES, S. T.; SIMINERIO, L. M. Multidisciplinary interventions: mapping new horizons in diabetes care. *Diabetes Educ.*, v. 34, suppl 4, p. 78S-89S, 2008.

KEERS, J. C.; GROEN, H.; SLUITER, W. J.; BOUMA, J.; LINKS, T. P. Cost and benefits of a multidisciplinary intensive diabetes education programme. *J Evaluat Clin Pract*, v. 11, n. 3, p. 293-303, 2005.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Brasil. Departamento de Atenção Básica. Área Técnica de Diabetes e Hipertensão Arterial. Hipertensão Arterial Sistêmica e **Diabetes Mellitus**: protocolo /Ministério da Saúde, Brasília, 2001.

OSBORN, C. Y.; FISHER, J. D. Diabetes Education: integrating theory, cultural considerations, and individually tailored content. *Clin Diab*, v. 26, n. 4, p. 148-150, 2008.

RHEE, M. K.; COOK, C. B.; EL-KEBBI, I.; LYLES, R. H.; DUNBAR, V. G.; PANAYIOTO, R. M.; BERKOWITZ, K. J.; BOYD, B.; BROUSSARD, S.; GEORGE, C. D. Barriers to diabetes education in urban patients: perceptions, patterns, and associated factors. **Diab Educ**, v. 31, n. 3, p. 410-417, 2005.

RICKHEIM, P. L.; WEAVER, T. W.; FLADER, J. L.; KENDALL, D. M. Assessment of group versus individual diabetes education: a randomized study. **Diabetes Care**, v. 25, n. 2, p. 269-274, 2002.

WAGNER, E. R. The role of patient care teams in chronic disease management. **BMJ**, v. 320, p. 569-72, 2000

ZWAR, N. A.; HERMIZ, O.; COMINO, E. J.; SHORTUS, T.; BURNS, J.; HARRIS, M. F. Do multidisciplinary care plans result in better care for type 2 diabetes? **Aust Fam Physician**, v. 36, p. 85-89, 2007.

COMO CITAR ESTE RELATO:

COSTA, Mônica Barros; CASTRO, Antonio Paulo André de. Abordagem interdisciplinar no tratamento do diabetes mellitus tipo 2: da teoria à prática. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 1, n. 2, p. 30-37, ago./dez. 2013. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Práticas interdisciplinares para a promoção da saúde e prevenção de doenças crônicas em escolares: descrição da intervenção educacional para a promoção da atividade física

Júlio Brugnara Mello¹⁻³

Gabriel Gustavo Bergmann²⁻³

¹Graduando do Curso de Licenciatura em Educação Física – Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), RS, Brasil.

²Professor Adjunto do Curso de Licenciatura em Educação Física – Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), RS, Brasil.

³Grupo de Pesquisa em Atividade Física e Saúde na Infância e Adolescência.

Agradecimento: *O presente estudo foi financiado pelo Programa de Extensão Universitária do Ministério da Educação (ProExt MEC) e teve apoio da Secretaria Municipal da Educação de Uruguaiana, RS para a obtenção do acesso às escolas.*

RESUMO

O objetivo deste relato é descrever os procedimentos metodológicos referentes às intervenções educacionais relacionadas à atividade física aplicados nos estudantes e os resultados esperados do Programa de Extensão Universidade Escola: práticas interdisciplinares para a promoção da saúde e prevenção de doenças crônicas em escolares. O programa com caráter multidisciplinar teve a participação dos cursos de Fisioterapia, Educação Física, Enfermagem e Farmácia. Para participar do programa foram selecionadas duas escolas da zona urbana da cidade de Uruguaiana, RS. Uma delas foi considerada a escola intervenção e a outra a escola controle. Os alunos da escola intervenção, após autorização dos pais, passaram por uma série de avaliações. A partir das avaliações foram realizadas intervenções nas áreas específicas. As intervenções relacionadas à atividade física foram palestras informativas e *blitz* nos intervalos das aulas. Espera-se que a partir das intervenções os alunos tenham um maior conhecimento dos benefícios do estilo de vida ativo desde a adolescência e que a evasão de alunos da educação física das turmas participantes do projeto diminua.

Palavras-chave: Atividade motora; Programas de intervenção; Adolescentes.

Extension program university-school: interdisciplinary practices for health promotion and chronic disease prevention in students: description of physical activity intervention

ABSTRACT

The purpose of this article is to describe the methodological procedures of the educational interventions related to physical activity applied in the students and the expected results of the Extension Program University-School: interdisciplinary practices for health promotion and chronic disease prevention in students. The program was attended multidisciplinary courses in physical education, physical therapy, nursing and pharmacy. To participate in the project

were selected two schools of the urban area of Uruguaiana/RS. One of them was considered intervention school and the other one was considered control school. Students from the intervention school, after parental consent, underwent a series of evaluations. From reviews of interventions in specific areas were performed. Interventions related to physical activity were informative lectures and blitz between classes. It is expected that from the interventions students have a greater understanding of the benefits of an active lifestyle since adolescence and that avoidance of physical education students of the classes participating in the project decreases.

Keywords: Physical activity; Intervention program; Adolescents.

INTRODUÇÃO

Estudos conduzidos ao longo dos anos vêm demonstrando os benefícios da atividade física regular para a saúde e o bem-estar (JANSSEN et al., 2010; BLAIR et al., 2009). Entretanto, em diferentes partes do mundo, indícios apontam uma queda nos níveis de atividade física das populações. Dentre as subdivisões etárias das populações, as crianças e os adolescentes apresentam uma alta prevalência de baixos níveis de atividade física (GUEDES et al., 2001; NAHAS et al., 2009), porém, estes resultados se tornam ainda mais preocupantes quando corroborados por estudos que apontam que comportamentos desta faixa etária tendem a se manter na idade adulta. Crianças e adolescentes com baixos níveis de atividade física tendem a ter uma predisposição mais acentuada em desenvolver doenças crônicas não transmissíveis como a diabetes tipo 2, hipertensão, obesidade, hipercolesterolemia, doenças cardiovasculares diversas e doenças osteo-musculares (BIELEMANN et al., 2010; RAITAKARI et al., 2003).

As doenças cardiovasculares são as principais causas de morte no mundo (WHO, 2008), então, as principais ações de prevenção para saúde nos países desenvolvidos e em desenvolvimento vêm apresentando esforços para diminuir as mortes causadas por estas enfermidades. Dentre as diferentes possibilidades de atuação para a promoção da saúde, preocupações voltadas às crianças e aos adolescentes têm assumido considerável destaque (HALLAL et al., 2007). Tais preocupações encontram suporte, principalmente, no que se refere à criação de hábitos saudáveis nesta fase da vida, uma vez que experiências bem sucedidas na infância e adolescência tendem a ser mantidas pelo resto da vida. Neste contexto, como referido no documento do Ministério da Saúde intitulado “Política Nacional de Promoção da Saúde” (BRASIL MS, 2011) ações educativas em prol da saúde devem ser incentivadas, dando ênfase, dentre outros, à promoção da atividade física e de hábitos alimentares saudáveis.

Sendo assim, o *Programa de Intervenção Universidade-Escola: Práticas interdisciplinares para a promoção da saúde e prevenção de doenças crônicas em escolares* teve como objetivo principal intervir nos hábitos de vida dos escolares em três grandes áreas de cuidado com a saúde: prática de atividades físicas; cuidados com aspectos posturais e saúde do sistema ósteo-mio-articular; e o cuidado com parâmetros de saúde associados ao sistema cardiorrespiratório.

Este estudo tem como objetivo descrever os procedimentos metodológicos do projeto referentes às intervenções educacionais relacionadas à atividade física

aplicada nos estudantes e os resultados esperados desta intervenção.

DESENVOLVIMENTO

Escolha das escolas e sujeitos

Inicialmente a décima Coordenadoria Regional da Educação do estado do Rio Grande do Sul (10^a. CRE - RS) e a Secretaria Municipal da Educação (SEMED) de Uruguaiana, RS, foram contatadas. Após a apresentação dos objetivos e procedimentos do programa, foi disponibilizado o número de escolas no município, bem como o endereço de cada escola. Em seguida, foram escolhidas duas escolas a partir de um sorteio simples entre todas as escolas públicas da zona urbana da cidade de Uruguaiana/RS. Inicialmente as direções das escolas sorteadas foram contatadas para que os objetivos e procedimentos do programa fossem apresentados. Após, foi realizado mais um sorteio para definir qual seria a escola controle e qual seria a escola intervenção. Para participarem das avaliações e intervenções, todas as crianças precisavam de uma autorização assinada por um responsável.

Para composição da amostra optamos por escolares das sextas e sétimas séries (atualmente sétimo e oitavo ano, respectivamente, mas em 2011 quando as ações foram desenvolvidas ainda estava sendo utilizado nas escolas controle e intervenção os termos sexta e sétima série) do ensino fundamental das escolas controle e intervenção. Por sugestão da direção das escolas as razões para a não inserção das turmas de quinta série e oitava série (atualmente sexto e nono ano, respectivamente) na composição da amostra foram:

- a) Os escolares das turmas de quinta série, por estarem ingressando nos anos finais do ensino fundamental poderiam ainda não estar totalmente adaptados aos procedimentos desta nova etapa escolar (professores específicos por áreas, por exemplo) e poderiam ainda não estar maduros o suficiente para um adequado aproveitamento dos conteúdos que seriam apresentados e discutidos, considerando a forma como as ações educacionais de intervenção seriam realizadas;
- b) Os escolares das turmas de oitava série, nas duas escolas, tradicionalmente apresentavam os maiores índices de evasão escolar dentre todos os anos escolares. Desta forma, ao final do período de intervenção talvez poucos alunos destas turmas teriam participado de todas as etapas do programa.

Assim, conforme a sugestão das direções das escolas, os alunos das turmas de sexta e sétima série seriam aqueles que possivelmente mais aproveitariam as ações de intervenção propostas. Respeitando as sugestões das direções das escolas e considerando que a proposta geral do programa envolveria ações em múltiplas áreas, e que para operacionalização destas ações os recursos (material e humano) do programa não possibilitariam a inserção de mais do que 200 escolares, optamos por inserir na composição da amostra todas as turmas de sexta e sétima série das duas escolas.

Não obstante as justificativas para a forma de seleção da amostra, os programas de promoção da saúde em geral e da atividade física em específico devem ter ações amplas e pedagogicamente adaptadas a todas as faixas etárias e situações educacionais dos escolares. Assim, esta característica pode ser considerada uma limitação do programa.

Com as turmas escolhidas, após agendamento junto à direção das escolas, os alunos destas turmas foram visitados. Na escola intervenção o procedimento e objetivos do programa foram apresentados para os alunos, sendo todos convidados a participar do programa. Na escola controle foi apresentado o procedimento e os objetivos específicos para aquela escola e todos os alunos das turmas escolhidas foram convidados a participar do programa. É importante destacar que foi acordado com a direção da escola controle que após a finalização da etapa de intervenção, todas as ações educativas desenvolvidas na escola intervenção seriam realizadas também com os alunos das turmas que participaram como controle. Além dos objetivos e procedimentos, também um termo de consentimento livre e esclarecido foi encaminhado para os responsáveis de todos os escolares das turmas selecionadas das duas escolas. No total, participaram do programa 130 escolares. A idade média dos participantes foi de 13,02 anos (desvio padrão: 0,91). Ao final do programa 91 escolares participaram de todas as etapas do projeto, sendo 23 participantes da escola controle e 68 participantes da escola intervenção.

Descrição do Programa

O *Programa de Intervenção Universidade-Escola* foi financiado pelo Programa de Extensão Universitária do Ministério da Educação (ProExt MEC) e contou com a participação de docentes, técnicos e acadêmicos dos cursos de Educação Física, Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus Uruguaiana/RS. Primeiramente, os acadêmicos envolvidos tiveram um período de capacitação teórica e prática. Revisões de literatura e apresentações de trabalhos sobre os temas relacionados ao programa foram realizadas. Além disto, todos os acadêmicos foram capacitados para realizar as avaliações (pré e pós-intervenção) e as intervenções do programa.

Após a seleção das escolas e a capacitação dos acadêmicos, as atividades nas escolas iniciaram. A escola controle apenas participou das avaliações pré e pós-intervenção, não tendo seu cotidiano alterado durante o período das intervenções. A escola intervenção participou de todas as etapas do programa. Após o término do programa todos os procedimentos das intervenções educacionais foram realizados com os alunos da escola controle, apenas com um caráter de participação das atividades e experiências.

O programa teve início em abril de 2011 e término em dezembro de 2011. As atividades foram divididas em três fases: a) avaliações antes das intervenções (pré-intervenção); b) intervenções educacionais; e c) avaliações após as intervenções (pós-intervenção). Durante o período de intervenções foram realizadas diversas atividades abrangendo todas as áreas do programa. As atividades ocorreram de duas a três vezes por semana sendo conduzidas pelos acadêmicos bolsistas e voluntários e supervisionadas pelos docentes.

A atividade física como parte do programa

Alguns estudos realizados com estudantes no Brasil mostram a fragilidade do nível de atividade física e aptidão física em geral (TENÓRIO et al., 2010; RIVERA et al., 2010; DOMINGUES et al., 2010; GUEDES et al., 2012; BRACCO et al., 2012). A partir desse contexto foi inserido no programa Universidade-escola atividades que abordassem a importância da atividade física regular para a saúde em geral, para o rendimento escolar, para o desenvolvimento do corpo, além de mostrar o quanto pode ser prazeroso praticar alguma atividade física regularmente.

Outro ponto abordado foi a participação nas aulas de educação física, que se mostrou baixa entre os alunos avaliados. Embora não tenhamos interferido nas aulas de educação física, os professores da escola puderam acompanhar todo o projeto e agregar opiniões e participar de discussões junto aos acadêmicos para que os alunos pudessem entender a importância da participação nas aulas.

Avaliações

As avaliações aconteceram no início e ao final do programa, sendo que as duas seguiram a mesma padronização e foram realizadas pelos mesmos acadêmicos, técnicos e docentes. A atividade física foi estimada por meio do questionário de atividades físicas para crianças e adolescentes (*Physical Activity Questionnaire for Older Children PAQ-C* (CROCKER et al., 1997) e *Adolescents PAQ-A* (KOWALSKI et al., 1997) adaptado e validado para a realidade brasileira (SILVA e MALINA, 2000) e classificada em inativos e ativos. Para a tabulação dos dados foi utilizado o pacote estatístico SPSS 17.0.

Intervenções educacionais

A intervenção que abordou atividade física não interferiu no projeto pedagógico e no projeto de ensino dos professores de educação física da escola intervenção. Foram realizadas palestras e *Blitze*. As palestras abordaram os seguintes temas: benefícios do exercício físico e a prevenção de doenças; sistema cardiovascular e as influências dos hábitos de vida; exercício físico como prevenção à obesidade e incremento da aptidão física relacionada à saúde. As palestras foram realizadas em uma sala de aula disponibilizada pela escola com duração de 50 minutos, um encontro por semana durante quatro semanas. Os temas e as apresentações eram elaborados pelos acadêmicos envolvidos no projeto, neste caso os do curso de educação física, tendo a orientação dos docentes que atuavam na área. Os acadêmicos contaram com recursos audiovisuais, materiais para medidas e avaliação, peças anatômicas e pôsteres para a realização das palestras. Após as palestras, os alunos da escola intervenção, juntamente com os palestrantes, confeccionavam cartazes abordando os temas discutidos e os espalhavam pelos corredores da escola.

As *Blitze*, atividades de curta duração, foram realizadas durante os períodos de intervalo (recreio) e no término das aulas nas semanas em que as intervenções

sobre atividade física aconteceram. Os alunos, orientados pelos acadêmicos, realizavam alongamentos, exercícios leves, conversas sobre os temas das palestras e exposições dos materiais confeccionados, além disto, também eram entregues panfletos informativos.

Resultados esperados

A partir das intervenções esperamos que os alunos identificados com baixos níveis de atividade física adotem estilos de vida mais ativos, os identificados com níveis de atividade física adequado mantenham os hábitos, e que todos os participantes compreendam a importância do estilo de vida ativo. Espera-se que as intervenções sejam transmitidas/repasadas pelos alunos participantes aos demais alunos e comunidade escolar, assim como uma queda na desistência da educação física por parte dos alunos participantes do projeto. Em uma esfera mais ampla, que os professores da escola utilizem os métodos, teóricos e práticos, durante a elaboração do plano de ensino e dos planos de aula educação física da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Programa de Extensão Universidade Escola: Práticas Interdisciplinares para a Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças Crônicas em Escolares teve todas as etapas concluídas nas duas escolas (intervenção e controle) e todos os dados foram tabulados para posteriores análises. Acreditamos que o tempo de intervenção foi curto, considerando que as intervenções foram apenas teóricas e que os métodos utilizados talvez não sejam os mais adequados para implantar um novo estilo de vida, principalmente em adolescentes, que têm comportamentos peculiares da faixa etária. Contudo, esperamos que com as intervenções realizadas os alunos participantes aumentem seus níveis de atividade física e compreendam os benefícios de uma vida fisicamente ativa.

REFERÊNCIAS

BIELEMANN, R.; KNUTH, A. G.; HALLAL, P. C. Atividade física e redução de custos por doenças crônicas ao Sistema Único de Saúde. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, v. 15, p. 9-14, 2010.

BLAIR, S. N.; MORRIS, J. N. Healthy hearts—and the universal benefits of being physically active: physical activity and health. **Annals of Epidemiology**, v. 19, n. 4, p. 253-256, 2009.

BRACCO, M. M.; CARVALHO, K. M. B.; BOTTONI, A. et. al. Atividade física na infância e adolescência: impacto na saúde pública. **Rev Ciênc Méd**, n. 12, p. 89-97, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/PNPS2.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2013.

CROCKER, P. R.; BAILEY, D. A.; FAULKNER, R. A.; KOWALSKI, K. C.; MCGRATH, R. Measuring general levels of physical activity: Preliminary evidence for the Physical Activity Questionnaire for Older Children. **Med Sci Sports Exer**, n. 29, p. 1344-1349, 1997.

DOMINGUES, M. R.; GIGANTE, D. P.; DUMITH, S. C. et al. Prevalence and correlates of physical activity among adolescents from Southern Brazil. **Rev Saúde Pública** n. 44, p. 457-67, 2010.

GUEDES, D. P. et al. Níveis de prática de atividade física habitual em adolescentes. **Rev Bras Med Esporte**, v. 7, n. 6, p. 187-99, 2001.

GUEDES, D. P.; MIRANDA NETO, J. T.; GERMANO, J. M. et al. Aptidão física relacionada à saúde de escolares: programa fitnessgram. **Rev Bras Med Esporte**, n. 28, p. 72-76, 2012.

HALLAL, P. C.; DUMITH, S. C.; BASTOS, J. P. et. al. Evolução da pesquisa epidemiológica em atividade física no Brasil: revisão sistemática **Rev Saúde Pública**, vol. 41, n. 3, p. 453-460, 2007.

JANSSEN, I.; LEBLANC, A. G. Review Systematic review of the health benefits of physical activity and fitness in school-aged children and youth. **International Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity**, v. 7, n. 40, p. 1-16, 2010.

KOWALSKI, K.; CROCKER, P.; FAULKNER, R. Validation of the physical activity questionnaire for older children. **Pediatr Exerc Sci**, n. 9, p. 174-186, 1997.

NAHAS, M. V. et al. Physical activity and eating habits in public high schools from different regions in Brazil: the Saúde na Boa project. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 12, n. 2, p. 270-277, 2009.

RAITAKARI O. T. et al. Cardiovascular risk factors in childhood and carotid artery intima-media thickness in adulthood: the cardiovascular risk in young finns study. **JAMA**, v. 290, n. 17, p. 2277-83, 2003.

RIVERA, I. R.; SILVA, M. A. M.; SILVA, R. D. T. A. et.al. Atividade Física, Horas de Assistência à TV e Composição Corporal em Crianças e Adolescentes. **Arq Bras Cardiol**, n. 95, p. 159-165, 2010.

SILVA, R. R.; MALINA, R. Level of physical activity of in adolescentes of Niterói, Rio de Janeiro, Brazil. **Cad Saúde Pública**, n. 16, p. 1091-97, 2000.

TENÓRIO, M. C. M.; BARROS, M. V. G.; TASSITANO, R. M. et. al. Atividade física e comportamento sedentário em adolescentes estudantes do ensino médio. **Rev Bras Epidemiol**, n. 13, p. 105-17, 2010.

WHO. World Health Organization. **The Global Burden of Disease: 2004**. UpDate. WHO Press: Geneva, 2008.

COMO CITAR ESTE RELATO:

MELLO, Júlio Brugnara; BERGMANN, Gabriel Gustavo. Práticas interdisciplinares para a promoção da saúde e prevenção de doenças crônicas em escolares: descrição da intervenção educacional para a promoção da atividade física. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 1, n. 2, p. 38-45, ago./dez. 2013. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Ressignificar o cuidado hospitalar na perspectiva da humanização: desvelando uma experiência vivenciada

Denise Consuelo Moser¹
Eleine Maestri²
Keli Marocco³
Ariane Stieven⁴
Tiago Labres⁵

¹Docente do curso de
Enfermagem da UFFS.
E-mail: denise.moser@
uffs.edu.br

²Docente do curso de
Enfermagem da UFFS.
E-mail: eleine.maestri@
uffs.edu.br

³Acadêmica do curso de
Enfermagem da UFFS.
E-mail: keli_marocco@
hotmail.com

⁴Acadêmica do curso de
Enfermagem da UFFS.
E-mail: nane_stieven@
hotmail.com

⁵Acadêmico do curso de
Enfermagem da UFFS.
E-mail: tiagolabres@
hotmail.com

RESUMO

A discussão sobre humanização e as suas ações percorrem uma discussão de longa data. A criação da Política Nacional de Humanização (PNH) em 2003 trouxe uma luz a esta temática e muitos avanços neste sentido. Infelizmente o atendimento e a assistência prestada nos estabelecimentos de saúde ainda apresentam um despreparo por parte dos profissionais. Com o projeto de extensão *Humanização: resignificando o cuidado hospitalar* desenvolvido no hospital filantrópico do Oeste Catarinense, com um grupo de trabalhadores da saúde **objetivou-se** refletir a partir da PNH, ações e intervenções possíveis. **Metodologia:** O projeto fundamentou-se no Círculo de Cultura de Paulo Freire, permitindo discussões e troca de experiências sobre as diretrizes da PNH. **Considerações finais:** Apesar da constante discussão a cerca da Humanização, poucos profissionais conhecem o PNH. É de fundamental importância ampliar as discussões com os profissionais que atuam nos serviços de saúde, bem como desmistificar os conceitos errôneos ainda existentes.

Palavras-chave: Humanizar; Enfermagem; Cuidado.

ABSTRACT

The discussion on humanization and their actions cover a longstanding discussion. The creation of the National Humanization Policy (NHP) in 2003 brought a light to this issue and many advances in this direction. Unfortunately the service and care provided in health facilities still have a lack of preparation by professionals. Humanization design with extension: resignifying hospital care developed in the philanthropic hospital west of Santa Catarina, with a group of health workers aimed to reflect from the PNH, actions and possible interventions. **Methodology:** The project was based on the Circle of Culture of Paulo Freire, allowing discussions and exchange of experiences on the guidelines of PNH. **Final Thoughts:** Despite the constant discussion about the Humanization, few professionals know PNH. It is vital to broaden discussions with professionals working in health services, as well as demystify the misconceptions still exist.

Keywords: Humanization; Nursing; Care.

ASPECTOS INICIAIS E IMPRESSÕES: INTRODUÇÃO

A Humanização vem ao longo dos últimos anos sendo estudada e implementada nos ambientes de assistência à saúde, por fazer-se extremamente necessária, visto que, mesmo com a grande discussão a respeito do tema, ainda

encontra-se nos serviços de saúde as longas filas de esperas para a realização de consultas e o atendimento fragmentado, na qual o paciente é visto apenas pela sua doença ou então como um número (de quarto ou leito), e não como o indivíduo central do cuidado (OLIVEIRA, 2006).

Nesse contexto, falar em humanização torna-se bem abrangente e inclui fatores como as condições em que os profissionais estão inseridos. Muito da desumanização na assistência dá-se pela baixa remuneração dos profissionais, jornadas duplas ou até triplas de trabalho, falta de materiais e de oportunidade para que os profissionais aperfeiçoem-se na sua área de atuação, bem como a falta de reconhecimento profissional e de que a humanização envolve cuidados com o próprio funcionário. Consequentemente, estes e outros fatores repercutem na falta de motivação na assistência, tornando-se assim um trabalho mecânico (OLIVEIRA, 2006).

Para o autor, com a constante discussão acerca da Humanização, percebe-se que poucos são os profissionais que conhecem na íntegra a PNH, e mesmo quando a instituição busca desenvolver uma assistência mais humanizada, muitos são os aspectos que não são contemplados.

Para OLIVEIRA (2006), mesmo com todos os avanços:

Estamos vivendo um empasse em que se: enfrenta fragmentação do processo de trabalho e das relações entre os diferentes profissionais, fragmentação da rede assistencial, precária interação nas equipes, burocratização e verticalização do sistema, baixo investimento na qualificação dos trabalhadores, formação dos profissionais de saúde distante do debate e da formulação da política pública de saúde.

O Programa Nacional de Humanização da Assistência Hospitalar – PNHAH, criado pelo Ministério da Saúde em 2000, teve como objetivo tornar a assistência mais “fácil” no tratamento dos pacientes, recuperar a comunicação entre profissional, usuários, familiares e gestores. A partir desta, e com o intuito de estender o atendimento humanizado a todos os serviços de saúde, foi criada a Política Nacional de Humanização (PNH), a qual visa à assistência integral, um cuidado que seja totalitário tanto da sua dor, quanto nas dimensões psíquicas, físicas, sociais e profissionais. A ambiência também tem papel importante, já que além de garantir condições de trabalho aos profissionais deve proporcionar um ambiente agradável e acolhedor para usuários e seus familiares (SALICIO e GAIVA, 2006).

Humanizar abrange também a aceitação dos sentimentos do paciente, sua história, cultura, seus direitos, sem esquecer-se do contexto familiar, e de que a família faz parte do processo de adoecimento e de recuperação da saúde. A PNH busca despertar nos profissionais e gestores a importância da valorização das necessidades individuais dos pacientes, ou seja, agir com ética nos mais diversos momentos, tratando o paciente com respeito e reconhecendo seus limites de acordo com sua religião, cultura, suas crenças, seu grau de instrução, entre outros: “Dessa forma, a assistência humanizada se estende para além dos cuidados centrados no

paciente, inclui a avaliação das necessidades dos familiares e de toda a equipe de saúde” (SALICIO e GAIVA, 2006, p. 373).

Entendemos que apostar na humanização das práticas de saúde impõe que repensemos a relação entre a equipe de saúde e o encaminhamento da política pública. O plano do público é aquele construído a partir das experiências de cada homem e humanizar as práticas de atenção e gestão em saúde foi para a PNH levar em conta a humanidade como força coletiva que impulsiona e direciona o movimento das políticas públicas. Neste sentido, é importante que os profissionais se organizem coletivamente num movimento de consciência e trabalho, considerando a proposta/aposta da PNH e buscando manter vivo este processo. O fato de o SUS ter se constituído como um texto legal, sua dimensão “de direito”, não pode esgotar o que na experiência concreta se dá como o movimento constituinte e contínuo da reinvenção da própria humanização.

CAMPOS CENÁRIOS E SUJEITOS: ENTRELAÇAMENTOS DO CAMINHO METODOLÓGICO ADOTADO

Os encontros foram realizados nas instalações do hospital, entidade filantrópica localizada no município de Xaxim-SC, Hospital Frei Bruno, pelas acadêmicas do 5º. (quinto) semestre do curso de Enfermagem - UFFS e com o consentimento da Instituição e dos profissionais. As atividades desenvolvidas no projeto estavam baseadas em encontros realizados quinzenalmente durante cinco meses, de abril a agosto de 2012. Durante o período de realização, através de discussões, troca de experiências, rodas de conversa, dinâmicas de grupo e confecção de conceitos e estratégias, buscou-se conhecer e refletir a Política Nacional de Humanização (PNH), e assim discutir ações e intervenções cabíveis e que se ajustassem às necessidades da instituição.

Os encontros, realizados na perspectiva de círculos de cultura, no período matutino, com duração aproximada de 1 (uma) hora, visavam a proporcionar as discussões e a qualificação dos profissionais em horário de trabalho. O grupo foi composto por funcionários de todos os setores da instituição, como técnicos de enfermagem, setor administrativo, serviços gerais e copa. Todas as atividades do projeto de extensão foram desenvolvidas por meio de discussões em grupo, fundamentadas na educação dos participantes. O tema central para as discussões foi a Política Nacional de Humanização do Ministério da Saúde. Vale destacar que foram necessários dez encontros para atingir a meta inicialmente proposta, considerando o movimento necessário durante os encontros.

O Círculo de Cultura proposto foi abordado a partir de uma categoria central, com o tema Humanização, o qual ocorreu em abril de 2012. Este Círculo de Cultura contou com a presença de cerca de oito profissionais, com duração média de 1 hora. O objetivo deste Círculo foi compreender o entendimento dos profissionais sobre a temática humanização. Não utilizamos inicialmente materiais com conceitos pré-estabelecidos sobre saúde, pois o foco da sistemática de Paulo Freire é captar temas geradores a partir do entendimento dos sujeitos (GADOTI, 2002).

A discussão da temática de humanização na saúde é de relevância para atuação dos profissionais, tendo em vista que a maneira como os mesmos compreendem irá nortear suas práticas em busca de melhorias para sua atuação. Neste sentido, a categoria humanização disparou o processo para utilização da dinâmica dos Círculos de Cultura. Desta forma, os encontros seguintes seguiram conduzidos pela mesma proposição, ou seja, sempre lançávamos mão de uma palavra chave ou tema conexo à humanização e mantínhamos as discussões nas rodas de conversa, buscando sempre a interlocução dos atores envolvidos no círculo proposto.

Neste Círculo de Cultura utilizamos o recurso audiovisual com um equipamento multimídia, na qual foram projetadas algumas perguntas e questões sobre: **O que você entende por “humanização”? Ou: O que você imagina assim que alguém fala a palavra “humanização”?** Esta estratégia permitiu ter uma ideia do conhecimento do grupo sobre o tema principal e comparar seus conceitos ao final do curso. Gerou também uma oportunidade para refletir, facilitando, assim os debates para os próximos assuntos. Os temas referentes aos encontros foram: Humanização direcionada ao profissional; Trabalho em equipe; Relação profissional-família-paciente; Ambiência; Fragilidades e potencialidades da instituição para a humanização; Construção de estratégias a serem implementadas na instituição.

Além das perguntas, foram projetadas imagens que denotavam atos de humanização no ambiente hospitalar, buscando as percepções e impressões do grupo. As imagens a seguir foram fundamentais, pois facilitaram o entrosamento e a participação do grupo. Também adotamos um aparelho de som, na tentativa de relaxar e socializar os participantes e a integrarem o grupo, o qual era usado nos intervalos e durante o lanche.

Vale destacar que, ao final de cada encontro, fazíamos um fechamento prévio, no sentido de obter impressões dos participantes sobre a dinâmica adotada e sobre a temática desenvolvida no dia e uma avaliação do curso e das atividades apresentadas através de uma enquete (Anexo I). Esta enquete foi colocada à disposição de todos os funcionários da instituição, mesmo para quem não participou do curso. Assim, podemos ter uma ideia de como nós, acadêmicas, apresentamos o tema, se quem participou aprovou e recomendaria, além de entender o porquê houve uma evasão dos participantes no decorrer dos encontros. O grupo sempre se mostrou muito interessado e entusiasmado com a dinâmica e aos poucos foram interagindo com a proposta, resultando em momentos de trocas e até desabafo frente ao trabalho no ambiente hospital, pois se trata de uma atividade que requer atenção e afeto.

DISCUSSÕES: TRANSITANDO E DELINEANDO UM MOSAICO DE PERCEPÇÕES

Diante do movimento frequente das discussões acerca da humanização nos serviços de saúde, muitos profissionais ainda costumam associar o termo a uma concepção mais antiga. Segundo Rios (2009, p. 14), a humanização já foi vista como um conjunto de “[...] ações humanizadoras com o intuito de recuperar a saúde física, o respeito, os direitos, a generosidade, a expressão subjetiva e o desejo das pessoas”, buscando resgatar valores morais e éticos em um momento em que a medicalização

e coisificação das pessoas mostravam-se algo constante, principalmente quando se fala no ambiente hospitalar.

Em meio a este cenário, em que se destacou a indignação e insatisfação dos usuários bem como dos profissionais, criou-se em 2000 a PNHAH (Programa Nacional de Humanização da Assistência Hospitalar), que em 2003, passou a ser a PNH (Política Nacional de Humanização), tendo como diretrizes a valorização da dimensão subjetiva e social, fortalecendo os compromissos e responsabilidades; o fortalecimento do trabalho em equipe, a transdisciplinariedade e a grupalidade; o uso da comunicação, educação permanente e dos espaços na construção da autonomia e protagonismo e da promoção do cuidado ao cuidador. Para Selli (2003):

Atitudes humanitárias preveem a necessidade de uma percepção que se estabelece no interior das instituições de saúde, entre os mais diversos setores que compõem o corpo funcional de tais instituições, além, é claro, da relação humanitária em relação aos usuários.

Ainda de acordo com Selli, “o termo humanização remete aos pacientes e, em menor escala, aos seus familiares”, o que erroneamente justifica o pensar de muitos profissionais. A autora ainda defende a necessidade de humanização da assistência, que pra tal, deve incluir “[...] aqueles que desenvolvem seu mister como profissionais da área da saúde no interior da instituição”, e não esquecendo de que estes “[...] devem dispor de condições necessárias para desenvolver suas atividades”.

Cabe salientar alguns aspectos do pensamento de Freire, o qual se fundamenta em uma visão de homem como um ser no mundo e com o mundo, um ser que está junto com outros seres no mundo. Inserir-se no mundo de forma consciente, ver-se como um ator do mundo e de si mesmo é o processo da conscientização, que levará ao que se chama atualmente de empoderamento.

Para Freire, o encontro dos homens se dá através de diálogo que as pessoas irão pronunciar o mundo e, na pronúncia que vejo o outro fazer, eu refaço a minha própria pronúncia. É este processo que confere ao homem a possibilidade de ser mais, de realizar, então, sua vocação ontológica. Mas, para dar partida a este diálogo, o mundo precisa ser aquele em que o indivíduo se veja, precisa ser o mundo do sujeito. Ou seja, as pessoas começam a fazer relações de seu mundo com o mundo maior, na exata medida em que conseguem se ver fazedoras de seu mundo. (GADOTI, 2002).

Freire entende o ser humano como um ser de relação com outros seres e com o mundo, no sentido que ninguém está só no mundo, cada um de nós é um ser no mundo e com o mundo. O autor compreende que o homem é o único ser capaz de reagir de forma desafiadora frente aos problemas do mundo, para suprimir suas necessidades, por isso supera o mais desenvolvido dos animais. O ser humano em Freire está no mundo e com o mundo, já os animais apenas estão no mundo, não percebem a realidade como desafiadora. (FREIRE, 2005).

CONSIDERAÇÕES E (RE)CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos o Ministério da Saúde apresentou diversas propostas de humanização dos serviços, por outro lado, os usuários continuam reivindicando melhorias na qualidade e no acesso aos serviços de saúde, de forma que a assistência seja resolutiva e eficaz, de acordo com os princípios do SUS. No entanto, o que se percebe na prática dos serviços hospitalares é que poucos são os profissionais que conhecem na íntegra a PNH, que os serviços nem sempre disponibilizam de condições que valorizem o profissional e o trabalho inter e multiprofissional efetivo, e mesmo quando a instituição busca desenvolver uma assistência mais humanizada, muitos são os aspectos que não são contemplados. Portanto, é de fundamental importância ampliar as discussões com os diversos profissionais que atuam nos serviços de saúde, bem como desmistificar os conceitos errôneos ainda existentes.

O desenvolvimento do projeto possibilitou refletir a importância do papel dos profissionais frente à humanização da assistência, através de ações efetivas de enfermagem, voltadas à humanização do cuidado, considerando os diversos profissionais, as necessidades dos trabalhadores e a assistência de qualidade ao paciente e sua família, dentro do ambiente hospitalar, visto que, em meio a tantos avanços tecnológicos e possibilidades de melhoria da assistência hospitalar, os recursos parecem estar mais associados a propostas de investimentos na estrutura física dos prédios, na alta e moderna tecnologia e a outros processos que não necessariamente impliquem mudanças na cultura organizacional em prol da humanização do trabalho e do cuidado de qualquer processo de intervenção na saúde, principalmente, no que diz respeito à pretendida humanização de um hospital.

Nesse contexto, é indispensável apontar caminhos para uma nova maneira de entender e sentir a realidade, não priorizando apenas o tecnicismo, propondo um cuidado humanizado, fazendo com que os trabalhadores voltem mais sua atenção aos usuários, estando presente, trazendo segurança, diminuindo seus anseios e valorizando o ser humano. É de suma importância, também, que os gestores e administradores dos estabelecimentos de saúde estejam envolvidos e, que compreendam todos os aspectos que estão envolvidos na “humanização da assistência”.

REFERÊNCIAS

CASATE Juliana Cristina, CORRÊA Adriana Kátia. Humanização do atendimento em saúde: conhecimento veiculado na literatura brasileira de enfermagem. **Rev. Latino-Am Enfermagem**, v. 13, n. 1, p. 105-111, jan./fev. 2005. Disponível em: <www.eerp.usp.br/rlae>.

DESLANDES, S. Análise do discurso oficial sobre a humanização da assistência hospitalar comunicacional. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 9, n. 1, 2004.

FREIRE, P. **Educação como prática a liberdade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. **Essa Escola chamada vida.** Co-autoria com Frei Beto. São Paulo: Ática, 1985.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GADOTTI, Moacir. **Convite à leitura de Paulo Freire.** São Paulo: Editora Scipione, 2002. (Série Pensamentos e Ação no Magistério.)

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa.** Tradução Sandra Netz. 2. ed. Porto Alegre: Boockman, 2004.

KLOCK Patrícia et al. Reflexões sobre a política nacional de humanização e suas Interfaces no trabalho da enfermagem em instituição Hospitalar. **Ciência, Cuidado e Saúde**, Maringá, v. 5, n. 3, p. 398-406, set./dez. 2006.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política Nacional de Humanização Hospitalar.** Brasília, Ministério da Saúde; 2003. Disponível em: <www.saude.gov.br>.

OLIVEIRA, Beatriz Rosana G. A humanização na assistência a saúde. **Rev Lat-Am Enfermagem**, v. 14, n. 2, p. 277-284, mar./abr. 2006.

RIOS, Izabel Cristina. **Caminhos da humanização na saúde: prática e reflexão.** São Paulo: Aurea Editora, 2009.

SALICIO Dalva Magali Benine; GAIVA, Maria Aparecida Munhoz. O significado de humanização da assistência para enfermeiros que atuam em UTI. **Revista Eletrônica de Enfermagem** [Internet], v. 8, n. 3, p. 370-6, 2006. Disponível em: <http://www.fen.ufg.br/revista/revista8_3/v8n3a08.htm>.

SELLI, Lucilda. Reflexões sobre o atendimento profissional humanizado. **O mundo da Saúde**, São Paulo, ano 27, v. 27, n. 2, abr/jun. 2003.

COMO CITAR ESTE RELATO:

MOSER, Denise Consuelo; MAESTRI, Eleine; MAROCCO, Keli; STIEVEN, Ariane; LABRES, Tiago. Ressignificar o cuidado hospitalar na perspectiva da humanização: desvelando uma experiência vivenciada. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 1, n. 2, p. 46-52, ago./dez. 2013. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Noções de biossegurança e ergonomia no trabalho: uma proposta de educação em saúde para manicures e pedicures de Diamantina, Minas Gerais

Cláudia Aparecida Fernandes Cordeiro¹
Ana Paula Azevedo Hemmi²
Gabriela de Cássia Ribeiro³

¹ Acadêmica do curso de graduação em Enfermagem da UFVJM. E-mail: klaudinhakordeiro@yahoo.com.br

² Docente do curso de graduação em Enfermagem da UFVJM. E-mail: ana.hemmi@ufvjm.edu.br

³ Docente do curso de graduação em Enfermagem da UFVJM. E-mail: gabriela.ribeiro@ufvjm.edu.br

Agradecemos à Pró-reitoria de Extensão da UFVJM por ter financiado o projeto de extensão de que trata este relato.

RESUMO

De acordo com dados verificados na Vigilância Sanitária do município de Diamantina (Minas Gerais), os profissionais, normalmente, utilizam a mesma toalha e lixa para diversos clientes, não possuem estufa para esterilização dos materiais e quantidades insuficientes de alicates e materiais estéreis para cada cliente. Caracterizando um problema de saúde pública visto que a transmissão de determinadas doenças pode acontecer por meio desses instrumentos. Nessa perspectiva o presente projeto visa realizar atividades de Educação em Saúde com profissionais manicures e pedicures de salões de beleza e autônomas do município de Diamantina, MG. O projeto teve início em março/2013 e se encontra em fase de execução, até o presente momento foram realizadas 4 oficinas com temas como Qualidade de Vida, Autoestima, Alimentação Saudável e Ergonomia. As participantes relatam como dificuldades para a adesão de medidas mais seguras o alto custo dos Equipamentos de Proteção Individual, trabalho excessivo em casa, etc.

Palavras-chave: Manicures e pedicures; Biossegurança; Ergonomia; Segurança.

Nociones de bioseguridad y de la ergonomía en el trabajo: una propuesta de educación en salud para manicuras y pedicuras de Diamantina, MG

RESUMEN

De acuerdo con los datos verificados en la Vigilancia Sanitaria de la ciudad de Diamantina (Minas Gerais), los profesionales suelen utilizar la misma toalla y lija de uñas para varios clientes, no tienen esterilizador de materiales y cantidades suficientes de alicates y materiales estériles para cada cliente. Caracterizando un problema de salud pública una vez que la transmisión de ciertas enfermedades pueden pasar a través de estos instrumentos. En esta perspectiva, este proyecto tiene como objetivo llevar a cabo actividades de Educación en Salud con profesionales manicuras y pedicuras en salones de belleza y también profesionales autónomas de la ciudad de Diamantina, Minas Gerais. El proyecto empezó en marzo del 2013 y se encuentra en la etapa de aplicación, hasta el presente momento se realizaron 4 talleres sobre temas tales como calidad de vida, la autoestima, la alimentación saludable y la ergonomía. Las participantes relataron como dificultades para la adherencia a

las medidas de seguridad el alto costo de los Equipos de Protección Individual, el exceso de trabajo en casa, etc.

Palabras clave: Manicura y pedicura; Bioseguridad; Ergonomía; Seguridad.

INTRODUÇÃO

O presente texto visa abordar ações de extensão que estão sendo desenvolvidas por docentes e acadêmicas do Curso de Enfermagem da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, a partir do Projeto de Extensão denominado *Noções de biossegurança e ergonomia no trabalho: uma proposta de educação em saúde para manicures e pedicures de Diamantina, Minas Gerais*. Este projeto visa realizar atividades de Educação em Saúde com profissionais manicures e pedicures de salões de beleza e as que trabalham de forma autônoma do município de Diamantina, Minas Gerais.

Atualmente, é possível perceber o crescimento de salões de beleza, aumentando, por sua vez, o número de manicures e pedicures que atuam nos salões. Quando se trata de assuntos relacionados à beleza e estética corporal, a mídia se torna a principal incentivadora para a sociedade. Isso faz com que cresça o número de salões de beleza, de estética, de cabeleireiros, de manicures e de barbeiros (OLIVEIRA, 2009).

No entanto, as condições de segurança preconizadas para as manicures, como quantidade adequada de materiais esterilizados a cada uso, toalhas e lixas de uso individual, uso de avental plástico, máscara, óculos de acrílico, luvas, dentre outros, nem sempre são seguidas pelos estabelecimentos (OLIVEIRA, 2009). De acordo com dados da Vigilância Sanitária de Diamantina, os profissionais, normalmente, utilizam a mesma toalha para diversos clientes, não descartam as lixas após o uso, não possuem estufa para esterilização dos materiais, não possuem quantidades suficientes de alicates e materiais estéreis para cada cliente. Isso se torna um problema de saúde pública visto que a transmissão de determinadas doenças pode acontecer por meio desses instrumentos.

Assim, as atividades voltadas para educação em saúde tornam-se cada vez mais necessárias aos profissionais que atuam em estabelecimentos de estética, pois se as normas de segurança não forem seguidas por esses profissionais, uma série de riscos podem acometer a saúde dos profissionais e dos clientes. Dentre essas doenças, pode-se citar as posturais, varizes nos membros inferiores, micoses, infecções de pele, Hepatites B e C ou até mesmo HIV. Essas doenças podem ser passadas de uma pessoa para outra por meio de sangramentos ao se retirar cutícula, por exemplo (OLIVEIRA, 2009).

As Hepatites de tipo B e C constituem relevantes problemas de saúde pública em todo o mundo. Estima-se que aproximadamente 720 milhões de indivíduos no mundo estejam infectados pelo vírus da hepatite B (VHB) e/ou vírus da hepatite C (VHC), tendo um índice de mortalidade de aproximadamente 25% (MELO, 2011). Após a infecção, o VHB concentra-se quase que totalmente nas células do fígado, nas quais haverá a replicação de seu DNA e, desta maneira, a formação de

novos vírus.

Conforme uma pesquisa com profissionais manicures e/ou pedicures nos salões de beleza em alguns bairros e shoppings centers do município de São Paulo, foi possível identificar que uma em cada dez manicures e/ou pedicures apresentou marcadores sorológicos das hepatites B ou C, sendo 8% das hepatites B e 2% de hepatite C (OLIVEIRA, 2009). Assim, foi verificado que as manicures e/ou pedicures adotam normas de biossegurança na sua rotina de trabalho, além de avaliar a estimativa de prevalência dos marcadores sorológicos das hepatites B e C e os fatores de risco nas manicures e/ou pedicures, além de conhecer o nível de informação que as manicures e/ou pedicures têm sobre as vias de transmissão e prevenção das hepatites por essas profissionais.

Além da transmissão desses vírus da hepatite B e C, também é importante considerar a posição da coluna vertebral dessas profissionais, enquanto realizam o seu trabalho. A coluna vertebral humana não está adaptada para permanecer longo período em posturas estáticas. Entende-se que a postura na posição sentada, geralmente adotada em ambiente de trabalho, pode ser considerada de risco para a integridade da coluna vertebral se o indivíduo estiver em má postura. Quando esta é adotada existem algumas alterações músculo-esqueléticas na coluna lombar, aumentos da pressão interna no núcleo do disco intervertebral, em aproximadamente 35%, e redução da circulação de retorno venoso nos membros inferiores (CANDOTTI, NOLL e CRUZ, 2010). Diante disso, é importante a abordagem de técnicas que minimizem os impactos à coluna vertebral dessas profissionais.

Diante da quantidade de salões de beleza existentes em Diamantina, MG, sendo apenas 19 registrados, segundo dados coletados na Superintendência de Vigilância Sanitária do Estado de Minas Gerais nos anos de 2011/2012, torna-se importante abordar de maneira educativa os profissionais que usam instrumentos, tais como alicates de unha, lixas, toalhas, dentre outros, para uma prática consciente. Além disso, torna-se fundamental contemplar outros aspectos que podem interferir na qualidade de vida dos profissionais envolvidos com a estética, como forma de propiciar um cuidado mais integral à saúde dos profissionais manicures e pedicures. Ressalta-se que mesmo que esse trabalho seja considerado uma atividade 'simples', a garantia de sua segurança é fundamental (OLIVEIRA, 2009).

Outro aspecto a ser considerado se refere à Lei 12.592 de 18 de janeiro de 2012, que dispõe sobre o exercício de profissionais que exercem atividades de higiene e embelezamento capilar, estético, facial e corporal dos indivíduos, tais como barbeiros, esteticista, depilador, manicures e pedicures (ANVISA, 2012). Conforme tal Lei, esses profissionais deverão obedecer às normas sanitárias, efetuando a esterilização de materiais e utensílios utilizados no atendimento aos seus clientes. Diante disso, torna-se importante realizar uma capacitação junto às profissionais manicures e pedicures sobre os cuidados com os materiais utilizados diariamente em seu local de trabalho.

Diante do exposto, o projeto de extensão *Noções de biossegurança e ergonomia no trabalho: uma proposta de educação em saúde para manicures e pedicures de Diamantina, Minas Gerais* tem como objetivo capacitar manicures e pedicures do município de Diamantina quanto à biossegurança e ergonomia no trabalho.

Por se tratar de uma atividade extensionista, o projeto apresenta como metas: Integrar e inserir a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri com a comunidade externa, proporcionando melhorias no trabalho oferecido por manicures e pedicures à população; estimular a participação de acadêmicos em atividades de extensão, ampliando conhecimentos e adquirindo habilidades para planejamento, execução e avaliação de atividades comunitárias; estimular a participação de docentes e acadêmicos em atividades de extensão; promover capacitação ao público-alvo, conforme os temas identificados como prioritários para as profissionais e ampliar o nível de conhecimento da população acerca de melhorias de qualidade de vida.

METODOLOGIA

Como percurso metodológico, a capacitação de manicures e pedicures tem se pautado nos fundamentos da Educação em Saúde, que se caracteriza por um processo teórico-prático que visa integrar o saber popular e o saber científico. Para isso, é importante se considerar as representações sociais, crenças e atitudes de determinados grupos para envolvê-los de maneira mais ativa e participativa, visando uma atuação crítica, reflexiva e autônoma frente às condições de saúde e/ou doenças encontradas (GAZZINELLI et al., 2005; GAZZINELLI e PENNA, 2006). Ao atingir a vida cotidiana das pessoas, o conhecimento científico modifica a compreensão da população sobre os condicionantes do processo saúde-doença, subsidiando a adoção de novos hábitos e condutas de saúde (ALVES, 2005).

Este projeto apresenta a característica de ser educativo porque prioriza a capacitação de sujeitos para o serviço e/ou para a autonomia no cuidado. Assim, as oficinas realizadas estão acontecendo nas dependências da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) desde o início de 2013. A proposta inclui a realização de 10 (dez) oficinas com os seguintes temas: Qualidade de Vida, Autoestima, Saúde e Segurança no Trabalho, Alimentação Saudável, Limpeza do Ambiente, Cuidados com Esterilização dos materiais (2 oficinas), e três temas a serem definidos de acordo com a demanda levantada pelas participantes.

RESULTADOS

O projeto teve início em março de 2013 e se encontra em fase de execução, e a previsão para seu término é fevereiro de 2014. Até o presente momento, foram realizadas quatro oficinas com os seguintes temas: Qualidade de Vida, Autoestima, Alimentação Saudável, Ergonomia e Segurança no Trabalho.

Inicialmente, realizou-se a divulgação da capacitação, por meio de panfletos e cartazes, em locais de fácil acesso à população. Inclusive, para abranger um número maior de pessoas, foi realizada divulgação através da rádio local. Por meio da divulgação as pessoas interessadas entravam em contato com a equipe do Projeto. As inscrições aconteceram no período de 26 de março a 6 de maio de 2013. Após este período, pôde-se contabilizar um total de 25 profissionais manicures e pedicures inscritas. Importante ressaltar que todas são do sexo feminino. Em seguida todas foram contatadas por telefone, sendo então explicitada a proposta do projeto

e o primeiro dia e horário da primeira oficina.

1ª OFICINA: QUALIDADE DE VIDA

A primeira oficina aconteceu no dia 15 de maio de 2013, durante a qual a equipe do projeto explicou os objetivos e metas da atividade. Além disso, foi ponderado que seria um curso com diversas oficinas e cada oficina trataria de um tema importante para o desenvolvimento de sua profissão com segurança e conforto. Esta primeira oficina abordou o tema Qualidade de Vida. Cada participante foi indagada sobre sua profissão e o que fazem a fim de melhorar sua saúde e garantir uma prática de vida saudável. A maioria do grupo relatou não ter condições de se alimentar adequadamente e não realizar uma prática regular de exercícios físicos. Relatam que a correria do dia a dia e o cansaço são os maiores dificultadores de realização de tais atividades. Algumas das participantes relataram que tentam fazer lanches mais saudáveis, levando de casa, porém quando o final de semana se aproxima a demanda de clientes aumenta e com isso impossibilita a realização de lanches, mesmo que de maneira rápida.

2ª OFICINA: AUTOESTIMA

A segunda oficina aconteceu no dia 16 de junho de 2013 e teve como tema abordado a Autoestima, com objetivo de tentar mostrar às mulheres participantes a importância de estar bem consigo mesma para a realização de um bom trabalho oferecido às suas clientes. Foi ressaltado que o bem-estar influencia diretamente no desenvolvimento de seu trabalho e conseqüentemente na sua produtividade. Todas as mulheres relataram não ter tempo para pensar em seu bem-estar e que tentam se *desdobrar entre a casa, os filhos e o trabalho*. Relataram também que a rotina se torna monótona e cansativa e que, na maioria das vezes, isso se reflete na vida conjugal e no relacionamento com os filhos. Neste dia, foi convidada uma Psicóloga para auxiliar o trabalho realizado, esta trabalhou uma dinâmica de grupo, na qual as participantes, a partir de uma leitura prévia conseguiram perceber o quanto são importantes e fazem a diferença na vida de alguém. Algumas participantes relataram que se sentem valorizadas ao perceber o cuidado com os filhos e mesmo quando recebem elogios das clientes pelo trabalho realizado.

3ª OFICINA: ERGONOMIA E SEGURANÇA NO TRABALHO

A terceira oficina aconteceu no dia 29 de julho de 2013 com o tema Saúde e Segurança no Trabalho. O técnico em segurança do trabalho convidado apresentou todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários para garantir segurança durante a execução do trabalho. Foram apresentados jaleco, luvas, gorro, máscara, dentre outros. No decorrer da oficina várias dúvidas foram sanadas a respeito dos riscos e da real necessidade do uso desses equipamentos. As participantes relataram que o uso dos EPIs encarece o trabalho, devido ao preço elevado dos produtos e da sua frequência de compra, diminuindo a sua lucratividade. A equipe ressaltou que o valor gasto com o tratamento de saúde, caso seja contraído uma doença, é infinitamente maior. Além do uso correto e contínuo dos EPIs, foram ressaltadas questões sobre a postura correta para realização do trabalho, pausas para relaxamento durante a jornada de trabalho, exercícios de relaxamento/alongamento, assim como uma abordagem geral das doenças infecciosas que as mesmas

estão sujeitas com a prática diária do trabalho.

4ª OFICINA: ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

A quarta oficina foi realizada no dia 19 de agosto de 2013 e o tema abordado foi a Alimentação Saudável. Foram convidadas acadêmicas de nutrição para trabalharem juntamente com a equipe do projeto o tema proposto. As acadêmicas abordaram com as participantes os 10 passos para uma alimentação saudável proposta pelo Ministério da Saúde, que orienta fracionar as refeições, tomar muita água, evitar doces, sal e alimentos gordurosos, prática de exercícios físicos, dentre outros. As participantes foram relatando suas dificuldades na adesão durante a apresentação e algumas sugestões foram propostas para minimizar essa dificuldade, como levar consigo mesmas frutas e lanches mais saudáveis, além de uma garrafinha com água para ser ingerida ao longo do dia.

As próximas oficinas abordarão os demais temas propostos Esterilização dos materiais e sua importância (dois encontros). Os demais temas serão escolhidos pelas participantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das atividades realizadas até o momento, pode-se perceber que as manicures e pedicures necessitam de ações mais amplas para que diversos temas sejam esclarecidos e com isso o seu trabalho seja oferecido de forma mais qualificada e segura. Isso se deve ao fato de serem profissionais que, direta ou indiretamente, influenciam na saúde da população, precisando, por isso, de conhecimento e informação para se atualizarem e garantirem um serviço seguro e de qualidade aos seus clientes.

O projeto tem como foco subsidiar maior conhecimento quanto ao uso adequado de materiais e/ou instrumentos de trabalho das manicures e pedicures, tais como alicates, toalhas, lixas. Porém, mesmo que a oficina que contemple esses aspectos ainda não tenha sido realizada, é possível perceber como outros aspectos referentes à saúde integral das participantes, como os cuidados com o próprio corpo durante a jornada de trabalho, tem se mostrado algo de interesse delas.

Além de propiciar crescimento profissional às manicures e pedicures, as oficinas têm possibilitado a troca de conhecimentos entre todos os envolvidos no projeto, e têm, sobretudo, sensibilizado os acadêmicos para os diversos públicos que necessitam de ações voltadas para a melhorar o trabalho oferecido a terceiros, principalmente quando este envolve a saúde. Além disso, os acadêmicos têm se sensibilizado sobre a importância de uma abordagem ao sujeito que trabalha, prestando atenção em suas necessidades de saúde de maneira integral.

É importante ressaltar que os acadêmicos, uma vez inseridos em projetos desse âmbito, só contribuem e enriquecem com a formação, já que ela possibilita o elo entre teoria e prática, entre o conhecimento científico e o conhecimento do senso comum. Isso, por sua vez, depende do aproveitamento de oportunidades para o

fortalecimento e busca de novos conhecimentos, sejam pessoais e profissionais.

A Universidade deve contribuir e possibilitar a inserção do acadêmico neste contexto (pesquisa e extensão), que se apresenta como uma estratégia útil para aprimorar sua formação. Nesse contexto a Universidade consegue cumprir seu papel de desenvolver a comunidade que a cerca, desenvolvendo atividades voltadas para melhorar a qualidade de vida da população.

Pretende-se, ao fim deste projeto, elaborar um material didático sobre os cuidados mínimos com os instrumentos utilizados por manicures e pedicures. Além disso, percebe-se a necessidade de ações continuadas para que o processo educativo aconteça de maneira efetiva e de forma a garantir o vínculo entre educadores e educandos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Vânia Sampaio. Um modelo de educação em saúde para o Programa Saúde da Família: pela integralidade da atenção e reorientação do modelo assistencial. **Interface - Comunic, Saúde, Educ**, v. 9, n. 16, p. 39-52, set. 2004/fev. 2005.

ANVISA. **Lei 12.595 de 2012**. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?data=19/01/2012&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=112>>. Acesso em: 28 maio 2012.

ANVISA. **Salões de beleza e similares**. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/anvisa/busca!/ut/p/c5/jZBBDoIwEEXPwgWYKS2FL-hFjixgqKhHZEDSGkFhwYTTeXnoAGucvX_78-QMNzBq799B3r2EauwfU-0PA2LIUmEQOhT_EaM3Y6KJGnekPIzC-8TWWiWLRDRL5KMZNhwCN-SI-rgHzcuTILWvbBbCurMttydvYVmuBr_czM--kSQUFAWUxoxEosIzvYT-7maWO24v1GTu8DRVVX-P-z7xvB9dR19d/?1dmy&urile=wcm%3apath%3a//Anvisa%20Portal/Anvisa/Ouvidoria/Publicacao%20Ouvidoria/Saloes%20de%20beleza%20e%20similares>. Acesso em: 28 maio 2012.

CANDOTTI, C. T.; NOLL, M.; CRUZ, M.. Prevalência de dor lombar e os desequilíbrios musculares em manicures. **Revista Eletronica da Escola de Educação Física e Desportos UFRJ**, v. 6, n. 1, jan./jun. 2010.

GAZZINELLI, M. F.; GAZZINELLI, A.; REIS, D. C; PENNA C. M. M. Educação em saúde: conhecimentos, representações sociais e experiências da doença. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, jan./fev. 2005.

GAZZINELLI, M. F. PENNA, C. Educação em Saúde: conhecimentos, representações sociais e experiência da doença. In: GAZZINELLI, M.F. REIS, D.C. MARQUES, R.C. **Educação em Saúde: teoria, método e imaginação**. Belo Horizonte: UFMG, 2006. Cap.2. p. 25-33.

MELO, F. C. A.; ISOLANI, A. Hepatite B e C: do risco de contaminação por materiais de manicure/pedicure à prevenção. **Rev. Saúde e Biol.**, v. 6, n. 2, p. 72-78, mai./ago., 2011.

OLIVEIRA, A. C. D. S.. **Estudo da estimativa de prevalência das hepatites B e C da adesão às normas de biossegurança em manicures e/ou pedicures do município de São Paulo**. São Paulo, 2009. 254p.

REIS, D. C. Educação em Saúde: aspectos históricos e conceituais. In: GAZZINELLI, M.F.; REIS, D. C.; MARQUES, R.C. **Educação em saúde: teoria, método e imaginação**. Belo Horizonte: UFMG, 2006. Cap. 1. p. 19-24.

SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Divisão de Vigilância Sanitária**. Secretaria Municipal de Saúde.

COMO CITAR ESTE RELATO:

CORDEIRO, Cláudia Aparecida Fernandes; HEMMI, Ana Paula Azevedo; RIBEIRO, Gabriela de Cássia. Noções de biossegurança e ergonomia no trabalho: uma proposta de educação em saúde para manicures e pedicures de Diamantina, Minas Gerais. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 1, n. 2, p. 53-60, ago./dez. 2013. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Alan Faber do Nascimento¹

Amanda Valiengo²

Elisa de Campos Borges³

Juliana Helena Gomes Leal⁴

Lilian Simone Godoy Fonseca⁵

Rebecca Pedroso Monteiro⁶

¹ Doutor em Geografia Humana pela UNESP. Professor nos cursos de Turismo e Bacharelado em Humanidades da FIH/UFVJM. E-mail: alanfaber@uol.com.br

² Doutora em Educação pela UNESP. Professora nos Cursos de Pedagogia e Bacharelado em Humanidades da FIH-UFVJM. E-MAIL: ducavaliengo@gmail.com

³ Doutora em História Social pela UFF. Professora nos cursos de História e Bacharelado em Humanidades da FIH/UFVJM. E-mail: elisaborgesuniv@gmail.com

⁴ Doutora em Literatura Comparada (2012), Mestre em Estudos Literários (2007), Licenciada em Língua Portuguesa (2001) e Língua Espanhola (2004) pela UFMG. Professora de Literatura na UFVJM e coordenadora do Projeto de Extensão *Cine Mercúrio*. E-mail: juleal@yahoo.com

⁵ Doutora em Filosofia pela UFMG. Pesquisadora do Núcleo de Estudos do Pensamento Contemporâneo (NEPC/UFMG), Professora Adjunta I da FIH-UFVJM no Curso de Bacharelado em Humanidades. Membro do CEFIL. Colaboradora do Projeto *Cine Mercúrio*. E-mail: filoslgodoy@ig.com.br

⁶ Pós-doutora (2011), Doutora em Literatura Comparada pela UFMG. Professora de Teoria Literária e Literaturas em Língua Portuguesa nos cursos de Letras Português/Espanhol e Bacharelado em Humanidades da FIH/UFVJM. E-mail: rebecca.pedroso@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar o *Cine Mercúrio*, um projeto de extensão da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – *Campus* de Diamantina/MG. Tal projeto exhibe filmes para a sociedade de Diamantina, com debates posteriores, possibilitando aos moradores um contato com essa linguagem artística, na tentativa de possibilitar uma distribuição mais equitativa e democrática dos bens chamados humanizadores, nesse caso, mais especificamente, o cinema. Alguns resultados atingidos com o projeto são: a democratização do acesso aos bens culturais cinematográficos, o incentivo ao diálogo crítico, o desenvolvimento da apreciação estética, dentre outros.

Palavras-chave: *Cine Mercúrio*; Cinema; Extensão Universitária; Democratização e Formação de Público.

El Proyecto *Cine Mercurio* en Diamantina

RESUMEN

El presente artículo objetiva presentar el *Cine Mercúrio*, un proyecto de extensión de la Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – *Campus* de Diamantina/MG. Dicho proyecto exhibe películas para la sociedad de Diamantina y realiza debates que permiten a los habitantes un contacto con ese lenguaje artístico, posibilitando una distribución más igualitaria y democrática de los bienes llamados humanizadores, en este caso, el cine. Algunos resultados logrados por el proyecto son: democratización del acceso a los bienes culturales cinematográficos, incentivo al diálogo crítico, desarrollo de la apreciación estética, entre otros.

Palabras-clave: *Cine Mercúrio*; Cine; Extensión Universitaria; Democratización y Formación de Público.

INTRODUÇÃO

Este relato tem por objetivo apresentar o *Cine Mercúrio*, um projeto de extensão vinculado à FIH/UFVJM – *Campus* de Diamantina/MG, como uma possibilidade de oferecer exhibições de filmes à comunidade bem como realizar discussões por meio do cinema, visando à formação de público. O projeto conta atualmente

com as seguintes parcerias que viabilizam a exibição (pública e gratuita) dos filmes que fazem parte de sua programação: PROEXC/UFVJM, Programadora Brasil (MinC), Ancine e Institut Français.

O cinema nasce no final do século XIX despertando a curiosidade das pessoas com a possibilidade de ver na tela grande imagens e (his)estórias nas quais nos identificamos. A invenção da televisão e das chamadas novas tecnologias possibilitou a difusão em massa da linguagem audiovisual. Hoje é possível ter acesso a múltiplos conteúdos, pagos ou gratuitos, em diversas plataformas tecnológicas. Mas o cinema resiste e continua a encantar gerações apesar das poucas e concentradas salas de cinema, se considerarmos a relação entre número de habitantes por região brasileira e número de salas. Em sua maioria, as cidades com menos de 100 mil habitantes não as possuem, dentre elas a cidade de Diamantina.

O *Cine Mercúrio*, enquanto projeto de extensão da UFVJM, nasce também do diagnóstico desta situação e, a partir do esforço de inúmeros atores, propõe levar à sociedade diamantinense e de distritos próximos o encantamento da chamada “sétima arte”.

As ações do Projeto *Cine Mercúrio*, na cidade de Diamantina, tiveram início em outubro de 2009, a partir de uma primeira parceria firmada entre a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura e a Diretoria de Relações Internacionais da UFVJM – por meio do Centro de Apoio a Idiomas, o Instituto Cervantes de Belo Horizonte e o Instituto Casa da Glória da UFMG, com o apoio da Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Supram/Jequitinhonha).

A partir do mês de maio de 2010, iniciou-se uma nova parceria, desta vez com o antigo Instituto de Humanidades da UFVJM – *Campus* de Diamantina. Firmou-se também, no mesmo período, uma importante parceria com o Escritório Técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em Diamantina, por meio da qual foi possível propor e concretizar a formulação de mostras do Projeto *Cine Mercúrio*, exibidas no Cine Chica da Silva, aos domingos, além das que já eram realizadas, às quartas-feiras, no auditório do Instituto Casa da Glória da UFMG.

Em 17 de setembro de 2010 o projeto foi registrado na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFVJM e passou a contar com um incremento significativo de discentes na composição de sua equipe executora (fundamentalmente alunos dos cursos de Turismo e Bacharelado em Humanidades da FIH). Em outubro do mesmo ano, firmaram-se novas parcerias, dessa vez com a Federação das Associações Comunitárias de São Gonçalo do Rio Preto, organização não governamental. Foi possível ofertar programação audiovisual de qualidade a seus moradores (por meio da utilização do salão paroquial da referida cidade) com o objetivo de viabilizar a criação de um ponto de encontro, bate-papo, troca de ideias, mobilização cultural e de interlocução de diferentes atores culturais do município e região.

A partir de janeiro de 2011, outra importante parceria foi estabelecida com a SECTUR/Prefeitura Municipal de Diamantina e com o Cine Teatro Santa Izabel, local que, até dezembro de 2012, abrigou as projeções das mostras realizadas pelo *Cine Mercúrio*. Esse período teve um significado duplamente importante para o

projeto, não somente no que se refere à ampliação das possibilidades de diálogo de suas ações com a comunidade externa, mas também pelo estreitamento que essa parceria consolidou entre a Prefeitura de Diamantina e a UFVJM, possibilitando a realização de outras ações de interesse da universidade, do poder público e da sociedade civil como um todo.

Atualmente o projeto está em uma nova empreitada com relação ao uso de outros espaços de Diamantina. Assim, o *Cine Mercúrio* tem realizado exposições em locais que, até então, não eram usados para o tipo de atividade que o projeto propõe. Entre eles estão o Museu do Diamante e o Movimento de Criatividade Comunitária (doravante Mocrico), um centro comunitário com sede no bairro Rio Grande, periferia de Diamantina.

NATUREZA DA AÇÃO

A concepção de uma prática pedagógica interdisciplinar, articulada com a produção cultural e as expressões artísticas, fundamenta-se em um paradigma de educação que leva em conta o repertório de valores, imagens e referências simbólicas e culturais de um povo, considerando tanto aquelas difundidas pela indústria de massa como outras que necessitam de fortalecimento e visibilidade para que participem de forma mais igualitária do ambiente de conflitos culturais próprio da sociedade atual.

Para enfrentar este efeito mutilador de segregação e separação cultural entre classes, podemos pensar em uma distribuição mais equitativa e democrática dos bens chamados humanizadores (literatura, música e cinema). Segundo Antonio Cândido, é necessário pensar nisso, levando-se em conta os direitos humanos. Mas, por quê? “Porque pensar em direitos humanos tem um pressuposto: reconhecer que aquilo que é importante para mim é importante para o próximo” (CÂNDIDO, 1988, p. 172). Para Antonio Cândido, ninguém discorda do fato que o *próximo* tem direitos a bens fundamentais como casa, comida e vestuário, no entanto, é muito comum se esquecer que os mais desprovidos em relação ao acesso aos bens socioculturais também têm direito a ler *Eneida*, de Virgílio, ouvir uma música erudita ou ter acesso a um filme do cineasta brasileiro Glauber Rocha, por exemplo.

A importância da vivência e da experimentação cultural em um ambiente educativo é ressaltada se considerarmos que a simples transmissão de conteúdos ou a mera aplicação de saberes não comportam a dinâmica de relações desiguais que caracterizam o universo de produção e circulação de bens simbólicos, hoje em intenso fluxo nos meios de comunicação e informação. Néstor García Canclini, no livro *As culturas populares no capitalismo*, afirma: “No mundo contemporâneo, a interdependência não é uma relação de reciprocidade igualitária. [...] A multinacionalização do capital, que é acompanhada pela transnacionalização da cultura, impõe uma troca desigual tanto aos bens materiais quanto aos bens simbólicos” (CANCLINI, 1983, p. 26).

Podemos referenciar outra argumentação afinada a essa perspectiva dialógica, em contraposição a uma abordagem fundada na transmissão linear do saber, com a seguinte passagem, de autoria da professora Cremilda Medina, em *O signo da*

Grande parte das tradicionais fontes emissoras de conteúdos científicos e das autoridades querem politicamente fazer da informação de atualidade um instrumento de conquista de poder nos conflitos internos ou de promoção de sua imagem acima de qualquer suspeita para as comunidades externas. (MEDINA 2000, p. 25)

Acreditamos que, por meio de uma expressão artística como a cinematográfica, já em si construída a partir do entrelace entre diferentes linguagens – teatro, fotografia, música e sonoplastia, literatura (roteiro, poética), tecnologia (montagem, operação de câmera), cenografia, figurino, etc., o projeto *Cine Mercúrio* tem tentado intervir num contexto contemporâneo de apelo à imagem e aos sentidos visuais, buscando compreender as ferramentas próprias do audiovisual e incentivando o debate e a reflexão crítica sobre questões estéticas presentes em toda produção cultural e social.

O foco norteador deste projeto, de caráter interdisciplinar, é a formação de público de telas (especificamente o cinema) e textos, e a possibilidade de utilização da linguagem audiovisual em interação com a Literatura, com a História, com a prática educativa, com questões sociais, culturais, ambientais, políticas, identitárias, artísticas, patrimoniais, etc.. Consideramos, também, como meta de trabalho, a criação e potencialização de espaços culturais na cidade de Diamantina, bem como nos distritos de Diamantina. Objetiva-se com isso o acesso da comunidade externa à UFVJM, moradora dessas localidades, a produtos culturais e artísticos, especialmente os de natureza audiovisual, de forma a conseguirem superar as condições de desigualdade, seja por razões socioeconômicas ou de outra natureza, que muitos deles têm no usufruto pleno e democrático desses bens.

Assim, o projeto busca, por meio da linguagem cinematográfica, debater e problematizar as mais variadas questões ligadas ao domínio da cultura, da história, da economia e da sociedade, promovendo a criação de espaços de intercâmbio de opiniões e olhares da comunidade diamantinense e de alguns de seus distritos sobre diversos temas que se relacionam com o meio social de modo mais amplo.

De fato, como observa Laplantine (2007), o drama do pensamento social contemporâneo reside em uma cientificidade extremamente positiva, baseada no intenso parcelamento dos domínios, porém pouco reflexiva, o que, ao fim e ao cabo, terminará obstaculizando o próprio exercício do pensamento. Por isso, é preciso, mais do que nunca, recuperar o sentido total da reflexão. Mais precisamente, faz-se necessário superar as disjunções, absolutamente singulares na história da humanidade, que a ciência moderna impôs ao pensamento.

É no rastro dessa necessidade, portanto, que, a nosso ver, se inscreve o *Cine Mercúrio*. Partindo do pressuposto que pesquisa, extensão e ensino formam uma unidade indissolúvel, o projeto utiliza da linguagem cinematográfica como mediação necessária para uma prática pedagógica global e dialógica. Global porque busca apreender os temas que apresenta em suas múltiplas dimensões, afastando-se, assim, por exemplo, de qualquer autonomização do cultural em relação ao

social. O que, aliás, faz jus à inspiração do seu nome:

Mercúrio, de pés alados, leve e aéreo, hábil e ágil, flexível e desenvolto, estabelece as relações entre os deuses e entre os deuses e os homens, entre as leis universais e os casos particulares, entre as forças da natureza e as formas de cultura, entre todos os objetos do mundo e todos os seres pensantes. (CALVINO, 1990, p. 68)

E dialógica porque concebe o outro, o telespectador, não como um objeto, e sim como um sujeito capaz de fazer formulações significativas sobre aquilo que é transmitido na tela.

Acreditamos que esse processo de reflexão, experimentação e ampliação de repertório é de fundamental importância não apenas no ramo das Ciências Humanas, mas também em outras áreas do conhecimento, uma vez que a intensidade dos fluxos de comunicação e informação pode ser reconhecida em inúmeros campos do saber, influenciando posturas e escolhas na prática pedagógica e científica. O estímulo à criatividade e ao espírito crítico, a nosso ver, amplia as possibilidades do ensino, da criação em arte e em cultura e também a formulação de práticas de intervenção e transformação da realidade, construídas a partir do diálogo estabelecido entre a comunidade universitária e atores sociais diversos da sociedade civil. A prática desse exercício crítico e desse compartilhamento de saberes é o que permitirá, a nosso ver, a criação de momentos de reflexão sobre possíveis maneiras de intervenção nas problemáticas sociais vivenciadas por esses sujeitos.

Sob outra perspectiva, e tomando como referência as ações realizadas em diferentes pontos da cidade, o *Cine Mercúrio* também se caracteriza como uma tentativa de apropriação pela população diamantinense de seus espaços de vida. Como nos lembra Marcellino (1995, p. 66), a democratização da cultura e do lazer passa, necessariamente, pela democratização do espaço:

[...] o que quero dizer é que ação democratizadora precisa abranger, além da construção de novos equipamentos em locais adequados e acessíveis, a luta pela mudança da mentalidade na utilização de equipamentos não específicos e a busca da participação da população na defesa do seu patrimônio ambiental e urbano, o que implica preservar o espaço, revitalizar construções e manter a riqueza da paisagem urbana, podendo significar, inclusive, um elemento que se contraponha à homogeneidade cultural tão presente na vida dos habitantes das cidades.

Assim, acreditamos que, seja por meio de uma linguagem cinematográfica que permita entrelaçar os diferentes domínios de nosso cotidiano, contrapondo-se, assim, à crescente fragmentação do pensamento social, ou pela promoção da lógica do “usador”, em detrimento do consumidor, notadamente em tempos de hegemonia do privado sobre o público, o projeto *Cine Mercúrio* justifica-se, antes de tudo, por representar uma contratendência. Além disso, entendemos, também, que o projeto vem responder a uma demanda da sociedade civil que, segundo explicitam os princípios básicos da plataforma política da extensão universitária, desde 1987, veem a arte como prioridade local, regional e nacional.

A partir dessa premissa da arte como prioridade, algumas das atividades realizadas pelo *Cine Mercúrio*, ao longo da sua existência, podem ser exemplificadas pela: exibição de filmes no 33º Festival de Inverno da UFMG em Diamantina, cujo tema foi “O Bem Comum”; participação no VI Encontro de Educação Física da UFVJM, cujo tema foi “Corpo que dança, corpo que joga”; exibição de curtas metragens sobre humor no Asilo Frederico Ozanam; além das exposições quinzenais que neste ano acontecem no Museu do Diamante e Mocrico.

BREVES RELATOS DE ALGUMAS SESSÕES

No dia 29 de junho, o projeto *Cine Mercúrio* exibiu no Mocrico o filme *O Homem Nu*. Dirigido por Hugo Carvana, o longa-metragem narra a saga de Silvio Proença, pesquisador de folclore que precisa embarcar para São Paulo, a fim de divulgar seu novo livro. No aeroporto, o pesquisador encontra um grupo de velhos companheiros. Com o embarque cancelado devido a uma forte tempestade, o grupo segue para o apartamento de Marialva, sobrinha de um dos amigos de Proença. Seduzido pela música e pelos encantos da moça, Proença passa a noite ali mesmo, onde desperta no dia seguinte, completamente nu. Ainda zonzo da ressaca, vai apanhar o pão deixado na soleira da porta do apartamento. É quando o vento fecha a porta e o deixa nu do lado de fora. Como era de se esperar, durante o filme, a plateia (cerca de 40 pessoas) se divertiu bastante com as diversas situações de aperto em que o personagem acaba se metendo. Após a sessão, houve um debate organizado pelos professores Juliana Leal e Alan Faber do Nascimento, que girou em torno das implicações que decorrem da transformação de um conto em um longa-metragem. Mais precisamente, é comum a questão sobre a possibilidade de um filme condensar ou não, em algumas horas, o que está expresso e escrito em um livro. Contudo, no caso do filme *O Homem Nu*, inspirado no conto homônimo de Fernando Sabino, a questão se apresenta de maneira invertida: seria o filme melhor que o conto? Teria o filme essa pretensão? Por outro lado, seria possível uma comparação desse tipo? Enfim, além dos momentos de diversão e entretenimento, a sessão foi uma ótima oportunidade para discutir os limites e as possibilidades de intercâmbio entre as diversas formas de arte e cultura.

Na sessão de 13 de julho, realizada no Museu do Diamante, o projeto exibiu o filme *Durval Discos* (Brasil, 2002), com direção de Anna Muylaert. Predominou o público adulto e compareceram 37 pessoas, das quais 20 ficaram para o debate. O filme exibido tem como personagem central Durval, um solteirão com jeitão de *hippie*, que tem uma loja de discos e ainda mora com a mãe. Com a chegada do CD, ele se recusa a vendê-los, mantendo-se fiel ao vinil. O inesperado aparecimento de uma menina mudará para sempre as vidas de Durval e de sua mãe dominadora. A plateia reagiu bem ao filme, mostrando bom humor e atenção. Os principais temas abordados durante o debate foram, em primeiro lugar, o *nonsense* da situação vivida pelas personagens, e as características do gênero “comédia do absurdo” no cinema. Debateu-se também a passividade de Durval perante a situação como um todo e sua relação edipiana com a mãe. Também foram comentados os problemas gerados pela passividade, pelo medo, pela resistência à mudança, pelo autoaprisionamento no conhecido e pela covardia condescendente, bem como o comportamento crescentemente perturbado da mãe de Durval e sua relação complexa com o filho. A sessão também permitiu o debate acerca de aspectos técnicos do filme,

como os créditos de abertura diferenciados (*travelling*), a fotografia, a trilha sonora, detalhes da direção. Também a estrutura narrativa foi observada: o modo como, a partir de um sistema fechado e sem problemas, a entrada da criança gera uma série de situações e de conflitos em progressão geométrica até o limite do absurdo. Os professores debatedores dessa sessão foram Patrik Vezali e Rebecca Monteiro.

Na sessão do dia 27 de julho, realizada no Mocrico, foi exibido *Saneamento Básico* (Brasil, 2007), sob a direção de Jorge Furtado. O filme relata a façanha dos moradores da fictícia Linha Cristal, uma pequena vila de descendentes de colonos italianos, localizada na Serra Gaúcha, que se reúnem para tomar providências a respeito da construção de uma fossa para o tratamento do esgoto. Eles elegem uma comissão, que é responsável por fazer o pedido junto à subprefeitura. A secretária do prefeito reconhece a necessidade da obra, mas informa que não há verba para realizá-la. Entretanto, a prefeitura dispõe de quase R\$ 10.000 para a produção de um filme. Este dinheiro, concedido pelo governo federal, se não for usado, será devolvido em breve. Surge então a ideia de usar a quantia para realizar a obra e rodar um filme sobre a própria obra. Porém, a retirada da quantia depende da apresentação de um roteiro e de um projeto do filme, além de haver a exigência que ele seja de ficção. Desta forma, os moradores se reúnem para elaborar um filme barato, que conta a história de um monstro que vive nas obras de construção de uma fossa.

Estiveram presentes 47 espectadores na sala de exibição. A receptividade ao filme foi positiva. Ao final da exibição, foi realizado um debate que contou com a presença de 26 pessoas. Todos participaram ativamente das discussões. Os principais temas debatidos foram: os objetivos do diretor do filme ao produzir o roteiro; a construção dos personagens e o papel que cada um desempenhou no filme rodado dentro do filme; a falsa dicotomia entre a aplicação de recursos públicos em obras estruturais e na cultura; a relação entre algumas cenas do filme e o cotidiano da vida política atual do país; os problemas enfrentados pelos municípios, incluindo Diamantina, em especial, no bairro Rio Grande, para a construção do sistema de saneamento básico; a importância de conscientizar a população quanto ao seu papel individual e coletivo no respeito à natureza e na cobrança junto aos órgãos públicos para a aplicação dos recursos na área de saneamento. O debate foi conduzido pelas professoras Elisa de Campos Borges e Rebecca Monteiro.

Na sessão do dia 10 de agosto, realizada no Museu do Diamante, exibiu-se o documentário *Estamira* (Brasil, 2006), dirigido por Marcos Prado, filme no qual é narrada a história de Estamira Gomes de Souza, catadora de lixo que, apesar do cotidiano árduo, preservou sua humanidade e dignidade, mantendo uma visão bastante lúcida, crítica e até filosófica sobre a vida. A plateia, composta por 48 adultos, reagiu bem ao filme. Já esperando um cenário de miséria e melancolia, o público surpreendeu-se ao ver que a personagem principal, Estamira, revelou-se uma mulher que, mesmo tendo nítidos problemas psicológicos e vivendo em condições totalmente adversas, era capaz de se expressar de um modo contundente e provocador. De fato, alguns de seus comentários sobre a nossa sociedade causam o efeito de um “tapa na cara” e nos fazem refletir sobre nossa pretensa “normalidade”.

Ao final do filme, 45 pessoas permaneceram e participaram do debate, quase todos os presentes verbalizaram um pouco das inquietações despertadas por Estamira. Do ponto de vista técnico, a qualidade fotográfica do documentário e a

experiência profissional do diretor Marcos Prado como fotógrafo foi discutida. Os debatedores acrescentaram informações específicas sobre o documentário, entre elas: prêmios recebidos; repercussão crítica da produção fílmica; “destino” de *Estamira*, após as gravações do filme, etc. Foi feita também uma interseção entre a estrutura temática/formal da produção fílmica do diretor Marcos Prado (2006) com o filme “Lixo extraordinário” (2010), da diretora Lucy Walker, produzido a partir dos trabalhos realizados com sucata do artista plástico brasileiro Vik Muniz. Do ponto de vista ético, discutiu-se a questão do uso de sujeitos clinicamente diagnosticados como pacientes psiquiátricos, enquanto personagens de obras de artes - e, por fim, fez-se uma relação entre a história pessoal da personagem principal do documentário *Estamira* com outras histórias pessoais semelhantes como as do artista Bispo do Rosário e de Dona Olímpia de Ouro Preto. O debate foi conduzido pelos professores Juliana Leal e Alan Faber e por Allan Alves – integrante da equipe do Cine Mercúrio.

Já na sessão do dia 24 de agosto, a última do primeiro semestre letivo de 2013, foi exibido o filme *Narradores de Javé*. Dirigido por Eliane Caffé, o filme conta a história do pequeno povoado de Javé que, devido à construção de uma hidrelétrica, pode vir a desaparecer por uma inundação. Pior ainda, seus moradores não serão indenizados e sequer serão notificados, porque não possuem documentos das terras. Inconformados, descobrem, no entanto, que o local poderia ser preservado, caso conseguissem provar o valor histórico do povoado como patrimônio. Acontece que ninguém sabe escrever, a não ser o carteiro Antônio Biá, sujeito malandro e cheio de bossa que armará uma tremenda confusão com a sua incumbência. No tocante ao público, compareceram à sessão 55 pessoas. E em relação ao debate, organizado pelo professor Patrik Vezali e pela discente Taynara Pessoa, os assuntos discutidos foram: a importância da alfabetização no mundo contemporâneo; as contradições que envolvem os processos de tombamento e registro histórico de bens materiais e imateriais, a justaposição entre o moderno e o tradicional na realidade social brasileira, expressa, por exemplo, na trilha musical do filme, que une a cultura popular do sertão com as novas tecnologias; o fato de a obra ter sido inspirada por um morador do Vau, distrito de Diamantina/MG; e, por fim, a possível relação entre o filme e o texto *O Narrador*, do filósofo alemão Walter Benjamin.

A partir das atividades supracitadas, podemos destacar alguns resultados atingidos pelo projeto *Cine Mercúrio*. Em primeiro lugar, o projeto promoveu uma democratização do acesso aos bens culturais cinematográficos de origem brasileira e estrangeira à comunidade acadêmica da UFVJM (*Campus* de Diamantina), bem como à população da cidade de Diamantina. Em segundo, promoveu e incitou o diálogo crítico da linguagem cinematográfica por meio de debates, conversas e bate-papos ao final das exposições dos filmes da programação do *Cine Mercúrio*. Em terceiro, o projeto estimulou a apreciação estética de bens artísticos e culturais (especialmente os de natureza cinematográfica), promovendo, assim, a ampliação da consciência crítica da realidade do espectador e do seu campo de percepção sobre o mundo, sobre si próprio e sobre seu entorno sociocultural. Em quarto, o projeto contribuiu para promover o despertar e o desenvolvimento de um espectador ativo, formando leitores críticos de telas e textos. Em quinto, travou um diálogo constante entre sociedade, história e comportamento, a partir do contexto fílmico em confronto com o vivido pelo espectador. E, por último, mas não menos importante, possibilitou o acesso e fomentou a ocupação consciente dos espaços históricos

de Diamantina (tais como, atualmente, o Museu do Diamante e, anteriormente, a Casa da Chica, a Casa da Glória e o Cine Teatro Santa Izabel) pela comunidade acadêmica da UFVJM, bem como pela comunidade externa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evocando mais uma vez Marcellino (1995), ao enfatizar que a democratização da cultura e do lazer passa, necessariamente, pela democratização do espaço, podemos afirmar que o *Cine Mercúrio*, para além dos seus objetivos mais imediatos, insere-se em uma tentativa de apropriação da população local pelos seus espaços de vida. Tal tentativa, obviamente, não é uma tarefa fácil. Ao longo desses anos de existência, o *Cine Mercúrio* enfrentou muitos desafios e questionamentos. O que, todavia, não o debilitou. Pelo contrário. Tornaram-se, antes, momentos próprios e compreensíveis que somente as experiências que buscam questionar e transformar a realidade conhecem. Daí um agradecimento especial a todos os membros da comunidade acadêmica que contribuíram e continuam contribuindo para a realização do projeto. Também nosso muito obrigado à população diamantinense. Afinal, é para ela, por ela e com ela que continuamos colocando mais do que “filmes para rodar”.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

CALVINO, I. **Seis propostas para o próximo milênio: lições americanas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CANCLINI, N. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CÂNDIDO, A. O direito à literatura. In: _____. **Vários Escritos**. São Paulo: Duas Cidades; Ouro sobre Azul, 1988. p. 169-191.

LAPLANTINE, F. **Aprender a antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

MARCELINO, N. C. **Lazer e humanização**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1995.

MEDINA, C. **O signo da relação: comunicação e pedagogia dos afetos**. São Paulo: Paulus, 2000.

Referências Filmográficas

DURVAL Discos. Direção: Anna Muylaert. Brasil: Europa Filmes, 2002. 1 DVD (93 min.). son., color.

ESTAMIRA. Direção: Marcos Prado. Brasil: Zazen Produções/RioFilme, 2006. 1 DVD (121 min.). son., color.

LIXO extraordinário. Direção: Lucy Walker. Brasil/Reino Unido: Almega Projects e O2 Filmes, 2010. 1 DVD (90 min.). son., color.

NARRADORES de Javé. Direção: Eliane Caffé. Brasil: Bananeira Filmes, 2003. 1 DVD (100 min.). son., color.

O HOMEM nu. Direção: Hugo Carvana. Brasil: MAC comunicação e produção Ltda., 1997. 1 DVD (75 min.). son., color.

SANEAMENTO básico. Direção: Jorge Furtado. Brasil: Globo Filmes/Casa de Cinema de Porto Alegre, 2007. 1 DVD (112 min.). son., color.

COMO CITAR ESTE RELATO:

NASCIMENTO, Alan Faber do; VALIENGO, Amanda; BORGES, Elisa de Campos; LEAL, Juliana Helena Gomes; FONSECA, Lilian Simone Godoy; MONTEIRO, Rebecca Pedroso. O Projeto *Cine Mercúrio* em Diamantina. *Extramuros*, Petrolina-PE, v. 1, n. 2, p. 61-70, ago./dez. 2013. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Da Janela: um relato de experiência sobre a foto artístico-informativa no jornal-mural O Expresso

Laene Mucci Daniel¹
Jéssica Silva²

¹ Docente e coordenadora do projeto de extensão Comunicação em movimento do curso de Comunicação/Jornalismo da Universidade Federal de Viçosa/UFV. E-mail: laenemucci@gmail.com

² Discente do curso de Comunicação/Jornalismo da Universidade Federal de Viçosa/UFV. E-mail: jessica.s.cruz@ufv.br

RESUMO

Este relato vem apresentar a seção *Da Janela*, que integra o jornal-mural *O Expresso*, produzido pelo projeto de extensão *Comunicação em movimento jornal-mural o Expresso* do curso de Jornalismo da UFV. Este projeto de extensão vem há dois anos repensando seu modo extensionista de produzir um jornal. Circulando mensalmente nos ônibus urbanos de Viçosa, *O Expresso* tem por objetivo o entretenimento, a prestação de serviços e a informação. Sua seção *Da Janela* procura retratar o belo no que é usual, através de uma foto, que, tirada sempre de dentro do ônibus, mostra pelo ponto de vista de quem anda de ônibus os pontos comuns da cidade de uma forma curiosa e diferente, através de pequenos momentos do cotidiano. A equipe do projeto *Comunicação em movimento jornal-mural o Expresso* tem como próxima meta a produção das fotos da seção *Da Janela* pelos próprios leitores, usuários dos ônibus urbanos em Viçosa.

Palavras-chave: Jornal-mural; Fotografia artística; *O Expresso*; Projeto de extensão.

ABSTRACT

This article comes to present the section *Da Janela*, that integrates the newspaper-mural *O Expresso*, produced by the extension project *Comunicação em movimento jornal-mural o Expresso* of the Journalism undergraduation course of the Federal University Viçosa. This extension project has been rethinking for two years its extensionist way of producing a newspaper. Circulating monthly in the urban buses of Viçosa, *O Expresso* has for objective the entertainment, the services rendered, and the information. Its section *Da Janela* tries to portray the beautiful in what is usual, through a picture taken always within the bus, which shows the point of view of who uses bus service, the common points of the city in a curious and different way, through short daily moments. The team of the extension project *Comunicação em movimento jornal-mural o Expresso* has as next goal the production of pictures of the section *Da Janela* taken by the own readers, who are users of the urban buses in Viçosa.

Keywords: Newspaper mural; Artistic picture; *O Expresso*; Project of extension.

INTRODUÇÃO

Segundo “O caderno de Estudos em Jornalismo” da Universidade São Judas Tadeu (2006, p. 16), seção é “parte de uma publicação onde se agrupam informações do mesmo gênero, ou sobre um mesmo tema”. Em uma publicação mensal, a seção contribui para a construção de sua identidade, ao mesmo tempo que fortalece a

interatividade com seus leitores.

Presente em *O Expresso*, jornal-mural produzido pelo projeto de extensão *Comunicação em movimento* do curso de jornalismo da UFV, a seção *Da Janela* apresenta, há quatro edições, sempre uma foto de algum lugar da cidade que, retratado de dentro do ônibus, procura revelar aos usuários uma visão diversa do que eles veem constantemente. Além de levar aos usuários de ônibus informações de interesse público e prestação de serviços, *O Expresso*, jornal feito para quem anda de ônibus na cidade de Viçosa, Minas Gerais, tem sido, mensalmente, afixado nos ônibus municipais da cidade.

A partir dos resultados da pesquisa de opinião realizada com 100 usuários de ônibus, quando todos os entrevistados demonstraram sua preferência pela presença de fotos no jornal, a seção *Da Janela* foi pensada pela equipe do projeto de extensão para, mais que tudo, despertar o interesse pela fotografia. Não só entre os alunos que integram o projeto, para que pratiquem a fotografia e o fotojornalismo, mas também entre as pessoas que andam de ônibus e leem *O Expresso*. Por isso, as fotos sempre procuram o belo no comum, e o extraordinário no ordinário, registrando – e revelando - o que é visto todos os dias pelas janelas do ônibus, de uma forma diferente. E é pelo seu enquadramento diferente, carregado de beleza e poesia, que as fotos da seção *Da Janela* são consideradas artísticas, baseadas também na definição da fotógrafa profissional Irit Chernizon Tommasini (2013), para quem a fotografia artística é

[...] a arte de fotografar de maneira não convencional, em que não existe uma preocupação única de retratar a realidade. Vai além disso. O fotógrafo registra o tema de uma forma que transcende o ordinário. Coloca a sua emoção, sua expressão e a sua perspectiva do mundo na imagem que produz. Da mesma forma que um pintor, um escultor ou qualquer outro artista o faz.

Enquanto alguns consideram a fotografia um processo mecânico, outros a subdividem em áreas como a fotografia artística, em que fazer uma foto é mais que apertar um botão, é uma forma de expressar um sentimento, e dar novos sentidos ao que já é conhecido (TAVARES, 2009).

Cada foto da sessão *Da Janela*, portanto, tem procurado chamar a atenção para o belo no corriqueiro, despertar a curiosidade sobre os locais retratados, e provocar emoções. E apesar do seu caráter artístico, as fotos dessa seção não perdem seu foco jornalístico. Sempre acompanhadas de legendas, elas se tornam legíveis ao usuário de ônibus que, antes de responder à pesquisa citada, já se mostrava um público diferenciado de um jornal também diferente. O pouco tempo de leitura e o balanço do ônibus em uma viagem urbana pediam, desde o início do *O Expresso*, um jornal fácil e rápido de ver e ler. Que fosse atraente e pudesse informar sem confundir. Nada mais atraente e necessário do que a presença da fotografia no jornalismo. Segundo Parron e Fonseca (2009, p. 3), o fotojornalismo ganhou tamanha importância nos veículos de comunicação que uma matéria de jornal impresso pode deixar de ser publicada “[...] quando não apresenta registros fotográficos, perdendo seu espaço para uma outra matéria que tem apoio fotográfico.”

O fotojornalismo é, na realidade, uma atividade sem fronteiras claramente delimitadas. O termo pode abranger quer as fotografias de notícias, quer as fotografias dos grandes projetos documentais, passando pelas ilustrações fotográficas e pelos *features* (as fotografias intemporais de situações peculiares com que o fotógrafo depara), entre outras. De qualquer modo, como nos restantes tipos de jornalismo, a finalidade primeira do fotojornalismo, entendido de uma forma lata, é informar. (SOUSA, 2004, p. 8)

Além de cumprir a importância da fotografia no jornalismo e considerar as respostas do público-leitor à pesquisa de opinião, criando uma seção que contivesse fotos artísticas, a seção *Da Janela* nasceu do desejo de mostrar aos leitores sua cidade em diferentes formas e em seus pequenos momentos cotidianos, uma vez que a proposta do *Expresso* é alcançar o leitor/usuário de ônibus, e torná-lo principal personagem do jornal-mural. E assim também sua cidade. Portanto, para além da fotografia jornalística, também presente no *Expresso*, *Da Janela* tem procurado despertar a curiosidade por suas fotos e por diferentes ângulos que podem retratar uma realidade ou um fato.

Dentre as quatro fotos produzidas até hoje para a seção *Da Janela*, a foto *Avenida* (Figura 1), que inaugurou a seção *Da Janela*, foi escolhida pelos integrantes do jornal *O Expresso* para representar a seção por ser, além da primeira, a mais pitoresca, na medida em que mostra em alta velocidade como se corresse atrás dos carros, uma avenida em que várias pessoas trafegam todos os dias. Segundo Tavares (2009, p. 8):

O fotógrafo converte uma rua da cidade, um momento, o olhar de uma criança, de um velho, a solidão dum homem em mitos, em concepções imagéticas que transportam o espectador para novas, e por vezes velhas, dimensões. A fotografia contemporânea, tal como a pintura, tem na sua essência a criação de metáforas, de conotações, de analogias diversas, conseguindo converter a objetividade em subjetividade. O visível não é necessariamente aquilo que se nos é apresentado perante os olhos.

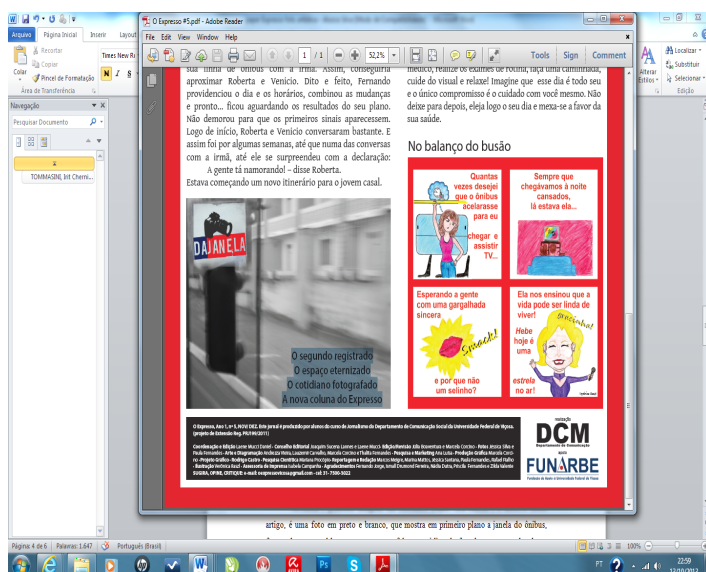


Figura 1. A primeira seção *Da Janela*.

DESENVOLVIMENTO

A foto *Avenida* foi feita juntamente com outras fotos dentro de um ônibus, no trajeto entre alguns bairros de Viçosa, registrando ruas e trânsito. Entre tantas outras, ela foi escolhida, por unanimidade, pela sua estética e conteúdo informativo. De modo artístico, ela mostrava o movimento de uma rua bem conhecida – e movimentada - na cidade. À foto foi acrescentada uma legenda que anunciava a nova seção no *Expresso*: “Na Janela / O segundo registrado / O espaço eternizado / O cotidiano fotografado / A nova coluna do Expresso”.

Para que fosse passada uma impressão de movimento, a fotógrafa utilizou-se de recursos técnicos – ajustando abertura e velocidade do diafragma para aumentar a quantidade de luz, e gravar a imagem no movimento. Dada à luz natural, não foi necessário o uso do *flash*.

Além de seu conteúdo artístico e jornalístico, a foto *Avenida* também representava muito bem o nome da seção *Da Janela*, à qual vinha inaugurar. Em preto e branco, a foto revelava, em primeiro plano o detalhe de uma janela do ônibus que emoldurava a rua, o asfalto, e prédios desfocados em segundo plano, passando a impressão de grande velocidade, em um dia talvez nublado.

Nas duas edições posteriores, as fotos da sessão *Da Janela* saíram sem legendas que as identificassem, mas a pedido de leitores, a partir da edição 8, de março/abril de 2013, conforme mostra a Figura 2, elas seriam sempre identificadas pela logomarca/nome da seção (a pequena imagem de uma câmera) e de uma legenda “espacial” que identificasse o trajeto (linha de ônibus) ou local do registro fotográfico.

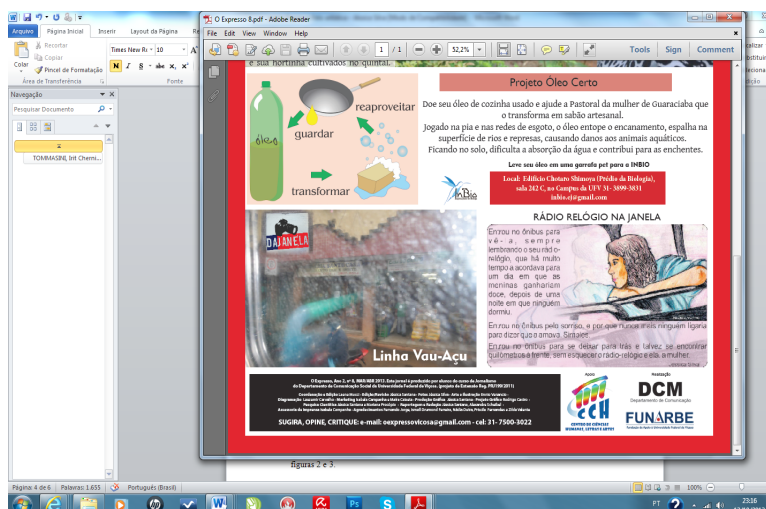


Figura 2. A foto da seção *Da Janela* com legenda espacial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de extensão *Comunicação em movimento*, do qual o jornal-mural *O Expresso* faz parte, vem há dois anos repensando seu jeito extensionista de produzir um jornal. Objetivando, cada vez mais, ouvir seu público – quem anda de ônibus lotação na cidade de Viçosa – tem aplicado, periodicamente, pesquisas cujos resultados são considerados na produção das edições do jornal e, conseqüentemente, na continuidade do projeto.

Em pesquisa realizada com 100 usuários de ônibus foi constatada a importância das fotos no jornal e a partir da edição 5, de novembro/dezembro de 2012, a equipe do projeto (e do jornal) produz e publica a seção *Da Janela*. Nessa seção, fotos são feitas a partir do ponto de vista de quem está dentro do ônibus em movimento, revelando novos ângulos de antigas/conhecidas paisagens, destacando o que parecia, até então, comum. Provocando nos alunos um novo jeito de fotografar jornalisticamente e proporcionando ao público enxergar o corriqueiro de forma especial, *Da Janela* valoriza o olhar de quem anda de ônibus, assim como os personagens e lugares da cidade.

Mediante fotos artístico-informativas, como a *Avenida*, mostrada na Figura 1, o jornal-mural *O Expresso* tem conseguido captar a atenção do seu leitor e, se possível, levando-o à contemplação, após um dia exausto e em meio à viagem de ônibus. Foi conquistado o prêmio de melhor jornal-mural no Expocom em 2012, após dois anos de consolidação, em que o público já o reconhece como um veículo de jornalismo na cidade.

REFERÊNCIAS

COMUNICAÇÃO EM MOVIMENTO. O EXPRESSO: O JORNAL-CARTAZ DOS USUÁRIOS DE TRANSPORTE COLETIVO DE VIÇOSA. Projeto de extensão do Curso de Jornalismo, Departamento de Comunicação Social UFV. Aprovado pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, UFV, 2011-2013 (documento interno).

PARRON, Michelle. **Diálogos e conflitos entre fotografia artística e o fotojornalismo**. Disponível em <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2009/expocom/EX14-0678-1.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2013.

SOUSA, Jorge Pedro. **Fotojornalismo: introdução à história, às técnicas e à linguagem da fotografia na imprensa**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação

TAVARES, António Luís Marques. **A fotografia artística e o seu lugar na arte contemporânea**. Disponível em: <http://www.revistasapiens.org/Biblioteca/numero1/A_fotografia_artistica.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2013.

TOMMASINI, Irit Chernizon. **10 idéias sobre fotos artísticas**. Disponível em <http://www.europenet.com.br/site/index.php?cat_id=168&pag_id=10823>. Acesso em: 17 abr. 2013.

UNIVERSIDADE São Judas Tadeu. Caderno de Estudos em Jornalismo. São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://sites.usjt.br/expressaoonline/paginas/arquivos/Caderno%20de%20Estudos%20e%20Jornalismo%202006.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2013.

COMO CITAR ESTE RELATO:

DANIEL, Laene Mucci; SILVA, Jéssica. *Da janela: um relato de experiência sobre a foto artístico-informativa no jornal-mural O Expresso*. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 1, n. 2, p. 71-76, ago./dez. 2013. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

A dança e a formação da criança: algumas reflexões sobre a experiência na Vila Educacional de Meninas

José Rafael Madureira¹

¹Professor da UFVJM -
campus Diamantina/MG.
E-mail: jr.madureira@
ufvjm.edu.br

Agradeço ao apoio e confiança de toda equipe da Vila Educacional de Meninas, em especial à coordenadora da instituição, Sra. Ordália da Assunção Santos.

RESUMO

O propósito deste relato é apresentar alguns apontamentos estéticos e pedagógicos sobre o ensino de dança que foram desenvolvidos a partir do projeto de extensão intitulado *A experiência da dança na formação integral da criança* realizado em parceria com a Vila Educacional de Meninas, uma instituição vinculada à Sociedade Protetora da Infância que atende em média 80 meninas entre crianças e adolescentes em condição socioeconômica desfavorável. Observando-se a potência da arte como instrumento de educação e formação humana, o projeto foi desenvolvido em consonância com as metas da instituição parceira, em especial a busca pela autonomia, a elevação da autoestima e do valor como ser humano e a conquista de elementos que possibilitem uma vida melhor.

Palavras-chave: Dança; Metodologia de Ensino de Dança; Linguagem; Arte.

Dance and the child education: some meditations on the experience at Vila Educacional de Meninas

ABSTRACT:

The purpose of this report is to present some notes on the aesthetic and pedagogical teaching dance developed from the extension project *The dance experience in development of children* held in partnership with the Vila Educacional de Meninas. The project served over 80 girls among children and adolescents in unfavorable socioeconomic conditions. Observing the power of art as a tool for education and human development, the project has been developed in harmony with the goals of the partner institution, in particular the search for autonomy, increased self-esteem and value as a human being and achievement of elements for a better life.

Keywords: Dance; Dance Education; Language; Art.

INTRODUÇÃO

A musicalidade de Diamantina (MG) remonta aos tempos do Arraial do Tejuco, fundado em 1713. A decadência socioeconômica da cidade em meados do século XIX abalou a produção musical da cidade, mas não a arruinou. A tradição musical atravessou o tempo e foi definitivamente consolidada com a criação do Conservatório Estadual de Música Lobo de Mesquita, que há 42 anos garante uma

educação musical pública e de qualidade.

A dança também tem tradição na história de Diamantina, basta observar o folclore regional, a congada, a marujada, caboclinhos e pastorinhas, que colore o cenário barroco durante os ciclos religiosos. Todavia, excetuando-se esse rico folclore de tradição oral, a produção em dança é bastante tímida na região, praticamente ausente. Alguns grupos e artistas quase anônimos trabalham sem qualquer incentivo, público ou privado, o que limita consideravelmente a expressividade da dança na cidade.

Diante desse quadro, deu-se início, em março de 2011, ao projeto de extensão intitulado *A experiência da dança na formação integral da criança*². O trabalho foi realizado em parceria com a Vila Educacional de Meninas (VEM), uma instituição vinculada à Sociedade Protetora da Infância, fundada em 1993, que atende em média 80 meninas, entre crianças e adolescentes em condição socioeconômica desfavorável.

² Projeto contemplado pelo edital PIBEX, promovido pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFVJM e coordenado pela professora Débora Fernandes de Melo Vitorino, diretora de Extensão, cuja dedicação e compromisso têm inspirado e fortalecido as ações de extensão.

Observando-se a potência da arte como instrumento de educação e de humanização, o projeto teve como propósito desenvolver um programa introdutório de ensino de dança de modo a contribuir com a formação integral das meninas da VEM e ampliar os seus conhecimentos sobre um tema geralmente elitizado e também inacessível: a dança de tradição acadêmica.

Da sede da Vila Educacional de Meninas pode-se avistar, sem interferências, a Serra dos Cristais, uma exuberância visual que instiga o olhar e sensibiliza sobre a noção de paisagem, um dos fundamentos da educação estética. A noção de paisagem como experiência estética não é privilégio exclusivo da VEM, em boa parte das escolas municipais e estaduais da cidade é possível avistar os encantos da natureza, de um lado a Serra dos Cristais, do outro, a Serra do Espinhaço com seu oponente pináculo.

O processo de preparação e aplicação das lições foi instigante e impulsionou a elaboração de sínteses importantes, conceituais, sociais e estéticas, sobre o ensino de dança. Parte considerável desses apontamentos será aqui apresentada com a intenção de promover o debate sobre o tema e registrar possibilidades reais de interface entre a produção acadêmica e as ações de extensão.

APONTAMENTOS SOBRE O ENSINO DE ARTE

O processo de formação em artes leva em consideração a necessidade criativa do indivíduo. Além do domínio da técnica, um artista completo deve ser capaz de expressar a sua personalidade e sua visão de mundo através de trabalhos artísticos de sua própria autoria. E ainda que tais criações não sejam consideradas pela crítica como obras-primas, ao menos trazem o sabor da realização.

A realidade do ensino de artes no Brasil apresenta algumas lacunas que merecem especial atenção. O ensino de música, por exemplo, segue ainda o modelo ortodoxo (europeu novecentista) e, excetuando-se alguns trabalhos como de GRAMANI (1996; 2009), MARIANI (2002), PENNA (2008) e FONTERRADA

(2008), a educação musical permanece restrita a repertórios pré-definidos (barroco, clássico e romântico) e descontextualizados, negando ao jovem músico o exercício da criação a partir dos elementos da linguagem musical.

Nas artes plásticas, muito mais sintonizadas com a produção artística contemporânea, o processo é inverso, crianças e adultos já exercitam a imaginação na primeira lição, pintando e modelando formas ao sabor de suas fantasias.

Na dança, é possível observar as duas polaridades, academias centradas unicamente nos programas ingleses de balé, e estúdios, estes em número bem inferior, que exploram a expressividade criativa da criança³ e dão visibilidade à vasta produção acadêmica contemporânea como, por exemplo, MARQUES (1999; 2003), BARRETO (2004), MOMMENSOHN e PETRELLA (2006), MILLER (2007) e RENGEL (2008).

³ Consultar o vídeo “Expresion corporal y creativa para niños” editado pela escola de artes El Gato Azul (Barcelona) e disponível na rede.

Com esses apontamentos sobre o ensino de arte no Brasil, não se pretende desconsiderar a importância do trabalho técnico, afinal, a busca árdua e minuciosa pelas formas elaboradas é parte substancial e imprescindível da formação em qualquer uma das artes. E a criança deseja conquistar os meios para um fazer artístico primoroso. Todavia, a conquista das formas elaboradas da arte é uma consequência de um processo que não deve ser apressado. Ademais, é preciso proteger a criança das influências do mercado cultural, ávido pela incessante fabricação de prodígios, lucrativos e igualmente descartáveis.

“Antes de semear o trigo, é preciso preparar o terreno. Exatamente o contrário do que se faz nas escolas e conservatórios” (JAQUES-DALCROZE, 1917, p. viii). A sentença tem quase 100 anos, mas ainda é bastante eloquente e traduz a realidade de boa parte das escolas de música e dança no país. E o que significa “preparar o terreno” no campo da dança? Muito antes de ensinar os *demi-pliés*, *ports de bras* e outros códigos pré-definidos, é preciso oferecer à criança um ambiente de grande estímulo sensorial, auditivo, tátil e visual. Mais do que barras, espelhos e sapatilhas de ponta, uma sala de dança precisa conter bolas coloridas, fitas de seda, elásticos, cordas, livros de pintura, discos de ópera, baquetas, pandeiros e outros tantos objetos que incitem na criança a curiosidade e o desejo de autoexpressão através de formas plásticas, rítmicas e musicais. Jaques-Dalcroze finaliza o pensamento acima apresentado com uma instigante sentença: “O objetivo do meu ensino é permitir que os meus alunos, ao final de seus estudos, digam não apenas *eu sei*, mas *eu sinto*” (ibidem).

Limitar o ensino de dança a formas de antemão pré-definidas e passos estereotipados é restringir significativamente a expressividade da criança, nas palavras de Klauss Vianna: “Não decore passos, aprenda um caminho” (apud MILLER, 2007, p. 35).

A ORGANIZAÇÃO DAS LIÇÕES DE DANÇA

Todo programa de ensino de arte, observando-se as peculiaridades de cada linguagem, leva em consideração três fundamentos básicos: a TÉCNICA, a IMPROVISACÃO e a COMPOSIÇÃO.

A TÉCNICA é a parte estrutural do processo, um trabalho minucioso e árduo que requer a participação ativa e firme do mestre, afinal conceitos técnicos imprecisos geram sérios problemas de compreensão e interpretação artística que irão comprometer os outros dois fundamentos básicos. Estudar arte é estudar técnica, está na etimologia da palavra: *techné* (τέχνη) é arte. Ao conquistar o domínio da técnica, o jovem artista liberta-se dela e também das imposições de seu mestre, tornando-se capazes de “[...] caminhar por si mesmos, como fazem os alunos de pintura e composição” (DELSARTE, 2011, p. 176).

A IMPROVISACÃO é o momento em que a criança experimenta e brinca com o material visual, sonoro, rítmico e plástico das “formas lúdicas da arte” (HUIZINGA, 1996), colocando à prova os mecanismos construídos pela técnica.

A COMPOSIÇÃO é a síntese da arte, um espaço no qual o aprendiz irá materializar suas ideias poéticas. Com frequência, o aprendiz encontra o material criativo e expressivo nos momentos de improvisação, e o que foi vivenciado espontaneamente é capturado, registrado e reorganizado de forma mais acadêmica, orientando-se pelas regras de cada arte, sem se deixar aprisionar por elas.

Na prática pedagógica, não é preciso seguir a ordem apresentada (técnica-improvisação-composição), ademais, todos os elementos são fortalecidos quando estudados em conjunto, pois são complementares e compõe um todo indissolúvel.

O programa introdutório de ensino de dança desenvolvido na Vila Educacional de Meninas foi concebido a partir das considerações estético-pedagógicas acima descritas. As lições de dança eram semanais e organizadas em três momentos: 1) Sensibilização corporal e Afinação da tonicidade muscular; 2) Fundamentos coreológicos e Jogos rítmico-expressivos; 3) Composição coreográfica.

SENSIBILIZAÇÃO CORPORAL E AFINAÇÃO DA TONICIDADE MUSCULAR (TÉCNICA)

Após a recepção e acolhimento das crianças, as lições eram iniciadas com um trabalho corporal de base, ou seja, com exercícios ginásticos, afinal: “a ginástica é um prelúdio para a dança” (MICHAJLOWISKY, 1956, p. 12). Mas, entre tantos métodos ginásticos criados e reinventados ao longo do século XX, vários deles adaptados para a prática da dança, qual foi escolhido para as lições na VEM? O Yoga, um sistema completo de ginástica do qual todos os outros derivam. O Yoga é capaz de expressar, com plenitude, o sentido clássico da arte da ginástica (γυμναστική τέχνη), sem contar a serenidade inerente às práticas do Yoga, o que não será encontrado em outros sistemas de ginástica, salvo raras exceções.

As posturas do Yoga são construídas de forma suave, o que facilita a sua apreensão pelas crianças, sem contar a ludicidade inerente às posturas que evocam seres da natureza e objetos antropológicos: gato, cachorro, árvore, serpente, estrela de cinco pontas, montanha, corvo, águia, gafanhoto, leão, vela, ponte, arco, arado, pinça. Ao brincar com as posturas, a criança manipula suas “faculdades miméticas” (BENJAMIN, 1994, p. 108), colocando-se em estado de jogo, uma condição imprescindível do fazer poético da dança.

A prática do Yoga também proporciona à criança tomar consciência do seu próprio corpo, matéria expressiva da dança, e conquistar uma tonicidade muscular equilibrada, um processo conhecido como Eutonia⁴.

Além de fortalecer o corpo com graça e plasticidade e cultivar a vontade, as posturas do Yoga revelam à criança alguns princípios fundamentais da dança, quais sejam a percepção dos apoios (estruturas ósseas), o alinhamento vertical da coluna, a sucessão das articulações, a respiração como elemento rítmico-expressivo, o impulso do centro do corpo para a extremidade, a noção da espiral, a continuidade do movimento, os níveis espaciais (alto, médio e baixo), os planos do movimento (frontal, sagital e transversal).

FUNDAMENTOS COREOLÓGICOS E JOGOS RÍTMICO-EXPRESSIVOS (IMPROVISAÇÃO)

Após o trabalho inicial de sensibilização e harmonização psicofísica, dava-se início à segunda parte da lição de dança, orientada pela Estética Aplicada de François Delsarte (MADUREIRA, 2009), pela Coreologia de LABAN (1978) e pela Rítmica de JAKUES-DALCROZE (2010).

Para o desenvolvimento dos princípios da Estética Aplicada de Delsarte, foi utilizado um conjunto de fotografias de esculturas clássicas e reproduções de pinturas renascentistas para estimular, através da imitação (*mimeses*), a descoberta das leis da expressividade. Já para o trabalho da Rítmica, foi escolhido um repertório musical amplo, da polifonia barroca ao atonalismo contemporâneo. Através de objetos como bolas, fitas e elásticos, foi proposta uma leitura corporal dos elementos musicais auditivamente percebidos, em especial a métrica, os ritmos e as dinâmicas presentes nas composições musicais.

Os fundamentos da Coreologia estavam presentes em todas as lições, orientando as meninas sobre as possibilidades do espaço (níveis, direções e planos de movimento) e as qualidades do esforço (tempo, resistência, energia).

Todas as três linhas de trabalho foram orientadas através de jogos rítmicos expressivos, um espaço no qual a criança era incentivada, a todo o momento, a criar.

COMPOSIÇÃO COREOGRÁFICA (COMPOSIÇÃO)

Ao final das lições, era proposto um trabalho coreográfico às vezes pré-definido e outras vezes de autoria das próprias meninas com o devido auxílio e orientação. A grande referência para os exercícios de composição, orientado pelas considerações de Jaques-Dalcroze, era a música, um estudo que ele denominou por *Plástica Animada*, uma tradução dos elementos musicais (métrica, ritmo, fraseado, consonâncias, dissonâncias, variações de dinâmica e agógica) em formas, gestos e movimentos corporais.

⁴ A Eutonia é o conceito-chave da técnica terapêutica criada por Gerda Alexander que leva o mesmo nome. A tonicidade muscular é também expressão do estado emocional do indivíduo, ou seja, a hipertonicidade pode revelar um quadro emocional de ansiedade, enquanto a hipotonicidade pode indicar depressão. Em resumo, equilibrar o tônus é harmonizar as emoções (ALEXANDER, 1991).

Não se chegou a nenhum resultado cênico elaborado, não era a intenção do projeto e nem houve tempo suficiente para o amadurecimento das jovens intérpretes, mas as meninas puderam perceber as possibilidades e algumas regras estético-expressivas de um processo de composição coreográfica.

AS SESSÕES DE CINEMA: UM COMPLEMENTO IMPORTANTE

Diante da impossibilidade de levar as meninas ao teatro para assistir espetáculos de dança, foi promovido um ciclo de sessões de cinema realizadas no Teatro Santa Izabel. Na grande tela, foram projetados trechos de alguns filmes de dança dirigidos por Carlos Saura como *Bodas de Sangue* (1987), *Tango* (1998), *Salomé* (2002) e *Iberia* (2005), além de alguns espetáculos de dança como o *Lago dos Cisnes* na versão de Nureyev (1966), *Sagração da Primavera* (1975) e *Café Müller* (1978), de Pina Bausch, e *Carmen* (1992), de Mats Ek.

As obras apresentadas foram acolhidas com muito entusiasmo, o que confirmou a ideia inicial de que as crianças sabem valorizar as obras-primas da cultura, independente de sua condição socioeconômica, afinal, a arte é lúdica em suas formas e em sua essência, o que atrai e captura a atenção da criança, educando os seus sentidos, sentimentos e pensamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se pode desconsiderar a resistência inicial das meninas diante da proposta, afinal, se buscou trilhar caminhos desacostumados. Foi preciso insistir, com delicadeza, até que elas pudessem perceber a seriedade do trabalho e o compromisso do grupo de trabalho com a formação delas.

O projeto revelou-se como um espaço privilegiado de integração entre a teoria e a práxis, entre as pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Estudos em Dança, Rítmica, Educação e Arte (CNPq/UFVJM) e a extensão universitária, o que é uma das funções sociais e políticas da universidade pública. Este projeto também encontrou consonâncias muito claras com as metas da instituição, em especial a “busca pela autonomia”, “a elevação da autoestima e do valor como ser humano” e “a conquista de elementos que possibilitem uma vida melhor”.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Gerda. **Eutonia: um caminho para a percepção corporal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

BARRETO, Débora. **Dança... Ensino, sentidos e possibilidades na escola**. Campinas: Autores Associados, 2004.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Artes**. Brasília, 1997.

DELSARTE, François. Método filosófico do Canto. (tradução e notas de José Rafael Madureira). **Repertório**, Salvador, n.16, p.174-7, 2011.

FEUERSTEIN, Georg. **A tradição do Yoga: história, literatura, filosofia e prática**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Pensamento, 2006.

FONTEERRADA, Marisa Trench de Oliveira. **De tramas e fios: um ensaio sobre música e educação**. São Paulo: Unesp/Funarte, 2008.

GRAMANI, José Eduardo. **Rítmica viva**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

_____. **Rítmica**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

HUIZINGA, Johan. **Homo ludens: o jogo como elemento da cultura**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.

JAQUES-DALCROZE, Émile. **La rythmique**. Lausanne: Jobin & Cie, 1917. (vol. 2)

_____. Os Estudos Musicais e a Educação do Ouvido (tradução do francês e notas de José Rafael Madureira). **Pro-Posições**, Campinas, v. 21, n. 1 (61), p. 219-224, jan./abr. 2010.

LABAN, Rudolf. **O domínio do movimento**. São Paulo: Summus, 1978.

MADUREIRA, José Rafael. A Estética Aplicada de François Delsarte: entre memórias e esquecimentos. **Imaginário**, São Paulo, ano XIII/IV, n. 17/18, p. 319-345, jan./jun. 2009.

MARIANI, Silvana. **O equilibrista das seis cordas: método de violão para criança**. Curitiba: UFPR, 2002.

MARQUES, Isabel. **Ensino de dança hoje: textos e contextos**. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Dançando na escola**. São Paulo: Cortez, 2003.

MICHAILOWSKY, Pierre. **A dança e a escola de ballet**. Rio de Janeiro: MEC, 1956.

MILLER, Jussara. **A escuta do corpo: sistematização da técnica Klauss Vianna**. São Paulo: Summus Editorial, 2007.

MOMMENSOHN, Maria; PETRELLA, Paulo. **Reflexões sobre Laban, o mestre do movimento**. São Paulo: Summus, 2006.

PENNA, Maura. **Música(s) e seu ensino**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2008.

RENGEL, Lerina. **Temas de movimento de Rudolf Laban**. Annablume: São Paulo, 2008.

SCHAFER, Murray. **O ouvido pensante**. Tradução de Marisa Trench de Fonterrada, Magda Gomes e Maria Lúcia Paschoal. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

COMO CITAR ESTE RELATO:

MADUREIRA, José Rafael. A dança e a formação da criança: algumas reflexões sobre a experiência na Vila Educacional de Meninas. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 1, n. 2, p. 77-84, ago./dez. 2013. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Participação de monitores em um curso de extensão em língua inglesa: contribuições para o desenvolvimento de habilidades comunicativas e interpessoais de futuros engenheiros

André Pereira Feitosa¹
Maria Elizabete Villela Santiago²

¹ Leciona Língua Inglesa e Metodologia Científica da Pesquisa na Universidade Federal de Itajubá, campus Itabira. E-mail: andrefeitosa@unifei.edu.br

INTRODUÇÃO

A comunicação, seja escrita ou oral, é elemento essencial para a construção do conhecimento tanto empírico como teórico. Tal conhecimento serve como portão de acesso à integração dos indivíduos como cidadãos ativos na sociedade. Desta forma, ficam excluídos, ou incapacitados de plena atuação, os que têm acesso limitado ao conhecimento.

² Leciona Língua Inglesa e Metodologia Científica da Pesquisa na Universidade Federal de Itajubá, campus Itabira. E-mail: elizabetesantiago@unifei.edu.br

Outro elemento que serve como facilitador ou complicador na relação indivíduo e conhecimento é o fato de, por fatores históricos e socioeconômicos, grande parte das informações que circulam nos contextos acadêmico e profissional estar em inglês. Em relação ao contexto acadêmico, a língua inglesa está cada vez mais presente na pesquisa e produção de artigos, livros, material publicado na Internet e manuais de equipamentos; nas interações online, como fóruns de discussões, e presenciais, como intercâmbios; nos processos seletivos para um programa de estágio e na continuação da formação acadêmica no mestrado e doutorado. Ao adentrar o mercado de trabalho, o profissional que se comunica em inglês se posiciona com vantagem em relação aos demais na apresentação de seu currículo, nas provas de seleção e na entrevista de emprego. Além disso, após sua contratação, são várias as situações em que se torna necessário o uso da língua inglesa, a saber: reuniões com estrangeiros, visitas técnicas, obtenção de informações sobre equipamentos em manuais e viagens internacionais. Portanto, pode-se afirmar que o desenvolvimento de habilidades comunicativas, escritas e orais, em língua inglesa, é altamente importante na formação de futuros profissionais podendo, inclusive, incluir indivíduos menos favorecidos na sociedade.

Além da capacidade de comunicar-se de forma escrita e oral em Língua Inglesa, têm sido exigidas dos engenheiros outras competências que extrapolam o conhecimento técnico, como as interpessoais. As habilidades de relacionar-se com diferentes tipos de indivíduos em diversas situações, bem como as de liderança são, cada vez mais, valorizadas tanto nos processos seletivos como nas progressões de carreira dos profissionais de engenharia.

O surgimento de novas competências leva à imprescindibilidade de uma reformulação dos programas de formação dos futuros engenheiros. Assim, busca-se executar papel social da universidade como capacitadora de cidadãos não somente pelas atividades de ensino, mas, também, pelas de extensão universitária, que ao envolver a comunidade externa promovem uma relação de contínua colaboração entre a Instituição e a Sociedade, tornando possível o aprimoramento de ambos (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ, [200-?]).

Com o intuito de capacitar tantos os discentes da Universidade como os membros da comunidade externa, foi criado um curso de extensão de Língua Inglesa direcionado para os níveis iniciante a intermediário em módulos semestrais com carga horária de 40h. O projeto envolveu os monitores da disciplina Comunicação e Expressão que ministraram as aulas sob a orientação dos professores de Língua Inglesa da instituição, autores deste relato. Tal curso pautou-se na abordagem comunicativa, inspirada nas teorias linguística de Noam Chomsky, de psicologia cognitiva de Jean Piaget e no socioconstrutivismo de Lev Vygótsky e Reuven Feurstein, buscando, assim, formar aprendizes independentes e conscientes do seu processo de aprendizagem bem como desenvolver habilidades comunicativas.

O projeto também tem o intuito de desenvolver habilidades comunicativas e interpessoais dos monitores que atuam nos cursos. O presente relato apresenta as contribuições da atividade para a formação desses futuros engenheiros.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção, pretende-se discutir os fatores que elevaram a língua inglesa aos status de *lingua franca* bem como os princípios fundamentais da abordagem comunicativa e do socioconstrutivismo.

O Inglês como Língua Franca nos contextos acadêmico e profissional

Para melhor compreensão das razões que elevaram a língua inglesa ao status de *lingua franca* tanto no meio acadêmico e tecnológico como nas transações empresariais, é necessário conhecer alguns fatores históricos e socioeconômicos. O posicionamento da Inglaterra como potência mundial durante os séculos VXI e VXII e a Revolução Industrial no século XVIII contribuíram para a disseminação e o fortalecimento da Língua Inglesa. De acordo com Crystal,

[como] a maioria das inovações da Revolução Industrial foi de origem britânica: aproveitamento do carvão, água e vapor para operar maquinário pesado; o desenvolvimento de novos materiais, técnicas e equipamentos em uma grande fatia das indústrias e o surgimento de novos meios de transporte, [...] a nova terminologia dos avanços tecnológicos e científicos tiveram um impacto imediato na língua, adicionando dezenas de milhares de palavras ao dicionário de inglês. Mas, o mais importante, é o fato que essas inovações saindo de um país falante de inglês significavam que aqueles de outros países que desejassem aprender sobre elas precisariam aprender inglês – e aprender bem – se quisessem se beneficiar do conhecimento (2003, p. 80, tradução nossa).

Assim, a língua inglesa se torna *lingua franca* para transmissão de conhecimento científico e tecnológico.

A Guerra dos Sete Anos, contra a França, e a Guerra da Secessão Americana, seguida na independência dos Estados Unidos da América dão início à decadência do Império Britânico (CHAVES, [200-?]). O século XX, com duas guer-

ras mundiais que assolam a Europa, presença o deslocamento do poderio econômico para os Estados Unidos, que, em 2004, possuía 25% do PIB mundial, cerca de 11,7 trilhões de dólares, abrigando 60% das maiores empresas em valor de mercado no início do século XXI, e sendo responsáveis por aproximadamente 20% das importações mundiais (UOL EDUCAÇÃO, ca. 1996-2011). A supremacia econômica norte-americana aliada a sua preponderância político-militar faz com que o país tenha poder nas decisões tomadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Desta forma, a língua inglesa, que se tornou o veículo de transmissão de conhecimento, especialmente em relação ao desenvolvimento tecnológico e científico, ocupa também lugar de destaque nas negociações políticas e econômicas (CRYSTAL, 2003).

Os fatores descritos nesta seção traçam os caminhos que levaram a língua inglesa a ser a *lingua franca* nos contextos acadêmico e profissional, como meio de divulgação e troca de informações e também de interações transacionais.

Abordagem comunicativa e o socioconstrutivismo

A abordagem comunicativa no ensino de idiomas tem como principal característica a preocupação com os aspectos funcionais da língua, ou seja, para que esta é usada em um determinado contexto, juntamente com sua estrutura gramatical (LITTLEWOOD, 1981). Desta forma, valoriza-se a competência comunicativa em detrimento da memorização de regras gramaticais. Ainda mais, há uma preocupação com as interações sociais que

[...] demandam dos aprendizes uma atenção maior aos significados sociais e funcionais que a língua transmite. O que também significa que as atividades se aproximam mais do tipo de situação comunicativa encontrada fora da sala de aula, onde a língua não é somente um instrumento funcional, mas também uma forma de comportamento social. (LITTLEWOOD, 1981, p. 43, tradução nossa)

Assim, torna-se imprescindível instrumentalizar os alunos com estratégias que lhes permitam calibrar variáveis linguísticas, como, por exemplo, o nível de formalidade empregado, para que suas interações sejam adequadas ao contexto onde ocorrem.

Considerando que a abordagem comunicativa, como o próprio nome indica, valoriza a comunicação, que só pode ocorrer mediante interações, faz-se necessário o apoio de uma teoria de aprendizagem que se pautar na natureza social da língua. A teoria socioconstrutivista, que tem como principais representantes os psicólogos Lev Vygotsky (1980; 1988; 1997) e Reuven Feuerstein (FUEURSTEIN; FUEURSTEIN; FALIK, 2010), é baseada no princípio que o ser humano nasce em um mundo social e, portanto, constrói seu conhecimento e cria sua percepção do mundo através das interações com os outros seres humanos (WILLIAMS; BURDEN, 1997). Desta forma, o papel do professor deixa de ser o do transmissor de conhecimentos, que transfere sua sabedoria para os discípulos, e passa a ser o do mediador que constrói o conhecimento juntamente com seus alunos, aproveitando e valorizando a bagagem cultural e intelectual que eles trazem. Um exemplo de como o socioconstrutivismo é aplicado no ensino de idiomas é a maneira como o uso

e forma da língua são apresentados de maneira a extrair dos alunos as conclusões em cima da análise e discussões de situações comunicativas. Tais conclusões são, então, com a mediação do professor, transformadas em teoria, como no caso das regras gramaticais e não o contrário, onde tais regras são apresentadas, fora de um contexto, para memorização e uso também descontextualizado. Acredita-se, portanto, que “aprendemos uma língua pelo uso da mesma para interagir significativamente com outras pessoas” (WILLIAMS; BURDEN, 1997, p. 39, tradução nossa).

Desta forma, comunicação e língua, seja esta materna ou estrangeira, formam uma relação bidirecional, pois as interações comunicativas, ao mesmo tempo em que motivam o desenvolvimento linguístico, tornam-se mais eficientes à medida que as competências linguísticas evoluem. Portanto, a execução de tarefas que demandam interações como a construção colaborativa do conhecimento, as negociações e o trabalho em equipe, tendência cada vez mais presente na engenharia, depende do uso apropriado da língua como ferramenta de comunicação. Assim, a experiência relatada neste texto é uma ação que busca beneficiar tanto os alunos atendidos pelo projeto, como os monitores nele envolvidos, promovendo progresso em suas habilidades comunicativas e interacionais.

METODOLOGIA

O objetivo deste relato é apresentar as contribuições da participação dos monitores no curso de extensão em Língua Inglesa² para sua formação profissional e sua futura atuação como engenheiros. Para tal, foi elaborado um questionário (Quadro 1) para estabelecer o perfil acadêmico dos onze (11) participantes (período e curso), sua experiência como professores de inglês e a autoavaliação de sua participação no curso de extensão. Os dados obtidos foram coletados em agosto de 2013 e, portanto, refletem a realidade até aquele momento.

² O programa do curso envolveu funções comunicativas englobando estrutura gramatical e vocabulário equivalentes aos níveis básico e intermediário da língua inglesa, focando situações do cotidiano profissional.

Quadro 1. Questionário enviado para os monitores.

Nome		
Curso		
Período		
Há quanto tempo você está lecionando no curso de extensão?		
Você possui alguma experiência como professor(a) anterior à sua participação no projeto?		
SIM		NAO
Você já lecionou inglês antes?		
SIM		NAO
Por quanto tempo e onde você lecionou inglês?		
O que você trouxe de sua experiência prévia para suas aulas no curso de extensão?		
Você se deparou com algum tópico ou situação de sala de aula (disciplina, uso de equipamentos, etc.) para a qual não se sentiu preparado? Descreva o problema e como lidou com ele.		
Para a preparação das aulas, houve algum tópico para o qual você precisou pesquisar por não ter conhecimento suficiente? Qual?		
Você acredita que evoluiu com a experiência? Por quê?		
Qual(is) das opções abaixo ilustram as habilidades que você desenvolveu? Conhecimento da Língua inglesa, didática, oratória, relações interpessoais, manuseio de equipamentos, organização, liderança, solução de problemas, outros (quais?).		
Neste espaço escreva seus comentários, sugestões, críticas e/ou dúvidas.		

RESULTADOS

Os onze monitores envolvidos no projeto entre 2011 e julho de 2013 cursavam Engenharia de Materiais (4), Engenharia da Computação (2), Engenharia de Controle e Automação (2), Engenharia de Saúde e Segurança (2) e Engenharia de Produção (1), distribuídos entre o 1º. e 6º. períodos. Um monitor havia atuado no

curso por três semestres, cinco monitores por dois semestres e cinco por um semestre³. Apenas quatro monitores tinham experiência prévia em ensino (Figura 1), sendo que, entre estes, três haviam ensinado inglês em escolas de idiomas ou como professor particular por um período entre seis meses e dois anos.

³ Os semestres letivos duraram cerca de 4 meses com carga horária de 40h/aula.



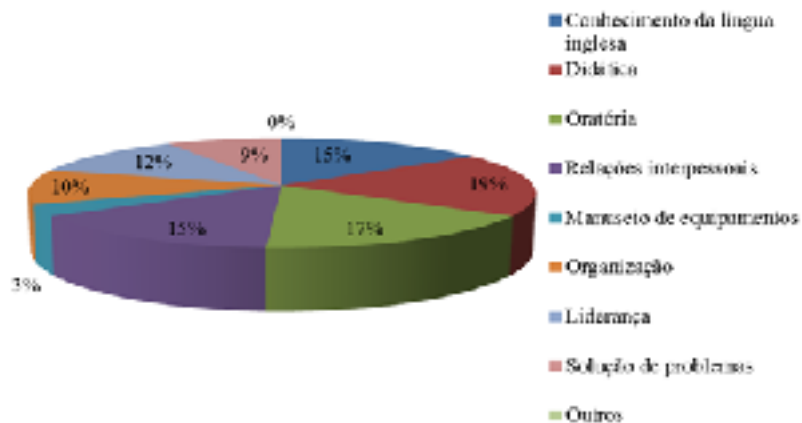
Figura 1. Experiência prévia dos monitores em ensino. Fonte: Pesquisa dos Autores deste trabalho.

A experiência prévia em ensino de inglês contribuiu para a prática dos monitores, segundo os mesmos, nos fatores didática, gerenciamento da sala de aula, planejamento de atividades, avaliações e fluência no idioma.

Quando indagados sobre a experiência no curso de extensão, todos os participantes elencaram como suas principais dificuldades as escolhas dos procedimentos didáticos e os tópicos não dominados por eles, problemas que tentaram solucionar por meio de pesquisa e troca de experiências com os colegas e os professores coordenadores do projeto, desenvolvendo, portanto, sua proatividade e as relações interpessoais – habilidades importantes para o exercício de sua futura profissão. Os respondentes ainda afirmaram ter evoluído durante sua atuação no curso de extensão, considerando a didática, a oratória, o conhecimento da língua inglesa e as relações interpessoais como os itens com maior ganho (Figura 2).

Em relação ao primeiro item, i.e., a didática, as atividades desenvolvidas em sala de aula focando o processo comunicativo significativo, nas interações e na atuação como mediadores (VYGOSTKY, 1980; 1988; 1997) colaboraram para melhorar as relações dos monitores com os colegas e professores, tornando suas interlocuções mais objetivas e eficazes. Os respondentes também alegaram ter melhorado sua autoconfiança, principalmente em relação a apresentações em público e reconheceram que tal habilidade é essencial em uma profissão que demanda negociação e apresentação de resultados para parceiros e superiores. O aperfeiçoamento dos conhecimentos em língua inglesa, ocorrido por meio da preparação das atividades e das trocas com os alunos e colegas, torna-se proveitoso para os monitores ao capacitá-los para um mercado de trabalho globalizado, no qual a *língua franca* continua sendo a inglesa. Finalmente, o aprimoramento das relações interpessoais concorre para capacitar os futuros engenheiros para executar trabalhos em equipe como também para promover seu contínuo desenvolvimento (FUEURSTEIN; FUEURSTEIN; FALIK, 2010).

Figura 2. Habilidades dos monitores desenvolvidas pela participação no curso de extensão. Fonte: Pesquisa dos Autores deste trabalho.



CONCLUSÃO

A proposta do curso de extensão em língua inglesa visa proporcionar aos graduandos em engenharia o desenvolvimento das habilidades comunicativas segundo determinação do Conselho Nacional de Educação (2002). Tal objetivo, somado ao aprimoramento das relações interpessoais e de outras competências como organização, liderança, solução de problemas e manuseio de equipamentos de áudio e vídeo, favorecem a formação do engenheiro como indivíduo inserido e atuante em seu meio. Vale ressaltar que a construção do conhecimento e o aprimoramento das habilidades supracitadas ocorreram devido às interações entre os monitores, seus alunos e os professores coordenadores do projeto. Desta forma, o projeto teve como base para sua execução os pressupostos sociocontrutivistas (VYGOTSKY, 1980; 1988; 1997; FUEURSTEIN; FUEURSTEIN; FALIK, 2010) não somente durante as aulas de inglês, mas também no aprendizado dos monitores.

A análise das respostas dos monitores envolvidos demonstra a evolução dos mesmos durante sua participação no curso de extensão. Portanto, tal iniciativa provou ser válida como contribuição para a formação dos futuros engenheiros e cidadãos. Finalmente, ressalta-se a importância de práticas que ultrapassem o conhecimento técnico e preparem os discentes para interagir de forma plena no seu contexto profissional.

REFERÊNCIAS

ANGELO, Vitor Amarin. Absolutismo na Inglaterra. **UOL Educação**. [S.I.], 2010. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/historia/absolutismo-na-inglaterra-modelo-mesclou-centralizacao-politica-e-controle-do-parlamento.jhtm>>. Acesso em: 15 maio 2011.

CHAVES, Lázaro Curvêlo. Capitalismo Monopolista, Imperialismo e Neocolonialismo. **Cultura brasileira**. [S.I.], [200-?]. Disponível em: <<http://www.culturabrasil.pro.br/neocolonialismo.htm>>. Acesso: 15 maio 2011.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CES 11, de 11 de março de 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES112002.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2013.

CRYSTAL, David. **English as a global language**. 2nd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

FEUERSTEIN, Reuven; FEUERSTEIN, Rafael; FALIK, Louis. **Beyond Smart-er: Mediated Learning and the Brain's Capacity for Change**. Nova York: Teachers Publish Press, 2010.

GEO MUNDO. **A supremacia norte americana**, [S.I.], c2004. Disponível em: <<http://www.geomundo.com.br/geografia-30124.htm>>. Acesso: 15 maio 2011.

LITTLEWOOD, William. **Communicative language teaching: an introduction**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **PNAES**. Brasília, c2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=607&id=12302&option=com_content&view=article>. Acesso em: 30 set. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ. Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária. **APRCEU**. Itajubá, [200-?]. Disponível em: <<http://www.funifei.edu.br/prceu>>. Acesso em: 28 set. 2011.

UOL EDUCAÇÃO. História Geral. **Independência dos EUA: A falência do regime colonial na América**. São Paulo, c1996-2011. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/historia/independencia-dos-eua-a-falencia-do-regime-colonial-na-america.jhtm>>. Acesso em: 15 maio 2011.

VIGOTSKY, Lev. **Mind in Society: The Development of Higher Psychological Processes**. 14 ed. Cambridge: Harvard University Press, 1980.

_____. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 1988.

_____. **Educational Psychology**. Boca Raton: CRC, 1997.

WILLIAMS, Marion; BURDEN, Robert. **Psychology for language teachers: a social constructivist approach**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

COMO CITAR ESTE RELATO:

FEITOSA, André Pereira; SANTIAGO, Maria Elizabete Villela. Participação de monitores em um curso de extensão em língua inglesa: contribuições para o desenvolvimento de habilidades comunicativas e interpessoais de futuros engenheiros. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 1, n. 2, p. 85-91, ago./dez. 2013. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Programa Mulheres Mil em Arraial do Cabo: extensão e inclusão com base na sustentabilidade

João Gilberto Carvalho¹

¹ Docente e ocupa atualmente a direção do IFRJ-CAC. Email: joao.carvalho@ifrj.edu.br

RESUMO

O relato apresenta o Programa Mulheres Mil, sua adoção em Arraial do Cabo, IFRJ/CAC, destacando o itinerário de trabalho e a preocupação de articular gênero e sustentabilidade com base nas demandas locais.

Palavras-chave: Gênero; Mulheres Mil; IFRJ-CAC.

ABSTRACT

**Thousand Women Program in Arraial do Cabo:
Extension and Inclusion-Based Sustainability**

The report presents the Thousand Women Program, its adoption in Arraial do Cabo, IFRJ/CAC, highlighting the journey of work and concern to articulate gender and sustainability based on local demands.

Keywords: Gender, “Mulheres Mil”, IFRJ-CAC.

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional Mulheres Mil – Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável – é regido pela Portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011, com base em uma metodologia fundamentada sobre o eixo acesso, permanência e êxito. Situado em uma perspectiva de gênero, tem por objetivo promover cidadania e qualificação a mulheres em condição de vulnerabilidade social, o que significa dizer em termos práticos que as prepara para o mercado de trabalho ou as capacita a gerenciar os artefatos que produzem. E mais que gerar renda e trabalho, a intenção do governo é promover a autoestima da mulher brasileira pobre.

O Programa é resultado de uma parceria entre o MEC e instituições de ensino técnico do Canadá para a aplicação da metodologia ARAP (Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia), que valoriza as experiências dos educadores – as habilidades forjadas ao longo de suas vidas. Foi introduzido inicialmente nas Regiões Norte e Nordeste e os resultados iniciais são animadores, pelo menos no noticiário que circula na internet. Mas ainda é cedo para fazer um balanço profundo, tarefa que as autoridades e estudiosos de educação se incumbirão ao tempo adequado. Como outros Institutos Federais do país, o IFRJ – Instituto Federal de Ciência, Tecnologia e Educação do Rio de Janeiro – abraçou a causa e hoje é levado a cabo em pelo menos sete *campi*, cada qual com sua peculiaridade regional. De nossa parte, interessa-nos compartilhar nesse artigo a trajetória do programa no município de nossa atuação, Arraial do Cabo, em que ocupamos hoje a Direção

Geral do *campus* (IFRJ-CAC).

Em cada *campus* há um(a) gestor(a) com a incumbência de acompanhar os trâmites entre as diversas instâncias envolvidas, tendo recebido previamente, em Brasília, um treinamento de capacitação à metodologia do Programa. Todavia, entre o que se pretende nos manuais e a realidade, há uma distância considerável. Os recursos são limitados e a magnitude do programa acaba por se chocar com as demandas cotidianas de uma instituição de ensino. O Mulheres Mil prevê a participação/certificação de cem mulheres, que devem ser matriculadas equiparadas aos demais alunos do *campus*, inclusive, tal procedimento é uma forma de aumentar sua autoestima, já que passam a integrar uma instituição federal de educação. As alunas recebem um auxílio no valor de R\$ 100,00 para custear necessidades gerais. A quantia pode parecer modesta, mas é um poderoso atrativo para a faixa de população a que se destina. Elas também ganham material escolar e uma camisa do Instituto.

Em Arraial do Cabo, adotamos o Programa em função das demandas da cidade, mesmo cientes dos desafios e críticas que cercam as políticas de inclusão oficiais. De imediato, foi necessário realizar um balanço do que precisaríamos ter e quais as estratégias necessárias ao nosso contexto. Tal contexto se baseia nas peculiaridades de uma cidade em que a tradição e o capitalismo se enfrentam diariamente; ou ainda, em uma cidade na qual a preservação da memória seja talvez o único caminho para a sustentabilidade. Na prática, significa dizer que não nos interessavam cursos que reproduzam a lógica da degradação e exploração descontrolada de pessoas e recursos naturais. Assim, em Arraial do Cabo o Programa Mulheres Mil articula gênero e meio ambiente em uma perspectiva de preservação da memória local. Nos espaços físicos de vulnerabilidade social a degradação é intensa e a beleza da paisagem rapidamente se transforma em lixo. A intenção dos gestores é seguir à risca o título que emoldura o Programa: Cidadania e Desenvolvimento Sustentável.

ARRAIAL DO CABO: O CONTEXTO

Em Arraial do Cabo tradição e novidade se confrontam diariamente. Afirmção óbvia que suaviza e esconde transformações cruciais na vida de muitas pessoas. Não faz muito tempo era um arraial no sentido estrito do termo, que teve sua vidinha sacudida pela criação da Companhia Nacional de Álcalis, ou simplesmente Álcalis, como é conhecida a empresa: a esperança que se transformou em pesadelo no rumoroso processo de falência e sucateamento da gigante do sal (PEREIRA, 2009). Como se fosse uma ferida, a massa falida é um ponto de interrogação que se estende sobre o matagal inculto. Hoje, a onda avassaladora de turistas anualmente traz, simultaneamente, recursos e destruição. Mais recentemente, a preocupação é com o surgimento de novos bairros na periferia, criando novos focos de tensão identitária e problemas sociais. A questão ambiental é central para os destinos do balneário.

Uma cidade de pouco mais de 26 mil habitantes, emancipada de Cabo Frio em 1985 e conhecida internacionalmente pelo fenômeno da ressurgência, bem como por suas belíssimas praias. A renda de bilro e a pesca artesanal resistem ao tempo e às transformações, cuja face menos nobre é o crescimento dos usuários de drogas

e o aumento da criminalidade. A dicotomia mais visível da cidade opõe turismo e preservação ambiental (GERMANO, 2001). Assim convivem, entre as atividades tradicionais, a pesca e seu universo de pescadores, salineiros e artesãos, que alimentaram os “causos” de Damaceno (2003) e histórias de vida de mulheres como Otília Fernandes (SCHUMAHER, 2003, p. 46).

Na página da Wikipédia dedicada a Arraial do Cabo, um quadro idílico de belezas naturais entra em choque com os modestos números em termos socioeconômicos apresentados pelo Tribunal de Contas da União, em 2011. Não obstante, existe uma identidade local – o cabista – o nexos que une o pescador, o ambulante que explora o verão escaldante e o dono de barco que realiza passeios ao longo da orla. Ou seja, há uma base simbólica que tem como ponto de conexão o mar, desde o tempo em que grupos pré-históricos criaram as estruturas que conhecemos por sambaquis. O isolamento da cidade sedimentou a identificação do cabista com o mar e assim a vila de pescadores, cuja economia girava em torno da atividade pesqueira e seus subprodutos, como a fabricação artesanal de cestos, redes e materiais afins (PRADO, 2000), tornou-se uma cidade turística.

“Cabista é quando pai e a mãe são nascidos no Arraial. Cabista é nascido e criado aqui, ele vive da pesca”. O verdadeiro pescador artesanal é o cabista, porque ele carrega uma canoa a remo na mão [...] (Sr. Chonca). Na maioria, são descendentes de portugueses, alguns de italianos. Poucos são negros ou descendentes diretos de indígenas, embora reconheçam a forte influência dos índios Tamoios na região. (KRUEL-FONSECA e PEIXOTO, 2004, p. 180).

Em termos econômicos, o setor de serviços é a principal atividade na atualidade. O comércio depende dos frequentadores de praias, assim como os ambulantes e os donos de barco a passeio; o mar é o sustento dos moradores e do poder público. Nos últimos tempos, a indústria de petróleo trouxe simultaneamente recursos e problemas. E assim, o ambientalista, a criação de reservas e os cursos voltados ao meio ambiente são os capítulos mais recentes dessa história que tem o oceano como eterno protagonista.

Em 1959, um documentário de Paulo César Saraceni retratava Arraial, cidade que se faz presente igualmente na academia, entre teses e dissertações, tanto do ponto de vista antropológico (PRADO, 2000) quanto do econômico (PEREIRA, 2009). Uma cidade pequena e acolhedora, ameaçada, contudo, por todos os problemas e dilemas do crescimento econômico.

MULHERES MIL EM ARRAIAL DO CABO

Historicamente as mulheres de Arraial acompanharam a divisão sexual do trabalho pesqueiro, ficando restritas a tarefas consideradas leves, como a de limpar, salgar e pesar o pescado. Hoje elas estão presentes em diferentes ocupações, nos vários segmentos da sociedade cabista, o que não chega a ser nada excepcional e sim uma tendência que acontece praticamente em todos os lugares do Ocidente. Observemos os dados da Figura 1:

Indicadores	Masculino	Feminino	Total
População Residente	11.972	11.905	23.877
Taxa de Analfabetismo (%) (1)	5,5	6,93	6,22
Pop. Economicamente Ativa	6.729	4.532	11.261
PEA Desocupada	616	774	1.390
PEA Ocupada	6.113	3.758	9.871
De 16 a 24 anos	1.227	767	1.994
Rendimento Médio (em R\$)	593,09	347,39	499,54
Trabalhadores Formais (2)	2.701	1.473	4.174
Trabalhadores Informais (3)	3.004	1.438	4.442

Quadro 1. Indicadores de gênero.

Fonte: CENSO/2000 - IBGE. Elaboração: TEM.

As mulheres levam desvantagem em praticamente todos os itens e podemos concluir sem esforço que dificilmente as mulheres de Arraial desfrutam da condição de “mulheres da geração y”², principalmente em função de sua renda, que também é baixa para os homens (mesmo levando-se em consideração a data do censo). Não obstante, as dificuldades econômicas não impedem que a figura da mulher pescadora ocupe um espaço entre os “modelos flexíveis” de Carla Pinsky, pelo menos em nossa imaginação. É preciso esclarecer: em seu ensaio, a autora discute as imagens da mulher moderna (PINSKY, 2012).

² Conceito sociológico que se refere à geração de alto poder de consumo e acesso aos recursos de informação e tecnologia, sobretudo a partir da década de 1980.

A situação de vulnerabilidade social é ainda maior longe da sede, nos distritos que compõem o município, Monte Alto e Figueira, na faixa de terra que acompanha sinuosamente o mar e Lagoa de Araruama. Lugares em que se verifica a presença de imigrantes da Baixada Fluminense e até de outros estados, informação que obtivemos *in loco* com a Secretaria de Ação Social. Nos distritos há falta das condições básicas que caracterizam a moderna concepção de cidadania. O clima é de “salve-se quem puder”: do fiado ao puxadinho, das irregularidades e biscates nossos de cada dia. O Governo do Estado planeja um parque de proteção ao que resta da restinga – área de preservação ambiental que não resiste, no entanto, às constantes invasões.

No Mulheres Mil foram previstas ações dirigidas aos distritos de Arraial do Cabo, o curso de filetagem, salga e culinária com peixes, o de bijuterias e o de mudas de restinga. O primeiro busca fortalecer a tradição que tem nos peixes do mar e da Lagoa um caminho interessante para gerar trabalho e renda. A expectativa é criar futuramente um selo para produtos típicos desenvolvidos no curso, algo como “quibe de peixe Arraial do Cabo”. O curso de mudas de restinga conta o apoio do Jardim Botânico do Rio de Janeiro e terá como professora uma mestranda de seu programa de pós-graduação. Descobrir o potencial medicinal das ervas ou produzir mudas para recuperar áreas degradadas são algumas das possibilidades esperadas para esse trabalho.

É bom frisar a esse ponto que o trabalho não teria sequer começado sem a existência de parcerias com os entes públicos que atuam na região. Com os recursos disponíveis apenas pelo IFRJ não teríamos condições de aplicar o Programa, ainda mais se levarmos em conta as diferentes frentes de atuação. Assim, o Jardim Botânico de um lado e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, de outro, garantiram a ação com as mudas da restinga. O convênio formal para a utilização do horto municipal institucionaliza o espaço destinado às mulheres do Programa.

Curiosidade interessante de Arraial do Cabo é a existência de mulheres dedicadas à pesca, fenômeno social que encontra similaridade no caso da Resex da Bahia (ROSÁRIO, 2011). Por subsistência ou simples prazer, as mulheres do município romperam um limite de gênero, já que historicamente a pesca sempre foi uma exclusividade masculina. Entre os homens, são conhecidos os “mestres sabedores”, grupo de pescadores detentores dos segredos da pesca artesanal. Laureados por pesquisadores de diversas áreas e procurados pela mídia, homens como Chonca, Harildo, entre outros, foram homenageados em agosto de 2012 na exposição “Mestres Sabedores da Cultura Popular”. O mesmo entusiasmo não se observa entre os locais, que desdenham da tradição ou se rendem ao processo avassalador de degradação provocado pelo turismo.

O Programa Mulheres Mil foi lançado em Arraial do Cabo, oficialmente, em 23 de agosto de 2013, em evento realizado no Espaço em Movimento, Leitura, Cultura e Memória (Rua Dom Pedro II, n.º. 12, Praia dos Anjos). Após várias reuniões e estudos, decidimos oferecer os seguintes cursos:

Curso	Turno		Local	Carga Horária	Total de Vagas
Produtor Agrícola Polivalente (Mudas da Restinga)	M	T	Praia Grande	200h	10
Preparador de Pescado (Filetagem de Peixes)	M	T	Figueira	200h	12
Preparador de Pescado (Quibe de Peixes)	M	T	Figueira	200h	08
Preparador de Pescado (Salga de Peixes)	M	T	Figueira	200h	04
Marcheteiro (Miniatura de Canoas Tradicionais)		T	Praia Grande	200h	04
Artesão de Bijuterias de Casca de Marisco	M		Praia dos Anjos	200h	05
Artesão de Bijuterias de Casca de Marisco	M		Figueira	200h	05
Artesão de Bijuterias de Escama de Peixes		T	Praia dos Anjos	200h	05
Artesão de Bijuterias de Escama de Peixes		T	Figueira	200h	05
Artesão Rendeiro (Acessório de uso pessoal)	M		Praia dos Anjos	160h	06
Artesão Rendeiro (Renda de Bilro)	M		Praia dos Anjos	160h	06
Artesão de crochê		T	Praia dos Anjos	160h	06
Artesão de Tricô		T	Praia dos Anjos	160h	06
Artesão de boneco em tecido		T	Praia dos Anjos	160h	06
Artesão de Pintura em tecido		T	Praia dos Anjos	160h	06
Artesão de Decupagem		T	Praia dos Anjos	160h	06

Quadro 2. Cursos oferecidos.

Houve duas preocupações básicas, por assim dizer, conceitual e estratégica: 1. Articular a oferta de cursos, privilegiando a sustentabilidade, a memória e a cultura popular; 2. Descentralizar espacialmente a oferta, atingindo áreas onde a vulnerabilidade social é mais aguda. O peixe que alimenta gera um refúgio que pode ser utilizado em bijuterias, assim como as cascas de marisco se transformam em artesanato. Nos IF da Paraíba há curso para marisqueira e, no IF de Rio Grande do Norte, artesanato em couro de tilápia.

Creemos ser ambiciosa a meta de levar qualificação e cidadania a um grupo de 100 mulheres a cada seis meses, em quatorze cursos. O IFRJ-CAC é o timoneiro do que conta com o apoio da Superintendência da Cultura, da Secretaria de Meio Ambiente e da Secretaria de Ação Social, no âmbito da Prefeitura da cidade; também são parceiros o Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade – ICMBio/Reserva Extrativista de Arraial do Cabo – RESEXMar, o Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ), a Colônia de Pescadores Z5, a Associação dos Moradores do Bairro de Figueira e Adjacências e o CRAS Figueira.

Nem tudo são flores. Enfrentamos o ceticismo dos críticos aos programas do atual governo, bem como problemas tradicionais de qualquer empreitada com tamanha envergadura: divulgação, organização de métodos de trabalho, composição da equipe multidisciplinar, entre outros. O diferencial do Programa é não se ater somente à qualificação, buscando levar informação e esclarecimento – elementos básicos da cidadania – a partir de um leque de disciplinas ministradas no Instituto. De um total de 200 horas de curso, pelo menos 25% são dedicadas a aulas ministradas por uma equipe multidisciplinar.

A estrutura dos cursos está calcada nos seguintes eixos:

1. Eixo de Conhecimento Fundamental (ECF).	3. Eixo de vivência no mundo do trabalho.
2. Eixo de Identidade, Cultura e Cidadania.	4. Eixo de formação profissional

Esses se desdobram nos componentes curriculares abaixo:

Cálculo no Cotidiano - Mulher Arte e Cultura - Texto: Literatura e produção - Sustentabilidade - Informática Básica - Conhecimento Ecológico (EIXO 1).

Relações Interpessoais - Direito da Mulher e Assistência Social - Apresentação Social - Linguagem Corporal - Mulher e Sociedade - Cultura Afro - Saúde da Mulher e prevenção de Acidentes - Mulher Abandono e Maus Tratos - Mapa da Vida - Aspectos Nutricionais da Mulher - Relações Familiares - Ética (EIXO 2).

Mulher e Trabalho - Direitos Humanos e Cidadania - Gerenciamento do Tempo (EIXO 3).

Empreendedorismo e Cooperativismo - Higienização e Manipulação - Controle de Qualidade - Certificação dos Produtos Mulheres Mil (EIXO 4).

As aulas serão ministradas por docentes que atuarão como voluntários e não há recursos previstos para este trabalho. São profissionais que acreditam na proposta e querem contribuir para que os objetivos sejam atingidos, principalmente no que se refere ao resgate da dignidade e autoestima de um grupo excluído historicamente.

À GUIA DE CONCLUSÃO

O Programa Mulheres Mil é uma política de governo que busca promover cidadania e qualificação a mulheres situadas em áreas de vulnerabilidade social. O campus Arraial do Cabo, do IF do Rio de Janeiro, está em fase de implantação do programa, experimentando todas as vicissitudes que uma ação de tal porte pode acarretar. O presente relato é, por assim dizer, um balanço das estratégias adotadas até agora, especificamente, o estabelecimento de parcerias, no plano institucional, e a articulação entre gênero e sustentabilidade, do ponto de vista teórico-metodológico. No instante em que é chegada a hora de colocar o ponto final na narrativa, vimos as primeiras inscrições acontecerem. A expectativa é grande, o trabalho ainda

preliminar, mas por enquanto podemos considerá-lo gratificante.

REFERÊNCIAS

DAMACENO, Meri. **Cabistezas**, “causos do Arraial”. Rio de Janeiro: Talagarça, 2003.

GERMANO, A. **Turismo e preservação ambiental em Arraial do Cabo**. Novos domínios de disputa no espaço político local. Dissertação de mestrado - Museu Nacional/UFRJ, 2001.

IBGE CIDADES. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>.

KRUEL-FONSECA Viviane Stern da & PEIXOTO, Ariane Luna. Etnobotânica na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, RJ, Brasil. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/abb/v18n1/v18n1a15.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2012.

PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos. **Cabo das tormentas e vagas da modernidade: uma história da Companhia Nacional de Alcalis e de seus trabalhadores (1943 – 1964)**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

PINSKY, Carla Bassanezi. **A era dos modelos flexíveis**. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). São Paulo: Contexto, 2012.

PRADO, Simone Moutinho. **Da anchova ao salário mínimo: uma etnografia sobre injunções de mudança social em Arraial do Cabo**. Niterói: EDUFF, 2000.

PREFEITURA DE ARRAIAL DO CABO. Disponível em: <<http://www.arraial.rj.gov.br>>.

ROSÁRIO, Jeruza Jesus. **Trabalhadoras da maré e saberes afrobrasileiros: cultura e educação rumo à sustentabilidade**. **Africanas.com** (Revista científica digital), Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Salvador, Bahia, n. 1, 2011.

SCHUMAHER, Schuma. **Um rio de mulheres: a participação das fluminenses na história do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: REDEH, 2003.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Arraial do Cabo**. Disponível em: <<http://www.cedca.rj.gov.br/pdf/ArraialDoCabo.pdf>>.

COMO CITAR ESTE RELATO:

CARVALHO, João Gilberto. *Programa Mulheres Mil em Arraial do Cabo: extensão e inclusão com base na sustentabilidade*. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 1, n. 2, p. 92-99, ago./dez. 2013. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.



PORTAL E SA
(74) 3611-074
**CERCA
ELÉTRICA**

Artigos

Projeto Hidroginástica para a Saúde: seus primeiros anos

Rodrigo Gustavo da Silva Carvalho¹
Lara Elena Gomes²
Francklin Cristiano Vidal de Araújo³
Leonam de Freitas Barbosa⁴

¹ Docente do Colegiado de Educação Física da UNIVASF. E-mail: rodrigo.carvalho@univasf.edu.br

² Docente do Colegiado de Educação Física da UNIVASF. E-mail: lara.gomes@univasf.edu.br.

RESUMO

Entre as opções de atividade física, a hidroginástica é uma opção interessante pelo meio em que é realizada: a água proporciona uma maior resistência ao movimento e uma redução do efeito da gravidade, diminuindo o impacto sobre as articulações. O objetivo do presente artigo foi apresentar o projeto Hidroginástica para a Saúde, enfocando no funcionamento e na organização do projeto e nos seus frutos decorrentes dos seus quase dois primeiros anos. Desde março de 2012, o Colegiado de Educação Física da UNIVASF oferece aulas de hidroginástica para servidores e estudantes da UNIVASF e para pessoas de baixa renda da comunidade para contribuir na melhora da saúde e da qualidade de vida dessas pessoas. Por meio da avaliação do projeto, foi possível constatar a contribuição para a melhora da saúde de seus participantes. Ainda, o envolvimento dos alunos demonstra também que o projeto está contribuindo na formação dos estudantes.

³ Discente do Curso de Bacharelado em Educação Física da UNIVASF. E-mail: francklinaraujo@hotmail.com

⁴ Discente do Curso de Bacharelado em Educação Física da UNIVASF. E-mail: leonnam@hotmail.com

Palavras-chave: Exercício físico; Qualidade de vida; Educação Física.

ABSTRACT

Project Aquatic Exercises for Health: its first years

Between the options of physical activity, the aquatic exercises are an interesting option due to the environment in which are performed: water provides a greater resistance to the movement, decreasing the gravity effect, which reduces the impact on the joints. The purpose of this study was to present the project Hidroginástica para a Saúde, highlighting the way that it works, the organization and the results of its almost two years. Since March 2012, the Physical Education Department offers aquatic exercises classes for workers and students of UNIVASF and for low-income people in order to contribute to the improvement of the health and quality of life. Based on an evaluation of the project, it was possible to note the contribution for the health of the participants. Furthermore, the involvement of the students also demonstrates that the project is contributing for the qualification of them.

Keywords: Physical exercise; Quality of life; Physical Education.

INTRODUÇÃO

Atividade física regular compreende uma forma de promover saúde e qualidade de vida (MAZO, CARDOSO e AGUIAR, 2006). De acordo com Matsudo (2009), existem evidências epidemiológicas que sugerem uma associação inversa entre atividade física e mortalidade, apontando para a necessidade de incentivar a prática de atividade física regular com o intuito de melhorar a saúde e a longevidade do indivíduo.

Entre os benefícios da prática de atividade física regular, podem ser citados, conforme Matsudo (2009): controle ou redução da gordura corporal; manutenção ou aumento da força muscular e da densidade mineral óssea; melhora da flexibilidade; redução da frequência cardíaca de repouso e da pressão arterial; diminuição do risco de doença cardiovascular, acidente vascular cerebral, hipertensão, diabetes tipo II, osteoporose e obesidade; melhora da autoestima e diminuição de insônia, de tensão muscular, de estresse, de ansiedade e de depressão.

Há várias opções de atividade física e, entre elas, a hidroginástica destaca-se devido ao meio em que é realizada: as propriedades físicas da água proporcionam (1) uma maior resistência ao movimento por causa da viscosidade desse fluido e (2) uma redução do efeito da gravidade por causa do empuxo, o que diminui o impacto sobre as articulações (PÖYHÖNEN et al., 2001; SILVA et al., 2008; PRINS, 2010). Dessa forma, a hidroginástica compreende a prática de exercícios aquáticos específicos que são baseados no aproveitamento da resistência da água como carga e no empuxo como redutor do impacto, possibilitando realizar exercício físico com menor risco de lesão até mesmo em uma intensidade alta (TEIXEIRA; PEREIRA; ROSSI, 2007).

A partir disso, a hidroginástica, além de promover os benefícios citados anteriormente, proporciona, conforme Cunha e Caromano (2003) e Teixeira, Pereira e Rossi (2007) explicam: segurança aos idosos em relação ao medo de cair durante a prática de exercício, uma vez que uma maior resistência ao movimento possibilita um maior tempo para retomar a postura quando o corpo se desequilibra; aumento do retorno venoso por causa da pressão hidrostática; aumento do fluxo sanguíneo renal, maior excreção de sódio e potássio e aumento da diurese por causa da imersão na água; aumento do limiar da dor e redução da tensão muscular por causa da imersão na água; e melhora no convívio social por ser uma atividade realizada em grupo.

Com base nisso, desde março de 2012, o Colegiado de Educação Física da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) – com o auxílio da Pró-Reitora de Extensão – vem oferecendo aulas gratuitas de hidroginástica para servidores e estudantes da UNIVASF e para pessoas de baixa renda da comunidade. Desse modo, o objetivo do presente artigo é apresentar o Projeto de Extensão Hidroginástica para a Saúde, enfocando no funcionamento e sistema de organização do projeto (Metodologia) e nos seus frutos decorrentes dos seus quase dois primeiros anos (Resultados).

METODOLOGIA

A UNIVASF é uma universidade jovem: sua criação foi legitimada pela Lei nº. 10.473 de 27 de junho de 2002. Por sua vez, o Curso de Bacharelado em Educação Física iniciou no segundo semestre de 2009, enquanto que o Curso de Licenciatura em Educação Física iniciou no semestre seguinte. Apesar de ambos os cursos estarem acontecendo a partir de 2010, a piscina do Colegiado de Educação Física somente ficou pronta no fim do ano de 2011. A partir disso, nasceu a necessidade de fomentar a utilização desse espaço para o ensino, para a pesquisa e para a extensão, enriquecendo o processo da formação dos estudantes.

Tendo isso em mente, o Projeto de Extensão Hidroginástica para a Saúde iniciou em março de 2012 com o apoio da Pró-Reitora de Extensão da UNIVASF. Seu objetivo geral consiste em oferecer aulas de hidroginástica para servidores e alunos da UNIVASF e pessoas de baixa renda da região, sendo essas aulas direcionadas para a promoção da saúde e melhora da qualidade de vida de seus participantes. Como principais objetivos específicos podem ser citados: proporcionar um espaço para a prática profissional dos discentes envolvidos; fomentar a aprendizagem mútua entre professores, alunos e sociedade e avaliar o efeito das aulas de hidroginástica sobre o perfil antropométrico e físico dos participantes do projeto.

O projeto de extensão ocorre nas dependências do Colegiado de Educação Física (Campus Petrolina/Centro), proporcionando aulas de hidroginástica duas vezes por semana com duração de 60 minutos cada. Os participantes do projeto, conforme suas disponibilidades de horário, são divididos em três turmas por volta de 20 pessoas em cada. Uma turma tem aulas terças e quintas-feiras das 17 às 18 horas; outra turma tem aulas quartas e sextas-feiras das 7 às 8 horas; e a última turma tem aulas quartas e sextas-feiras das 17 às 18 horas.

O público-alvo consiste em alunos e servidores da UNIVASF e pessoas de baixa renda da região com idade mínima de 18 anos. Para participar do projeto, o interessado deve procurar o Colegiado para colocar seu nome em uma lista de espera. Essa lista iniciou a partir da primeira divulgação do projeto que ocorreu por meio eletrônico (página da UNIVASF e Facebook) e, agora, a lista de espera é fomentada por meio da própria divulgação que os envolvidos no projeto (participantes e discentes) realizam ou por médicos que indicam o projeto para seus pacientes ou por recomendação do Centro de Estudos e Práticas em Psicologia (CEPSI) da UNIVASF.

Em relação à equipe de trabalho do projeto, a mesma é composta por uma coordenadora e um subcoordenador que são professores do Colegiado de Educação Física, há um bolsista remunerado e dois bolsistas voluntários. Além destes, alunos do Curso de Bacharelado em Educação Física também podem realizar o estágio curricular obrigatório no projeto. Ainda, há uma técnica administrativa que também auxilia no funcionamento do projeto, principalmente, em relação ao controle da lista de espera.

Considerando o funcionamento do projeto e o número tolerável de alunos por turma, os participantes são chamados de acordo com a lista de espera. No primeiro encontro – em uma sala reservada – o futuro participante responde ao

PAR Q (Physical Activity Readiness Questionnaire) para verificar se é necessário ir ao médico antes de iniciar a prática de exercício físico (SHEPHARD, 1988), embora alguns já tragam um atestado do médico recomendando a prática da hidroginástica. Depois, o futuro participante assina uma declaração de responsabilidade em que também são explicadas as regras para a manutenção da vaga, ou seja, para não ser desligado do projeto, o participante só pode ter três faltas seguidas sem justificativa ou até dez faltas por semestre. No mesmo encontro, ainda, ele – se concordar – assina o termo de consentimento livre e esclarecido permitindo a sua participação não só nas aulas de hidroginástica, mas também nas pesquisas realizadas dentro do projeto, sendo que estas compreendem avaliações para verificar se o objetivo do projeto está sendo alcançado. Após isso, ele preenche um questionário socioeconômico e responde uma anamnese desenvolvida conforme Aboarrage (2003).

A partir disso, o indivíduo começa a participar das aulas de hidroginástica. Após duas semanas, se o participante realmente estiver frequentando as aulas, ele é convidado a realizar uma avaliação antropométrica e física. A avaliação antropométrica envolve a coleta e a análise de dados como massa, estatura, índice de massa corporal, circunferências e, por último, dobras cutâneas para estimar o percentual de gordura. Já a avaliação física envolve a coleta e a análise dos dados de força dos extensores de joelhos, flexibilidade dos isquiotibiais e dorsais e condicionamento cardiorrespiratório. Após essa avaliação, o aluno recebe um relatório com todos os seus resultados, comparando os mesmos com os valores de referência para tornar-se consciente do que é necessário melhorar. Ainda, essa avaliação é realizada a cada seis meses.

Dessa forma, essa avaliação física e antropométrica serve tanto como uma forma de auxiliar no planejamento das aulas, uma vez que permite identificar as necessidades dos participantes em relação a algumas variáveis associadas à saúde dos mesmos, mas também permite (1) dar um retorno para cada participante sobre o seu estado, (2) verificar o efeito das aulas de hidroginástica sobre o perfil físico e antropométrico e (3) dar um retorno à sociedade e à comunidade científica sobre os efeitos crônicos da prática regular da hidroginástica. É importante destacar que o presente projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética da UNIVASF (nº. 0003/150612 CEDEP/UNIVASF).

Além disso, são realizadas reuniões semanalmente com os coordenadores e com os discentes envolvidos (bolsistas e estagiários) para discutir sobre estrutura de plano de aula, exercícios de hidroginástica, planejamento mensal, organização das aulas, organização de atividades extras, avaliação do projeto, feedback das aulas, resultados das anamneses e das avaliações e tópicos relacionados à hidroginástica. No entanto, encontros, além das reuniões, podem ocorrer dependendo de eventuais necessidades como, por exemplo, discutir sobre exercícios de hidroginástica, executando os mesmos na piscina.

Em relação ao planejamento mensal, as reuniões no final do mês são destinadas para planejar o que será realizado em cada aula do mês seguinte. São determinados os tempos destinados para o aquecimento, para os exercícios aeróbios, para os exercícios de resistência muscular localizada, para o alongamento e para o trabalho de socialização. Toda aula apresenta aquecimento, parte principal (composta por exercícios aeróbios e de resistência muscular localizada) e parte final.

Esta última, dependendo da época do ano, pode ser composta por um trabalho de socialização, em que se promove a integração do grupo, e pelo alongamento. Durante a primavera, o verão e o início do outono, a socialização e/ou o alongamento podem compor a parte final; já no final do outono e no inverno, a parte final é composta por um ou por outro, uma vez que a piscina é aberta e não é aquecida, assim o tempo destinado à parte final é menor, enquanto o tempo do aquecimento é maior nessa parte do ano. Ainda, o controle da intensidade dos exercícios do aquecimento e da parte principal é realizado usando a percepção subjetiva de esforço de Borg.

Com o intuito de avaliar o projeto sob a perspectiva dos seus participantes, em uma das reuniões semanais, a equipe de trabalho elaborou um questionário que foi aplicado pela primeira vez em agosto de 2013. Este continha 10 questões dissertativas referentes (a) ao funcionamento do projeto, (b) à causa da procura do projeto e (c) aos benefícios que a pessoa sente que o projeto proporcionou, assim como havia um espaço para sugestões.

RESULTADOS

O Projeto de Extensão Hidroginástica para a Saúde iniciou em março de 2012. Desde lá, a base da equipe de trabalho permanece a mesma, ou seja, os professores que coordenam, o bolsista e a técnica administrativa são os mesmos desde o seu início. Por outro lado, a partir de 2013, também há dois bolsistas voluntários, sendo que todo semestre, alunos do Curso de Bacharelado em Educação Física procuram o projeto para realizar seus estágios obrigatórios (Figura 1). Ainda, há um aluno que, após ter realizado seu estágio no projeto, mostrou-se interessado em pesquisar sobre hidroginástica e apresentou, nos meses de setembro de 2013, a sua monografia de conclusão de curso tendo como tema o perfil antropométrico e físico dos participantes das aulas de hidroginástica do projeto.



Figura 1. Aluna do curso de Bacharelado em Educação Física da UNIVASF dando aula de hidroginástica no projeto de extensão como parte do seu estágio curricular obrigatório.

Além disso, como a avaliação física e antropométrica está sendo realizada periodicamente, também será possível verificar os efeitos crônicos da hidroginástica, os quais serão apresentados também à comunidade científica. É importante destacar que todos os participantes avaliados receberam e recebem relatórios sobre o seu perfil antropométrico e físico, comparando os seus resultados com os valores de referência conforme o seu sexo e a sua idade.

Em relação às turmas, as mesmas estão completas, sendo que ainda há quase 100 pessoas na lista de espera. No entanto, das turmas iniciais formadas, somente há 15 alunos que ainda participam e, 21 alunos estão desde 2012 no projeto, sendo o total 60. Essa aderência parcial denota uma fragilidade do projeto apesar de que muitos deixam de participar das aulas por problemas médicos ou por problemas pessoais; outros desistem no período do inverno, já que a água da piscina não é aquecida, além de que não há uma cobertura.

Outro dado interessante é que somente dois homens participam do projeto. Ainda, apesar de que a idade mínima para participar do projeto é 18 anos, a maioria são indivíduos com mais de 45 anos de idade, variando entre 18 e 74 anos de idade. Esse perfil está de acordo com o fato de que a hidroginástica é uma atividade muito procurada por idosos do sexo feminino (CERRI; SIMÕES, 2007; KRONBAUER et al., 2009). Uma possível explicação para o domínio do sexo feminino no projeto seria o fato de que a maioria dos homens considera a prática da hidroginástica como algo que exige pouco ou nenhum esforço físico (ANDREOTTI; OKUMA, 2003).

Além disso – apesar de que a hidroginástica pode promover a socialização, uma vez que é praticada em grupo (TEIXEIRA; PEREIRA; ROSSI, 2007) – surgiu a necessidade de envolver e de integrar os participantes e a equipe de trabalho, uma vez que havia muitos alunos novos. Desse modo, para cada turma, foi organizado um encontro que iniciava com dinâmicas para promover a integração entre todos e, no segundo momento, cafés da tarde (para as turmas da tarde) e café da manhã (para a turma da manhã) com a contribuição de todos os envolvidos, ou seja, cada pessoa levou algo para compor a mesa do café. Os participantes relataram que adoraram essa atividade e sugeriram em realizar mais uma vez no final do ano. Desse modo, esse encontro já entrará no cronograma de atividades do projeto de extensão sempre no meio e no final do ano.

Esse encontro ou essa aula diferente torna-se interessante à medida que a socialização também é um dos motivos da procura pela hidroginástica (TEIXEIRA et al., 2009; GOLÇALVES; GONÇALVES; SILVA, 2010). Ainda, conforme a Organização Mundial de Saúde, saúde não é simplesmente a ausência de doenças, mas sim, um estado de completo bem-estar físico, mental e social. Essa definição é importante à medida que o nome do presente projeto de extensão é *Hidroginástica para a Saúde*. Desse modo, atividades como essas são importantes e devem ser agregadas ao projeto.

Em relação à avaliação realizada, foi possível observar que a principal causa pela procura do projeto está associada à saúde e à qualidade de vida. Sobre o funcionamento do projeto, os participantes elogiaram e alguns sugeriram que as aulas deveriam ser três vezes por semana. Em relação aos benefícios, houve destaque para melhora da saúde, diminuição de dor e melhora na disposição. Outros apontaram melhora na qualidade do sono, diminuição da flacidez, melhora da memória, da autoestima e da forma como se relaciona com as pessoas. Essa avaliação foi uma ferramenta importante para visualizar o projeto sob a perspectiva dos seus participantes, já que, por meio dos resultados dessa avaliação, foi possível também observar que o objetivo geral do projeto está sendo alcançado. Ainda, essa avaliação será aplicada semestralmente para permitir um melhor acompanhamento.

Como perspectivas, haverá a participação de uma estudante de fisioterapia no projeto, a qual, ainda este ano, promoverá discussões sobre aspectos associados à postura corporal e a problemas de saúde como artrose e artrite que são comuns entre os participantes do projeto. Essas atividades são importantes e devem ser fomentadas, uma vez que saúde – tema do projeto – é algo interdisciplinar.

Apesar de que o projeto já foi apresentado, pelo bolsista, em eventos locais da UNIVASF – tais como a V Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão de 2012 e no III Seminário de Educação Física do Vale do São Francisco de 2012 – o presente manuscrito permitiu apresentar o projeto detalhando o seu funcionamento, o seu sistema de organização e os seus frutos decorrentes dos seus quase dois primeiros anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de extensão *Hidroginástica para a Saúde* está conseguindo atingir o seu objetivo geral, uma vez que as turmas de hidroginástica estão completas e as aulas estão possibilitando promover uma melhora da saúde e da qualidade de vida como foi relatado pelos participantes na avaliação do projeto. Além disso, o projeto compreende um espaço para a prática profissional dos discentes envolvidos, o que pode ser destacado pelo envolvimento dos bolsistas e dos alunos que realizam seus estágios curriculares obrigatórios. Contudo, além de promover extensão e ensino, a pesquisa também está sendo fomentada nesse espaço com o intuito de contribuir para a sociedade e para a comunidade científica.

Portanto, o projeto de extensão *Hidroginástica para a Saúde* já está conseguindo obter frutos apesar do seu pouco tempo de funcionamento. Por outro lado, também é importante destacar que é necessário melhorar e aperfeiçoar na busca de um projeto de extensão que permita fomentar, cada vez mais, (i) a aprendizagem mútua entre professores, alunos e sociedade e (ii) a interdisciplinaridade.

REFERÊNCIAS

ANDREOTTI, M. C.; OKUMA, S. S. Perfil sócio-demográfico e de adesão inicial de idosos ingressantes em um programa de educação física. **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 142-153, 2003.

ABOARRAGE, N. Avaliação da aptidão física. In: ABOARRAGE, N. **Hidro Treinamento**. Rio de Janeiro: Shape, s/d. p. 27-57.

CERRI, A.; SIMÕES, R. Hidroginástica e idosos: por que eles praticam? **Movimento**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 81-92, 2007.

CUNHA, M. G.; CAROMANO, F. A. Efeitos fisiológicos da imersão e sua relação com a privação sensorial e o relaxamento em hidroterapia. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 95-103, 2003.

GONÇALVES, R. B. S.; GONÇALVES, R. B. S.; SILVA, A. A. Motivos para a procura da hidroginástica. **Coleção Pesquisa em Educação Física**, Jundiaí, v. 9, n. 2, p. 151-156, 2010.

KRONBAUER, G. A.; OHLWEILER, Z. N. C.; WIETZKE, M.; SEHNEM, K. Nossos velhos: perfil demográfico dos idosos de Santa Cruz do Sul. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 81-93, 2009.

MATSUDO, S. M. M. Envelhecimento, atividade física e saúde. **Boletim do Instituto de Saúde**, São Paulo, n. 47, p. 76-79, 2009.

MAZO, G. Z.; CARDOSO, F. L.; AGUIAR, D. L. Programa de hidroginástica para idosos: motivação, auto-estima e auto-imagem. **Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 67-72, 2006.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Definitions**: emergencies. Disponível em: <<http://www.who.int/hac/about/definitions/en/>>. Acesso em: 16 set. 2013.

PÖYHÖNEN, T.; KYRÖLÄINEN, H.; KESKINEN, K.; HAUTALA, A.; SAVO-LAINEN, J.; MÄLKIÄ, E. Electromyographic and kinematic analysis of therapeutic knee exercises under water. **Clinical Biomechanics**, Bristol, v. 16, n. 6, p. 496-504, 2001.

PRINS, J. Aquatic Training in Rehabilitation and Preventive Medicine. In: **INTERNATIONAL SYMPOSIUM FOR BIOMECHANICS AND MEDICINE IN SWIMMING**, 11. Oslo. Biomechanics and Medicine in Swimming XI. Oslo: Nordbergtrykk as, 2010. p. 28-29.

SHEPHARD, R. J. PAR-Q, Canadian Home Fitness Test and Exercise Screening Alternatives. **Sports Medicine**, Auckland, v. 5, n. 3, p. 185-195, 1988.

SILVA, L.; VALIM, V.; PESSANHA, A.; OLIVEIRA, L.; MYAMOTO, S.; JONES, A.; NATOUR, J. Hydrotherapy versus conventional land-based exercise for the management of patients with osteoarthritis of the knee: a randomized clinical trial. **Physical Therapy**, Albany, v. 88, n. 1, p. 12-21, 2008.

TEIXEIRA, C. S.; LEMOS, L. F. C.; MANN, L.; ROSSI, A. G. Hidroginástica para idosos: qual o motivo da escolha? **Salusvita**, Bauru, v. 28, n. 2, p. 183-191, 2009.

TEIXEIRA, C. S.; PEREIRA, E. F.; ROSSI, A. G. A hidroginástica como meio para manutenção da qualidade de vida e saúde do idoso. **Acta Fisiátrica**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 226-232, 2007.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

CARVALHO, Rodrigo Gustavo da Silva; GOMES, Lara Elena; ARAÚJO, Francklin Cristiano Vidal de; BARBOSA, Leonam de Freitas. Projeto Hidroginástica para a Saúde: seus primeiros anos. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 1, n. 2, p. 101-109, ago./dez. 2013. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Intersecção entre psicanálise e atendimento público: o atendimento psicológico aos adolescentes do CEPEA/UFG

Marcela França de Almeida¹
Fernanda Almeida²
Jaquelyne Rosatto³
Laiury Silva⁴
Mariah Guerra⁵
Marialice Segatto⁶
Kézia Santos⁷

¹Professora adjunta do curso de Psicologia da UFG. E-mail: marcelapsiufg@gmail.com

²Discente do curso de Psicologia da UFG e voluntária do projeto. E-mail: nandarezenderodrigues@gmail.com

³Discente do curso de Psicologia da UFG e voluntária do projeto.

E-mail: j.rosatto@hotmail.com

⁴Discente do curso de Psicologia da UFG e voluntária do projeto.

E-mail: laiury@hotmail.com

⁵Discente do curso de Psicologia da UFG e voluntária do projeto.

E-mail: mariahguerra@gmail.com

⁶Discente do curso de Psicologia da UFG e voluntária do projeto.

E-mail: licesegatto@hotmail.com

⁷Discente do curso de Psicologia da UFG e voluntária do projeto.

E-mail: kezinhars@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discutir as experiências obtidas a partir dos atendimentos a adolescentes realizados no projeto de extensão *Atendimento psicológico aos adolescentes do NECASA*, vinculado à Universidade Federal de Goiás, sob coordenação da professora Doutora Marcela França de Almeida, com início em 2011. Os atendimentos acontecem sob orientação psicanalítica, que tem como regras a associação livre, ou seja, a livre fala do paciente, e a escuta a partir da atenção flutuante. Para além dos atendimentos, há grupos de estudo e supervisão que acontecem semanalmente. A inserção da psicanálise se mostrou extremamente rica no contexto do atendimento público, permitindo a discussão acerca da relação entre teoria e prática e uma melhor compreensão acerca dos conflitos adolescentes, dentro de um contexto social que nega seus sofrimentos.

Palavras-chave: Atendimento público; Clínica; Psicanálise; Adolescente.

ABSTRACT

Intersection between psychoanalysis and public care: psychological counseling to adolescents from CEPEA / UFG

The present work has the goal to discuss the experiences gotten by the clinical assistance to adolescents of an extension project from the Federal University of Goiás (UFG), which is coordinate by the Professor Dr.^a Marcela Franca de Almeida, called *Psychological assistance to adolescents from NECASA* which has begun in 2011. Those assistances occur with psychoanalysis method orientation, that has as only rule the free association of words said by the patient, combine with the listening of a floating attention by the psychology student. In addition to the assistance, there is also study groups and weekly supervision to discuss the clinical sessions. The works show that psychoanalysis is extremely rich to work in a public context. This turned possible to discuss around the relation between the psychoanalysis theory and its method, and also a better understanding about the adolescents conflicts in a social context that denies their suffering.

Keywords: Public care; Clinical; Psychoanalysis; Adolescents.

BREVE HISTÓRICO E APRESENTAÇÃO

O presente trabalho é fruto do projeto de extensão *Atendimento psicológico aos adolescentes do NECASA*, coordenado pela professora Dr^a. Marcela França de Almeida, com a participação dos alunos de psicologia Camila Roldão, Fernanda Almeida, Hélio Quinan Neiva, Laiury Silva, Lana Magna de Sousa, Jaquelyne Rosatto, Mariah Guerra, Marialice Segatto e Kézia Santos, que teve início em maio de 2011.

O Núcleo de Estudos e Coordenação de Ações para a Saúde do Adolescente – NECASA foi criado em 17 de novembro de 1988 e surgiu de um programa multidisciplinar interno ao Hospital das Clínicas/UFG. O núcleo passou por uma transição para a Faculdade de Educação/ UFG e, mediante as transformações de seu regulamento, conseqüentemente sofreu uma modificação em sua nomeação. Hoje está configurado como um Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão do Adolescente (CEPEA).

A história do Centro é marcada pela grande demanda de atendimento psicológico público, por parte das famílias e de outras instâncias sociais voltadas a ações de atenção e cuidado do adolescente. Propondo o estudo e a prática de uma clínica individual para o público que procura os serviços do CEPEA, o projeto em questão favorece a reflexão e permite compreender de modo mais amplo as queixas sustentadas por diagnósticos que acabam patologizando conflitos psíquicos inerentes a esse período marcado por conflitos psíquicos, que é a adolescência. Apesar de a faixa etária em números não dizer realmente de uma fase subjetiva fechada, estabeleceu-se o atendimento entre os pré-adolescentes de onze anos até os dezoito anos de idade. As características que norteiam a escolha dessa faixa etária são: a maturação sexual do corpo, tendo em vista a puberdade, e os confrontos e conseqüentes conflitos com os responsáveis e com as instituições secundárias às quais os adolescentes estão submetidos.

Apesar de, em um primeiro momento, a questão dos pedidos por atendimento serem feitos pelas instituições socializadoras e postos como uma convocação emergencial ao órgão (CEPEA), o presente projeto de extensão não tem por objetivo responder diretamente à demanda por atendimento psicológico, como mais um espaço educativo. O que orienta o projeto é a possibilidade de se trabalhar com construções psíquicas, o sofrimento falado pelo adolescente, em meio a suas particularidades culturais e singulares. Postura que aponta para a necessidade de repensar criticamente as condições de atendimento psicológico nas instituições públicas.

Mais especificamente, ao seu início, o projeto teve como objetivos a caracterização do perfil dos sujeitos que procuram o atendimento no CEPEA, por meio da coleta de dados realizada por um aluno do curso de psicologia e de um assistente social. Essa coleta de dados para a rede pública é feita a partir de uma entrevista semiestruturada que abarca os dados pessoais, a queixa e a indicação. A posteriori, inicia-se o atendimento psicológico de cunho psicanalítico, juntamente com um pensar sobre a clínica institucional e suas implicações a partir da realidade de seu público frente às questões teóricas e técnicas, bem como seu essencial desdobramento intelectual envolvendo extensão e pesquisa.

Diferente da perspectiva médica que visa uma cura, a perspectiva psicológica permite a tradução das queixas do paciente, por meio da escuta, aproximando o sujeito dos sentidos de seu conflito e de uma construção significativa em torno do *Pathos*, da experiência no limite do espanto. Esse é um processo de reconstrução simbólica, que permite ao adolescente rever-se em uma identidade distinta, não referida ao patológico, mas às paixões que movem o sujeito até o limite de sua experiência subjetiva (*Pathos*).

METODOLOGIA

Como foi frisado, ao início do projeto, o Centro passava por uma transição o que apontou para a necessidade de uma reorganização sobre as práticas de atendimentos realizados nesse espaço. Constatou-se que até o ano de 2010 e meados de 2011 os registros de acolhimento e encaminhamentos eram feitos em um caderno que não seguia um padrão em relação aos dados dos pacientes acolhidos pela equipe da instituição. Assim, alguns dados de acolhimento apareciam em alguns registros, outros sequer eram mencionados e não se sabe ao certo se é uma falha da coleta ou se os dados não haviam sido informados pela família do paciente que estava sendo acolhido. A fim de solucionar essa falha, em 2011 foi formulada uma ficha que padronizou a coleta de dados do acolhimento. Nesta ficha constam dados pessoais, queixas, encaminhamentos, hipótese diagnóstica, indicações de atendimento, entre outros. E a partir dessas fichas (2011) foi possível iniciar a tabulação dos dados dos acolhimentos e atendimentos realizados no antigo CEPEA (esses dados são documentos internos ao centro sem acesso ao público). O primeiro passo da equipe foi identificar o perfil dos adolescentes atendidos por meio da triagem já citada.

Após essa coleta e posterior análise dos dados, os alunos que integram o projeto de extensão deram início ao trabalho de atendimento psicológico dos adolescentes. Em um primeiro momento, a equipe entrou em contato com os responsáveis dos adolescentes que já haviam passado pelo acolhimento e estavam aguardando vaga. Os atendimentos tiveram início em outubro de 2011 e são caracterizados pelo atendimento individualmente com orientação metodológica psicanalítica, ou seja, fundamentada na regra da fala pela associação livre e da escuta pela atenção fluente. Além disso, buscando aprimorar os atendimentos, bem como a formação dos alunos, semanalmente ocorrem outras atividades internas ao projeto, como as supervisões dos atendimentos e grupo de estudos.

Concomitante às supervisões, seguiu-se uma série de estudos teóricos partindo dos textos psicanalíticos freudianos e lacanianos, tanto para os estudos sobre a clínica, quanto sobre o tema específico da adolescência. O que proporcionou vários questionamentos e reflexões da práxis psicanalítica com a especificidade da instituição e o público que procura atendimento no CEPEA.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: AO ENCONTRO DO SUJEITO

De modo geral, as queixas que levaram os médicos, coordenadores de escolas e juízes a encaminharem os adolescentes para atendimento psicológico foram: dificuldades no desempenho escolar, comportamentos julgados inadequados pelos

pais (agressividade, insegurança, timidez, nervosismo, sentimento de menos valia, tristeza). Apenas um adolescente foi encaminhado devido a diagnóstico de doença de origem psicossomática. Dentre as queixas mais frequentes feitas pela escola estão: mau desempenho acadêmico (reprovações, notas baixas, desatenção), aspectos comportamentais e interpessoais (agressividade, dificuldade de relacionamento, indisciplina, instabilidade emocional, furtos). As instâncias jurídicas encaminharam os adolescentes em casos de agressividade, suspeita de uso de drogas, violência física e psicológica, dificuldades de relacionamento e problemas na escola.

Como principal queixa identificou-se, independente do encaminhamento, dificuldades na escola, que abrangem problemas de aprendizagem, atenção e indisciplina. Em seguida, outra demanda que se destaca nos acolhimentos realizados são problemas comportamentais, relatados como agressividade, dificuldade de relacionamento e instabilidade emocional. Além dos aspectos comportamentais, um terceiro grupo se destaca com queixas referentes à falta de interesse, timidez e tristeza.

Os serviços do CEPEA são direcionados aos adolescentes de baixa renda e que moram em regiões periféricas da cidade. Tal fato não indica que o atendimento se enquadre em uma perspectiva assistencialista ao voltar atenção ao sofrimento psíquico desses sujeitos. Há também uma contrapartida desses indivíduos à formação dos estudantes de psicologia envolvidos nos atendimentos que possibilitam a elaboração e reflexão de uma práxis crítica, ao mesmo tempo em que são acolhidas as demandas sociais.

Destaca-se que, logo nos primeiros momentos de contato com os adolescentes e responsáveis, no acolhimento, já é possível ter acesso a uma repetição discursiva que aponta para alguns elementos que insistem em se apresentar ao longo dos atendimentos. A discrepância entre as queixas da família e do adolescente é algo a ser considerado. As queixas das instâncias encaminhadoras dos adolescentes são relacionadas a problemas na escola (desde dificuldades de aprendizagem até agressividade), comportamentos julgados inadequados (uso de drogas, por exemplo) e infrações. Já os adolescentes queixam-se de dificuldades na relação com as figuras parentais. O que nos leva a uma importante e paradoxal questão que implica um desconhecimento, ou melhor um esquecimento, por parte dos responsáveis do que carece um adolescente. Os desdobramentos desse esquecimento se apresentam de forma ainda mais explícita na dificuldade de proporcionar limites que se apresentam mais como balizas para o caminho desse sujeito, do que impossibilidades para as suas construções subjetivas.

A adolescência é considerada um advento da modernidade e, assim sendo, ainda é pouco compreendida. Os adolescentes se encontram na transição da vida infantil para a vida adulta e é nesse período que se deparam com o furo na idealização de seus pais. Assim, procuram respostas que ainda não lhes foram dadas. A adolescência é um marcador cultural que informa que sujeitos em (trans)formação buscam saber sobre seus desejos e o lugar que ocupam em suas relações.

O psicanalista Contardo Calligaris (2000) caracteriza a adolescência como um período conturbado, de duração misteriosa, em que o sujeito possui características suficientes para se tornar adulto, porém ainda não o é reconhecido como tal,

nesta perspectiva o sujeito em questão fica sem lugar no contexto social buscando outras formas de se encaixar. Os fatores que tornam a adolescência um período de difícil compreensão podem ser explicados se retornarmos ao desenvolvimento do sujeito.

A adolescência é a retomada das pulsões sexuais que após a infância se encontravam em estado de latência. Esse é um momento de retomada de impulsos que ficaram reservados a um tempo de desvio do sexual, sendo que esse não desapareceu, mas se dirigiu a outros feitos mais culturais e não diretamente erógenos. Freud (1905), em seu texto *Três ensaios sobre a sexualidade*, aponta para uma sexualidade difásica, isso que da sexualidade se organiza em dois momentos. Em um primeiro tempo, que se daria no complexo de Édipo, o sujeito é posto frente a duas direções para a sua sexualidade e as identificações se sobrepõem às internalizações, o que significa uma estruturação egóica. Os impulsos sexuais frente à interdição da Lei paterna, esta que chega ao sujeito pelo discurso da mãe, convocam-no a se posicionar na organização de suas escolhas sexuais, na relação com o objeto de desejo. Dá-se início a uma organização sexual estruturante, que sofre uma paralização devido à precariedade psíquica frente aos estímulos do desenvolvimento libidinal dirigido às genitálias e à reprodução.

Após a latência, ocorre o ressurgimento das pulsões sexuais em um corpo biológico já preparado para a reprodução. Contudo, esse é ainda um corpo enigmático, não sabido em sua potencialidade de prazeres e desprazeres, precário em sua representação psíquica. Ainda falta no plano psíquico uma elaboração sobre o que deseja esse corpo, que não é apenas biológico, no que se refere às suas escolhas objetais. O sujeito do inconsciente repete os conflitos sexuais da infância e reatualiza o complexo de Édipo; mais uma vez o sujeito é convocado a se haver com os conflitos sexuais e suas escolhas. Porém, diferente da infância, a adolescência é uma etapa que o sujeito pode reeditar o destino escrito pela dissolução edípica.

Assim, a partir de Freud (1905) a sexualidade já é estabelecida desde a infância. Nos primeiros tempos o bebê responde às demandas do corpo e no contato com a mãe esse corpo é erogenizado. No decorrer das experiências inseridas nesse corpo, e na separação dele com o seu cuidador, o eu se constitui a partir do recalque. Este representa o esquecimento de vivências que guardam uma ambiguidade de desprazer referido ao prazer, que nos primeiros tempos se dá na relação com a mãe e nas perdas que o corpo do bebê sofre ao ser satisfeito de forma sempre parcial. Para se tornar sujeito e assim desejar é necessário perceber a falta do outro, desejar objetos e se identificar com eles.

Em um segundo tempo o corpo sofre com o reconhecimento de um limite representado por uma terceira figura. Após o recalque secundário, um duplo esquecimento entendido como a aceitação da castração possibilita que a Lei seja introjetada. Com isso, é preciso renunciar ao desejo edípico. Esse tempo de espera foi denominado latência, nele o sujeito investe sua energia libidinal em outros objetos para que no futuro possa escolher um objeto substituto.

Freud diz em 1925 em *Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos* que somente analisando os acontecimentos do desenvolvimento sexual infantil e os efeitos de suas primeiras experiências é que poderíamos chegar

a compreender as forças motivadoras que conduziram à neurose e à constituição da vida adulta dos sujeitos, sendo a adolescência o período que inicia o processo de entrada na vida adulta. Isto porque o sexual se refere ao erótico, em que a busca é pelo prazer e pelo gozo e não pela reprodução biológica. Na sexualidade o erotismo se inscreve no corpo e esta inscrição é da ordem da fala e da linguagem.

O complexo de Édipo é o fenômeno central no desenvolvimento sexual da primeira infância. A dissolução é seguida pelo período de latência e não se sabe ao certo o que causaria sua dissolução. O complexo de Édipo se desenvolve em duas orientações, ativa e passiva, e isto se deve à bissexualidade constituinte do desenvolvimento sexual à herança cruzada decorrente da dupla identificação aos pais sendo que cada um combina em si características tanto masculinas quanto femininas. Com isso, o ideal masculino e o ideal feminino se mostram como construções teóricas incertas e que os seres humanos estão aquém (ou além) destes ideais (FREUD, 1996).

Na dissolução do complexo de Édipo, o narcisismo do eu se destaca e os investimentos libidinais direcionados aos pais como objetos sexuais são dessexualizados e sublimados em identificação. Com isso, o eu internaliza a autoridade dos pais formando o supereu, que possui a severidade proibitiva do incesto, impedindo o retorno do investimento libidinal direcionado aos pais.

Na latência a vida sexual é suprimida e essa supressão pode ser rompida pelo desenvolvimento regular da sexualidade ou por peculiaridades individuais. Durante esse período potencializam-se as forças anímicas que depois se desenvolverão como obstáculos da pulsão sexual dando a ela um curso direcionado. Chegou o momento de poder gozar do privilégio de ser adulto, porém a lei externa ainda proíbe a ascensão desse lugar privilegiado.

A história contada pelo complexo de Édipo é carregada de balizas que orientam a criança em direção ao apaziguamento das pulsões na relações com os objetos. Objetos que fazem surgir as possibilidades de prazeres e desprazeres na intensidade e na quantidade da energia que compõem o aparato psíquico e o que se entende por corpo na psicanálise. Essa direção é dada pela identificação com seus pais, compondo a subjetividade em seu teor cultural e de desejo. Depois desse momento a sexualidade segue seu curso de forma que a criança vai percebendo a insuficiência do saber dado por seus pais, pois assim seria com qualquer saber por não abarcar o pulsional da vida sexual. A partir disso, este que agora é adolescente tentará trilhar o seu caminho com outras construções sobre sua sexualidade em eterno desconhecimento, em sua errância.

Ao perder as suas certezas absolutas e seu lugar de fictícia superioridade o sujeito se surpreende com a sua condição de incompletude e o outro é reconhecido em sua diferença. Assim, o corpo em sua “[...] totalidade foi concebido como não suficiente e carente nas suas possibilidades de satisfação, precisando, pois do outro para mediar a satisfação de suas demandas eróticas” (BIRMAN, 1999, p. 33), e isso está posto para todos os seres de linguagem. Contudo, essa demanda de satisfação dirigida ao Outro encontra momentos de extrema exigência, não por acaso, mas em momentos em que o corpo impulsionado por uma energia sem direção é convocado a responder por meio de uma direção específica de satisfação. Nesse ponto o Outro

é a referência, mas o será em seu desejo.

Esse caminho de construção de um novo lugar, isso que se pretende ser realizado pelo adolescente, não é uma construção fácil, é em essência uma invenção de outro lugar, este que não lhe foi concedido.

A queda da idealização dos pais é um momento de sofrimento psíquico. O que se confirma na clínica no complexo nó entre os traços inscritos em sua experiência e sofrimento para tramar uma narrativa a partir deles. Apesar do sofrimento, a queda da idealização é necessária e não deveria acontecer sem apoio: há uma referência nessa nova construção de destinos. Esses destinos são marcados pelas instituições socializadoras, sendo que são elas a encaminharem os adolescentes mediante o discurso de não haver mais nada a ser feito.

Há no discurso dos adultos que encaminham uma ênfase nos atos dos adolescentes, normalmente tomados com transgressores, violentos e incontrolláveis, aproximando-se sempre de um teor patológico. Eles estariam adoecidos e suas invenções em atos não cabem na realidade compartilhada. Ou seja, as queixas referentes a atuações típicas como contrapor-se aos pais e a outras autoridades através de atitudes opositoras são vistas como intoleráveis. O que faz surgir uma contraposição autoritária das instituições em uma tentativa de neutralizar o mal-estar característico da adolescência, que é a construção de um lugar próprio, de questionamento de padrões que antes, na infância, eram aceitos como a única possibilidade de ser.

A partir da escuta desses adolescentes é possível pensarmos que não apenas eles, mas essas instâncias também se encontram em conflito com sua própria função socializadora. Como poderiam servir de referência para esse sujeito quando não se questionam quanto à sua própria função? A saber, a de balizamento da experiência. É preciso que a vivência se transforme em função e possa alcançar a experiência. Pois o que sustenta a Lei é a possibilidade do sujeito poder circular pela linguagem, inventar-se na linguagem, já que não há um saber prévio sobre os modos de satisfação pulsional. Esse circular pela linguagem está entre a Lei e o que dela instaura o desejo, fazendo o sujeito se impulsionar pela fantasia.

Dessa forma, é imprescindível discutir o que seria essa referência e como esse mal-estar relatado pelos adolescentes passa justamente pela dificuldade de encontrar nas instâncias socializadoras, principalmente nas figuras parentais, um apoio psíquico, essencialmente fantasístico, para a construção de um novo modo de ser, a partir das experiências proporcionadas por esse novo corpo púbere que convoca o sujeito a lidar com o real do sexo.

Para a psicanálise, o nome dado a essa referência é função paterna. Uma função organizadora da vida pulsional que foi sendo construída ao longo da história da civilização. Segundo Freud em seu texto de 1914, *Totem e Tabu*, o mito da horda primeva, em que o pai onipotente é morto e devorado pelos filhos, baseia-se na imposição dos dois grandes tabus da humanidade: não matarás (o pai) e não cometerás o incesto.

A destruição do pai no real é um ato irreversível: mata-se o pai para barrar seu gozo absoluto, porém, ao passo que ganha-se uma suposta liberdade, perde-se

em proteção. Os filhos também são pulsionais e jogados à própria sorte, poderiam sucumbir também ao desejo dos outros irmãos. O pai que agora inexistente, então, é nomeado como aquele que barra o desejo de cada um e paradoxalmente começa a existir no psiquismo. Primeiro imaginariamente, como na forma dos totens, depois de forma internalizada com a formação superegoica:

O pai morto institui a Lei simbólica, impossível de ser destruída. Mesmo com a morte do pai sua função continua existindo e é isso que sustenta o mito de Édipo. A morte do pai funda um lugar de sujeito para o filho. (COSTA, 2010, p. 23)

O sacrifício do pai passará, então, a ser representado pelo sacrifício do totem: o substituto do pai. Há aqui uma realização de gozo na realidade: a morte real do animal. Entretanto, o simbólico já começa a ser inserido: há algo que representa o pai morto, ou seja, algo que só representa o mesmo, porque ele se fez faltoso após ser devorado.

Reverenciar a figura onipotente do pai através de seu representante o totem, trouxe intensos ganhos imaginários de proteção, abrigo e alívio à culpa. Por outro lado, recordar aquela figura odiada e morta significava que jamais se teria a presença do mesmo. (FUKS, 2003, p. 27)

Com a proibição do incesto, ninguém ousaria tentar ocupar o lugar do pai. Sendo assim, segundo Freud (1913-1914), gradativamente o azedume pelo mesmo diminuiu enquanto a saudade aumentou, permitindo surgir um ideal que corporificava o poder ilimitado do pai primevo e possibilitaria a submissão ao mesmo, exaltado a ambivalência em relação ao pai.

Freud, ao descrever a passagem da horda primeva a uma nova ordem social, demarca a passagem do imaginário para o simbólico. Os rituais de sacrifício postos em prática em uma relação ambivalente, entre os membros de uma horda e o pai detentor de todas as fêmeas, foram sendo internalizados no decurso da civilização. Há uma troca do ato pela fala, do remorso pela culpa, o que é repetido individualmente por todos os seres humanos. Essa é a construção do pensamento laciano do Nome-do-pai. Função que se estrutura a partir do recalque secundário, ou seja a partir da formação superegoica, como marca civilizatória que se repete para cada sujeito no reconhecimento da incompletude, da impossibilidade de satisfação completa da pulsão. Somente nessa relação de interdição ao gozo absoluto, na aceitação da falta, é que o desejo pode advir. O que se deu ao longo dos tempos, passa a ser repetido por cada sujeito, em sua inserção no campo da linguagem.

Assim, a introjeção da Lei pela criança, na composição do Nome-do-pai, dá-se a partir de um processo que Lacan (2005) descreve em três fases do complexo de Édipo: frustração, castração e privação. Todas as fases carregam em seu conteúdo uma noção fálica. Isto é, a frustração é referente à decepção da criança ao ver que não é, como a mãe havia desejado, seu falo. A segunda refere-se ao temor da castração e é nesta fase que se dá a inserção do pai na relação criança-mãe, de forma que a criança passa a reconhecer nesse sujeito uma figura temível, mas também a ser respeitada. Seria na terceira fase que a internalização dessa lei paterna se efetivaria, a partir do reconhecimento por parte do filho da potência do pai. A criança

internaliza um pai imaginário, isto é, alguém que não possui o falo, mas que possui algo com valor de dom, e que ela passará a buscar também.

É importante ressaltar que grande parte deste processo se dá em um nível simbólico, portanto está amparado pelo campo da linguagem, principalmente a da mãe. O pai descrito nestas fases é antes de tudo o homem que a mãe apresenta a essa criança em seu discurso, por isso fala-se em função paterna, porque não se diz de uma pessoa, mas de um discurso. Um discurso que move o imaginário, essa função do simbólico que por meio da fantasia faz circular as identificações como mais de uma possibilidade, ou seja, não fixa, do sujeito inventar o seu lugar entre as balizas das identificações frente às ameaças do real.

Lacan (2005) evita localizar cronologicamente as fases de constituição do Nome-do-Pai, mas pela experiência prática na clínica psicanalítica que foi observada neste projeto de extensão é possível dizer que a terceira fase, de privação, exerce uma grave instabilidade sobre boa parte dos adolescentes atendidos. É exatamente no que tange às identificações de forma efetiva com a lei, que fixa ao se apresentar fixa a saída é lutar contra ela, opor-se à mesma. Mas se apresentada em sua flexibilidade também fantasística, de relações que privilegiem a plasticidade e flexibilidade do simbólico, podem trazer construções de novos caminhos a vias que não são fugas, mas lugar de vir a ser.

Contudo, o conflito é inerente, pois é preciso reconhecer que aquela figura tão onipotente de antes, também não possui o falo, que a mãe já havia situado em seu discurso como tão importante. Por isso esse homem, para cumprir com sua função paterna, precisa se apresentar como alguém potente, isto é, mesmo sem possuir o falo ele possui algo que o fez conquistar a mãe, o que Lacan chama de dom, o que se aproxima da ideia de um certo encantamento, daquele que possui um certo poder de sedução.

É possível identificar em muitos casos a dificuldade do adolescente em ver o pai como uma figura de dom, uma vez que esse homem não cumpre bem sua função e não se apresenta como o sujeito potente que possui a mãe, mas sim como um fraco. Ampliando essa visão para o campo do social, o fato da maioria das queixas se apresentarem na escola e na família pode indicar uma falha dessas instituições e suas limitações em ocupar um lugar de referência e apoio a esse adolescente, o lugar de orientação discutido acima.

Tais instituições, além de não oferecerem segurança ao sujeito, culpabilizam o próprio adolescente patologizando conflitos que dizem de uma ineficiência da própria sociedade e suas instâncias formativas em transmitir uma lei que faça sentido aos mesmos. Dessa forma, quando o sacrifício em submeter-se às leis da sociedade não dá espaço para um mínimo de prazer, o sujeito se volta contra ela. As relações se tornam fonte de sofrimento para o sujeito que reage por meio da agressividade e negação da lei transmitida pelas instâncias que regulam a sociedade.

Em seu texto de 1923, *O Eu e o Id*, Freud estabelece uma relação entre o sentimento de culpa e o ato criminoso como uma descarga da energia excessiva causada por ele:

Nesse contexto a psicanálise nos permitiu descobrir que, para nossa surpresa, um aumento desse sentimento de culpa inconsciente pode também fazer com que um sujeito antes honesto se torne criminoso – e, sem dúvida, isso de fato ocorre. Em muitos criminosos, é possível demonstrar, principalmente entre os adolescentes, que já havia um poderoso sentimento de culpa antes de ser executado o ato criminoso, ou seja, que havia um sentimento de culpa que não é consequência, mas sim a causa do ato. Tudo ocorre como se o ato fosse um alívio, pois possibilita atrelar esse sentimento de culpa inconsciente a algo que é real e atual. (FREUD, p. 60, 1996)

Em um primeiro tempo, no excesso de energia provocado por um não saber que exclui sempre um tanto de realidade, o sujeito vive a angústia. Esta que provoca o recalque devido à sua incomensurabilidade. Em um segundo tempo, quando já introduzido em um mundo de linguagem própria, é possível reconhecer que lá já há culpa. A partir da culpa, pensemos no terceiro tempo como a reação a ela. A esse terceiro tempo temos qualquer possibilidade de construção sobre um não saber fazer com o incômodo, o mal-estar causado no conflito entre os interesses pessoais e os interesses sociais. Caso estivessem separados de forma tão clara seria mais fácil. Contudo a dificuldade se encontra no ponto em que o próprio e o social se compõem em uma concomitância subjetiva.

Por isso um não saber fazer com a energia que se qualifica na consciência como agressividade, que sempre virá em ato quando faltar a linguagem. Pois a linguagem em seu sentido geral expressivo, não apenas em palavras, distingue-se do ato por contornar de forma socialmente suportável esse excesso de energia que Freud aponta como a sexualidade. Esta compreendida pela psicanálise como uma construção languageira – forma de borderar a pulsão – sobre um corpo constituído por inscrições representativas no psiquismo, ou seja, não apenas biológico.

Assim, a adolescência retoma um conflito entre as figuras parentais. Questões se apresentam sobre a figura idealizada dos pais, o sujeito questiona sua origem e os desejos de um ideal de adulto depositados pelos seus cuidadores. A maioria das queixas aponta para comportamentos “antissociais” de adolescentes do sexo masculino: agressividade, instabilidade emocional e indisciplina. Isso pode indicar que certos atos considerados típicos do ser adolescente – como contrapor-se aos pais e a outras autoridades através da transgressão – são intoleráveis para instituições educativas como a escola e a família. Tais comportamentos podem ser compreendidos como tentativas dos adolescentes de lidarem com o tipo de lei que é transmitida e exigida em seu cumprimento pelas instituições formativas. Desta forma, é sinal de saúde um adolescente contestar as normas e as regras das instituições socializadoras como forma de comprovar se tais regras realmente possibilitam uma continuidade do laço social, promovendo um vir a ser adulto na sociedade sem a exclusão de sua condição de sujeito de desejo.

As queixas dirigidas aos adolescentes, em sua maioria, dizem de um comportamento antissocial. Todavia, pode-se compreender, ao longo dessa discussão, que tal oposição às instituições socializadoras, serve a um movimento complexo que aponta para a possibilidade de reeditar a história do sujeito na manutenção de seu desejo. Isso por meio de fantasias que começam a tomar uma certa independência dos ideais paternos. A partir da compreensão desse momento delicado e

de efeitos de sofrimento para o adolescente é que se torna possível pensar a clínica individual que prioriza a escuta do adolescente, pela atenção flutuante que somente é sustentada se houver espaço para a fala do sujeito.

Partindo da compreensão acerca de um desconhecimento sobre o seu destino e de uma cobrança social acerca dos encaminhamentos sobre o mesmo, é possível pensar em aproximações menos defensivas e rígidas do lugar em que esse adolescente se encontra, sofre e reclama por outra condição. Assim, as queixas que motivam os encaminhamentos desses adolescentes, pela escola e pelo hospital, apresentam uma certa rigidez que pode até mesmo justificar as defesas de um ser acuado, porque estigmatizado pelas formas que encontra para enfrentar seus conflitos. A nomeação do comportamento do adolescente por meio de signos patológicos, como o Transtorno de Hiperatividade e Déficit de Atenção, não possibilita a aproximação do que lhe causa o sofrimento, antes de organizar essa forma defensiva. A proposta do projeto contempla uma outra perspectiva na qual, por meio da escuta da narrativa do adolescente frente as situações conflitantes, ele poderá encontrar um espaço para falar de fato de seu sofrimento antes de ser julgado por seus atos socialmente inábeis.

O fato da maioria dos acolhidos serem encaminhados por instâncias formativas pode indicar também um desconhecimento, por parte da população, dos serviços prestados pelo CEPEA, já que demandas espontâneas são raras. Mesmo que ocorra pouca demanda espontânea ao atendimento psicológico, pode-se afirmar que há um grande número de procura da sociedade por atendimento. Independente dos equívocos nesta busca, como a escola que espera que o psicólogo corresponda a um posicionamento adaptativo do adolescente dito problemático, é possível ocorrer um tratamento individual com uma concepção de adolescência, para além do senso comum e para além da patologização, que o coloque numa posição de adoecimento, ou de delinquência, o que normalmente as instituições socializadoras fazem.

Porém, mesmo sendo uma demanda alheia, inicialmente externa ao desejo do adolescente, a proposta de tratamento aqui apresentada preza o desejo do adolescente. Portanto, só ocorre atendimento se for de seu consentimento. A partir do momento em que ele confirma o desejo de falar de si naquele espaço, o passo seguinte é possibilitar que ele elabore a sua narrativa retomando aspectos importantes e relevantes de sua vida, assim como fatos do seu cotidiano. Frequentemente essa narrativa é marcada pela contrapartida de sua queixa perante a própria instituição que o encaminhou ao tratamento. Nesse sentido, a proposta clínica não objetiva dar respostas a essas instituições e sim ao desejo do adolescente. Escutar as queixas e conflitos do adolescente sobre as instituições e as leis que o sobrepujam é a proposta que dá início à escuta dessa equipe. Portanto, não é uma proposta adaptativa e sim um compromisso entre o desejo do sujeito, suas possibilidades e seus limites na realidade. O que se trata de uma construção subjetiva de variados caminhos em direção à construção de laços sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a execução do projeto de extensão surgiu a necessidade de trabalhar com as famílias dos adolescentes, mas não como uma terapia familiar, e sim

oferecendo orientações, ou atendimento, aos pais, uma vez que o sintoma trazido pelo adolescente remete a um sintoma que se constituiu no seio da própria relação familiar. É importante ressaltar que todos os casos são discutidos pela equipe durante as supervisões semanais, o que enriquece a discussão dos mesmos, além de proporcionar aos participantes da extensão um momento formativo.

Constatou-se, também, que o público atendido pelo CEPEA, advém, em sua maioria, de uma classe de baixa renda, donde se desmistifica a impossibilidade de atendimento da população economicamente desfavorecida a partir do método psicanalítico. Assim, fica a crítica a essa posição, já que durante o percurso do projeto de extensão mostrou-se possível uma prática de clínica individual, sustentada na escuta do sofrimento de um sujeito perdido na busca de algo que lhe dê suporte na passagem para a fase adulta. O acompanhamento às elaborações realizadas pelo adolescente a partir de seu sofrimento retira-o de uma condição de alienação para uma condição de sujeito de desejo, dando voz a um sujeito subtraído apenas às suas necessidades básicas, sem o direito de sofrer e ser escutado, respaldado, extraído de uma condição de abandono simbólico, como se refere Quinet (2002, p. 83-84):

A entrada na cultura implica que a necessidade passe pela linguagem, arrancando o dinheiro do registro do imediato da necessidade. A própria noção de dinheiro já denota a troca de objetos e bens marcados pela simbolização: o dinheiro só existe em função da linguagem. Dizer que pobre não pode fazer análise é tratá-lo como um animal, situando sua questão de dinheiro apenas no registro da necessidade. Na verdade o rico é mais inalisável do que o pobre, se chamarmos de rico aquele que não tem falta.

Por que, então, o método psicanalítico para sustentar a fala do adolescente de baixa renda, já que este supostamente é tomado por um método pensado apenas em clínicas particulares e proposto apenas para abastados? Porém, segundo os estudos dos artigos técnicos de Freud, em vários momentos sobressai a afirmação de que há apenas uma única regra para ocorrer a análise: a associação livre. Portanto, sustentado na regra fundamental da psicanálise, a associação livre, torna possível uma clínica que escute o sofrimento do adolescente perante outras instituições, independente de sua condição financeira. Pois, para haver a associação é necessário apenas o espaço de escuta e um saber fazer com as orientações técnicas – saber não ensinado, mas vivido na análise pessoal – que permita o encadeamento dos significantes, o que independente da classe econômica.

Assim, o que é o dinheiro para a clínica psicanalítica? Seria somente o dinheiro em si? Ou seria uma condição para impor a presença do sujeito barrado (\$), o sujeito do inconsciente? Para o psicanalista Quinet, em seu livro *As 4 + 1 condição da análise* (2002), o dinheiro é pensado não como um salário base para sustentar o analista e sim em sua singularidade, pois diz do sintoma daquele que se apresenta para associar livremente perante a escuta flutuante. Funciona como ponto de conflito na transferência, que se referiria ao investimento e à economia libidinal investida no processo analítico.

O quanto custa para o sujeito o processo terapêutico, diz de seu investimento, uma posição da libido no furo de uma satisfação constante como em deixar de jogar videogame, ou em pegar mais de dois meios de transportes públicos, é uma

troca de investimento do sintoma que lhe é tão caro e confortante. Um investimento financeiro e de tempo, pois em sua maioria os pacientes do Centro enfrentam grandes deslocamentos geográficos para o centro da cidade.

De que investimento fala-se, senão do investimento libidinal. É a economia libidinal que fará com que esse deslocamento aponte para o desejo do adolescente e o valor que ele atribui ao processo, traduzido em transferência. Desta forma, o investimento do tempo e do deslocamento do adolescente se apresenta como desejo de análise, poder associar perante uma escuta do inconsciente, e assim dizer do sofrimento além da repressão das instituições socializadoras que os caminharam, e porque não (re)elaborar os conflitos de ser um adolescente.

REFERÊNCIAS

BIRMAN, J. Erotismo, desamparo e feminilidade. In: _____. **Cartografias do feminino**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

Calligaris, C. **A adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2000.

COSTA, Teresinha. **Édipo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010. p. 86.

FREUD, S. Três ensaios sobre a sexualidade (1905). In: _____. **Obras psicológicas completas**. Edição Standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. Totem e tabu (1913-1914). In: _____. **Obras psicológicas completas**. Edição Standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. O ego e o ID (1925). In: _____. **O ego e o ID e outros trabalhos**. Vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FUKS, Betty Bernardo. **Freud e a cultura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. p.72.

LACAN, Jacques. **Nomes-do-Pai**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. p. 93.

QUINET, Antonio. **As 4+1 condições da análise**. 9. edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

ALMEIDA, Marcela França de; ALMEIDA, Fernanda; ROSATTO, Jaquelyne; SILVA, Laiury; GUERRA, Mariah; SEGATTO, Marialice; SANTOS, Kézia. Intersecção entre psicanálise e atendimento público: o atendimento psicológico aos adolescentes do CEPEA/UFG. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 1, n. 2, p. 110-122, ago./dez. 2013. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Perspectivas do Projeto Gestão Responsável do Turismo no Circuito Turístico do Parque Nacional da Serra do Cipó/Minas Gerais

Ana Paula Guimarães Santos de Oliveira¹
Joyce Kimarce do Carmo Pereira²
Keila de Freitas da Silva³
Natane Vieira Lockmann⁴
Sílvia da Costa Silva⁵

¹ Docente do curso de Turismo da UFMG.
Email: anapaulagsantos@yahoo.com.br.

² Discente do curso de Turismo da UFMG.
Email: joycekimarce@hotmail.com

Agradecemos o apoio da Proex - Pró-Reitoria de Extensão e a Parceria do Circuito Turístico do Parque Nacional da Serra do Cipó

RESUMO

Diante da nova percepção do planejamento, da gestão e do desenvolvimento responsável, o projeto Gestão Responsável do Turismo no Circuito Turístico Parque Nacional da Serra do Cipó direciona-se para o aprimoramento das ações de planejamento e gestão do Circuito. Visa a estruturação e o desenvolvimento regional, promover a autogestão das representatividades públicas, privadas e do terceiro setor, além da mudança de conduta do turista, por meio de diálogo entre academia e mercado. Como procedimento metodológico, fez-se uso de parâmetros de integração. Como resultado, percebe-se que o Circuito Turístico Parque Nacional da Serra do Cipó apresenta fases diversas e níveis distintos de integração entre os membros no decorrer dos anos.

³ Discente do curso de Turismo da UFMG.
Email: keilaemail@yahoo.com

⁴ Discente do curso de Turismo da UFMG.
Email: natlockmann@gmail.com

⁵ Discente do curso de Turismo da UFMG.
Email: silviacosta.silcs@gmail.com

Palavras-chave: Gestão Responsável; Turismo; Circuito Turístico Parque Nacional da Serra do Cipó; Planejamento; Produtos Turísticos.

ABSTRACT

Prospects for the Project Responsible Management of Tourism in the Tourist Circuit of Serra do Cipó National Park/Minas Gerais

According to the new perception of planning, management and responsible development the project called Responsible Management of Tourism in the National Park of Serra do Cipó Tourist Circuit is directed to the improvement of planning and management actions of the Circuit. Aimed at structuring and regional development, promote self-management of public representativeness, private and third sector and the tourist behavior change through dialogue between academia and market. In terms of the methodological procedure, it made use of integration parameters. As a result, one realizes that the Tourist Circuit National Park of Serra do Cipó has several stages and different levels of integration between the members over the years.

Keywords: Responsible Management; Tourism; Tourist Circuit of Serra do Cipó National Park; Planning; Tourist products.

INTRODUÇÃO

A Extensão Universitária tem por essência a integração e o diálogo com a sociedade, por meio da construção de ações indutoras do desenvolvimento social em diferentes âmbitos e espaços. Baseia-se na interdisciplinariedade e indissociabilidade do ensino, da pesquisa e extensão, favorecendo um permanente processo de mobilização interna da instituição. A base dessa integração é o diálogo realizado por meio de programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços promovidos pela comunidade acadêmica.

Nesse contexto criou-se o projeto de extensão *Gestão Responsável do Turismo – Circuito Turístico Serra do Cipó* em março de 2012, com o objetivo⁶ de fomentar o planejamento e a gestão do turismo de modo responsável na região da Serra do Cipó. A localidade dispõe de expressiva riqueza paisagística, recursos naturais e biodiversidade endêmica da fauna e flora. Configura-se como um dos principais destinos do estado mineiro.

Na primeira fase do projeto fez-se uso da pesquisa bibliográfica pertinente à Gestão Responsável do Turismo, com destaque para os estudos de Faria (1985), Lemos (2005) e Salvati (2004), e do tema governança, que auxiliou na compreensão do arranjo e estrutura política, e sua importância como facilitador para o desenvolvimento das iniciativas do turismo, principalmente da gestão responsável. A pesquisa documental, por meio de análise e síntese das atas de reuniões da AMPASC (Associação dos Municípios do Circuito Turístico Parque Nacional da Serra do Cipó), e de documentos sobre a política de Circuitos Turísticos de Minas Gerais, foi outro recurso empregado.

Ao término dessa fase, foram elaborados 20 parâmetros de integração, e em seguida a sistematização das informações. No segundo momento fez-se uso da pesquisa qualitativa *in loco*, e utilização da investigação sistemática dos dados, por meio de entrevistas com integrantes, com a gestora do Circuito e com a comunidade local, visando a identificar a percepção destes em relação ao turismo. Essa etapa gerou um diagnóstico sintetizado dos municípios, apresentado por meio de sumário executivo.

Dessa forma, o presente artigo foi desenvolvido com base nas ações e resultados atingidos pelo projeto⁷, e reflexões e ampliações acerca de um conceito ainda incipiente, qual seja, gestão responsável do turismo.

Mais do que trazer um estudo sobre a região, debruçar e refletir sobre os conceitos supracitados, este artigo pretende demonstrar a contribuição da extensão universitária por meio das atividades desenvolvidas no projeto. De imediato, é possível inferir que este gerou um material histórico-documental para a AMPASC, que anteriormente inexistia; ainda como resultado, a vivência das integrantes no projeto trouxe a aproximação da relação teoria e prática, reduziu fronteiras entre universidade e comunidade, obtendo a parceria da AMPASC e apoio dos municípios integrantes. Além de contribuir para o aprendizado mútuo de todos participantes e deixando como legado acadêmico e social a produção teórica e ações de intervenção desenvolvidas pelo projeto.

⁶ Além deste objetivo, o projeto busca subsidiar aos municípios, a comunidade e empreendedores na formatação de produtos e na conscientização de turistas para uma mudança de conduta; fortalecer as instâncias de governança; fomentar o desenvolvimento regional por meio da conscientização da comunidade e visitantes sobre o valor das relações sociais que se estabelecem com a atividade, visando uma mudança na percepção e prática do turismo na região; além de desenvolver novas reflexões sobre a prática do turismo responsável.

⁷ Sumário Executivo dos Municípios do Circuito Turístico Parque Nacional da Serra do Cipó e Relatório Técnico dos Parâmetros de Análise de Integração. COSTA, Sílvia. KIMARCE, Joyce. OLIVEIRA, Ana Paula G. SILVA, Keila E. Projeto Gestão Responsável do Circuito Turístico do Parque Nacional da Serra do Cipó. UFMG. 2012.

EM BUSCA DAS RAÍZES DA GESTÃO RESPONSÁVEL DO TURISMO

O turismo é uma atividade consideravelmente moderna. Surgiu por meio de adventos isolados da sociedade, desde a Revolução Industrial e Francesa, perpassando o aperfeiçoamento dos transportes, culminando com a expansão das viagens de diversas naturezas, sobretudo por lazer. Transpôs diversas evoluções da sociedade, principalmente a partir do notável advento de Tomas Cook⁸, até os acontecimentos contemporâneos, em que ganhou novas formas de interpretação, práticas e análises.

⁸ Inglês que organizou uma viagem de negócios para um grande e determinado público, contribuindo para o início da organização da atividade.

Neste contexto o turismo foi se desenvolvendo, entretanto, pouco se democratizou. Ao contrário, se tornou em muitos casos uma atividade elitista, correspondendo às tendências do capitalismo e globalização. Impactos de ordem socioeconômica, natural e cultural, como a degradação de paisagens, ecossistemas, cultura local, violência entre outros, são alguns exemplos de impactos negativos. Destarte, novos questionamentos surgem como enfretamento deste turismo. Na década de 1990, com as aspirações de uma sociedade melhor e menos explorada, surgem as possibilidades do turismo sustentável, concebido pelo desenvolvimento e superação dos problemas emergentes. Essa nova abordagem pautada no respeito à natureza e envolvimento local das comunidades, incitava uma atividade economicamente viável, socialmente justa, ecologicamente correta e culturalmente valorizada (MAGALHÃES, 2002, p. 34).

O discurso da sustentabilidade no turismo tornou-se recorrente e exaustivo nas literaturas. Por outro lado, na sua prática, cada vez mais inatingível devido ao seu caráter generalista, que quase nada considerava as especificidades de cada comunidade e, tampouco demonstrava sugestões de estratégias ou instrumentos de como atingir este desenvolvimento desejado.

Diante desta lacuna, novas abordagens sobre estratégias de desenvolvimento para o turismo vêm sendo semeadas no campo teórico e novas práticas e arranjos de desenvolvimento alternativo têm surgido. Alguns exemplos podem ser visualizados nos conceitos de turismo de base comunitária, turismo solidário, turismo indígena e o mais recente turismo responsável.

Diante desta trajetória, origina-se o turismo responsável como rompimento do turismo convencional, com o propósito de preencher os gargalos do discurso da sustentabilidade. Dessa forma um dos autores a discorrer sobre o tema foi SALVATI (2004, p. 16), que aponta:

O turismo responsável, no contexto de uma estratégia para a sustentabilidade ampla dos destinos turísticos, é aquele que mantém e, onde possível, valoriza as características dos recursos naturais e culturais nos destinos, sustentando-as para as futuras gerações de comunidades, visitantes e empresários.

O autor enfatiza ainda que para se desenvolver o Turismo Responsável é necessário criar instrumentos de regulamentação e oportunizar subsídios para o estímulo à atividade em um destino, por meio do estabelecimento de um Sistema de Normatização Turística, que contemple planos de desenvolvimento municipal e processos de certificação voluntária, estando estes em consonância com os princí-

pios da sustentabilidade e integração econômica, social, cultural e ambiental.

Ainda como base do Turismo Responsável a participação de cada agente envolvido é essencial para seu desenvolvimento. Dessa forma é apregoado um elo entre atores inseridos no processo, por meio do qual possa existir um equilíbrio amplo e irrestrito de benefícios e responsabilidades, gerando assim uma atmosfera favorável às parcerias e a participação da comunidade no desenvolvimento turístico (OLIVEIRA e FONTONA, 2006, p. 5).

A proposta do turismo responsável é compatível com a autogestão, que por sua vez é entendida como:

[...] uma transformação em todos os planos (econômico, político, e social) e, desta forma, trata-se também (e não apenas) de uma outra forma de administração porque a autogestão reconhece a necessidade de um planejamento, embora não delegue o encargo (e seus privilégios a uma minoria de especialistas) sua função é ser uma analisadora do campo histórico e crítico do sistema capitalista e burocrático, no sentido de demonstrar que não existem leis universais para toda a economia, todos os regimes políticos e toda administração, que possam depender, por conseguinte, da ciência de especialistas. (FARIA, 2012, p. 9)

Tendo em vista os conceitos que permeiam o Turismo Responsável, é necessário fomentar sua aplicabilidade e gestão. Como apontado acima, subentende a autogestão como premissa, além da ligação e interrelacionamento entre atores (público-privado e comunidade), o reconhecimento das responsabilidades de cada envolvido e instrumentalização de bases legais. Dessa forma, a autogestão é o caminho da Gestão Responsável do Turismo, obtendo a gestão pública e privada como colaboradoras.

A Gestão Responsável do Turismo é entendida como processo de aprendizagem constante. Abarca a interação de diversos atores, por meio de um arranjo organizacional nas bases legais e conjunto de atividades (gestão de pessoas, riscos, financeiro, recursos, informação, produtos), que agreguem elementos do planejamento turístico (escala territorial e empresarial) sobretudo, os signos das relações sociais⁹ e da responsabilidade¹⁰, culminando todos estes nos valores turísticos.

⁹ Elementos culturais, ambientais, governança, meio ambiente, modos de produção etc.

Percebe-se que o fundamento da Gestão Responsável do Turismo preconiza a participação efetiva da comunidade e o apoio do setor público-privado. Seu conceito é sustentado nos valores intrínsecos do espaço e das relações que se dão no mesmo. É concebido pela integração dos elementos da sustentabilidade, e ainda sugere meios e instrumentos para se alcançar a mesma. Respeita também a especificidade e valores locais, tendo como princípio base a responsabilidade, concepção esta que rege um sujeito ético, a interpersonalidade e dinâmica da relação e expressão dialética humana (DANIEL, 2003, p. 82).

¹⁰ Conduta, confiança, liberdade e escolha.

Diante desta perspectiva, o turismo responsável e sua gestão são plausíveis ao cenário contemporâneo da atividade turística. Promovendo a retomada da essência da viagem, no sentido de proporcionar a transformação individual e social, que foi se diluindo conforme as excludentes práticas imperadas sobre turismo con-

vencional.

Assim, a Gestão Responsável do Turismo tem se formado como um novo paradigma e prática do turismo, que não impõe, nem privilegia certas camadas da sociedade, ao contrário, agrega os diversos setores, e prega sua harmonia e cooperação. Aponta ainda, os instrumentos, formas de administrar com base nos processos governamentais e preconiza a organização social. Possui como preceitos a autogestão, mudança de conduta do turista e dos envolvidos por meio do reconhecimento da responsabilidade.

O CAMINHAR DA GOVERNANÇA NOS PASSOS DA GESTÃO RESPONSÁVEL DO TURISMO

Para compreendermos o conceito de governança, é preciso refletir como este evoluiu no contexto da sociedade. A governança foi tratada como uma estratégia de desenvolvimento para a melhoria dos países periféricos e industrializados. Na década de 1960, com o acirramento da Guerra Fria, o tema ganha destaque no plano acadêmico que acompanhava os modelos econômicos e políticos vigentes na época. Não obstante a isso, o turismo também se moldou nestas práticas. Surge então o novo pensar a respeito do sentido de governar e fazer turístico e a Gestão Responsável nasce diante destas mudanças.

Assim este ideário que apareceu na década de 1990, nas agendas e documentos do Banco Mundial, que traçava uma definição e exigia dos governos a busca por reformas que minimizassem os impactos dos Estados e colaborassem com a inserção de políticas públicas que contemplassem as diversas camadas da sociedade (público, privado e sociedade civil organizada). Foi o primeiro momento da institucionalização do conceito de governança. Dessa forma, o documento “Governance and Development”, de 1992, apud Gonçalves (2005, p. 1)¹¹ diz que governança é

[...] o exercício da autoridade, controle, administração, poder de governo. Colocando melhor, ‘é a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país visando o desenvolvimento’, implicando ainda ‘a capacidade dos governos de planejar, formular e implementar políticas e cumprir funções’.

¹¹ WORLD BANK. 1992. Governance and Development. Washington, DC: The World Bank. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/1992/04/440582/governance-development>>. Acesso em: 21 abr. 2013.

Neste momento o Banco Mundial trouxe um deslocamento ao conceito de governança, anteriormente alicerçado sob uma literatura (ainda não sólida) e às estruturas políticas neoliberais, que com a emergência da crise, se viu diante da necessidade de uma nova abordagem que valorizasse outras “instâncias” de poder, sobretudo na sua capacidade de articulação, de processo decisório, formulação de instrumento e mecanismos de gestão.

Esta acepção sustentava ainda a interação e harmonia do setor público-privado e sociedades civis organizadas. Acrescentava-se ainda a este conceito a “boa governança”, como boa maneira de gerir os recursos públicos instituídos em oito princípios: 1) Participação; 2) Estado de direito; 3) Transparência; 4) Responsabilidade; 5) Orientação por consenso; 6) Equidade e inclusividade; 7) Efetividade e eficiência; 8) Prestação de contas.

O conceito de governança ganhou amplitude com as mobilizações das agências e eventos de cunho sociopolítico no mundo, como o caso do Consenso de Washington em 1998, ECO-92. Também em outros, que elucidavam o rearranjo político do Estado, enfatizando os fatores exógenos e endógenos, frente às antigas estruturas políticas engessadas, retomando o conceito e prática de uma governança que buscasse o desenvolvimento sustentável das nações.

No tocante às estratégias de formular e institucionalizar a governança, nasceram novas perspectivas de desenvolvimento político e socioeconômico, sobretudo no campo acadêmico, que passa a problematizar e reconstruir tal conceito, assim um dos mais difundidos dentre a sociedade acadêmica é de SANTOS (1997, p. 342), que define:

[...] o conceito (de governança) não se restringe, contudo, aos aspectos gerenciais e administrativos do Estado, tampouco ao funcionamento eficaz do aparelho de Estado. Dessa forma, a governança refere-se a padrões de articulação e cooperação entre atores sociais e políticos e arranjos institucionais que coordenam e regulam transações dentro e através das fronteiras do sistema econômico, incluindo-se aí não apenas os mecanismos tradicionais de agregação e articulação de interesses, tais como os partidos políticos e grupos de pressão, como também redes sociais informais (de fornecedores, famílias, gerentes), hierarquias e associações de diversos tipos. [...] a governança opera num plano mais amplo, englobando a sociedade como um todo.

Tendo em vista esta ruptura por uma governança mais democrática, no cenário brasileiro a questão da política, participação ou coparticipação do Estado e relação com os diversos entes da sociedade, se dá sob a perspectiva da descentralização das políticas públicas do país, sobretudo na década de 1990, que tiveram duas frentes: a social democrata e a liberal, mas que de forma geral, ambas previam uma preocupação com a governança e formas de integração do Estado e sociedade, porém, a forma e instrumentos que cada um dispunha eram diferenciados.

A NOVA GOVERNANÇA E O TURISMO RESPONSÁVEL

Estes posicionamentos influenciaram os diversos setores da política pública no país. No que tange ao turismo, a de maior destaque foi a Política de Circuitos Turísticos de Minas Gerais¹². Essa prevê uma governança territorial dos municípios conforme as afinidades culturais e governança local dos mesmos por meio de uma entidade gestora¹³ com a função de mediar os interesses do diversos atores locais envolvidos no planejamento e gestão da região.

Nesta política, a valorização da autogestão territorial e governamental é incluída como base para o seu desenvolvimento, e que permite uma maior integração e cooperação entre os gestores locais, além de promover o espraiamento do desenvolvimento turístico regional.

Entretanto, o discurso não se faz integralmente na prática. Fragilidades foram reconhecidas durante a implementação da política. Com entraves políticos dos municípios, os atores locais se veem como competidores e não colaboradores, os

¹² Disposta pelo Programa Nacional de Regionalização do Turismo no ano de 2003. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/>.

¹³ Neste caso foram criadas associações de municípios de Circuitos Turísticos, em sua maioria como sociedades civis sem fins lucrativos ou privada, como ONG's e OSCIP's, e em menores circunstância, poucas foram formalizadas em agências de fomento.

níveis de desenvolvimento de cada município é diferente, possuindo uma discrepância territorial e enfraquecimento regional.

Dessa forma, novos olhares sobre a política e prática são repensados atualmente. Apresenta-se novamente uma emergência de governança da política, desta vez na esfera do turismo em Minas Gerais. E a abordagem da Gestão Responsável se faz sensível às fragilidades e complexidades da governança local e global, dos Circuitos e Estado, respectivamente.

A Gestão Responsável do Turismo, como ponderado anteriormente, subentende a autogestão como base do desenvolvimento e o Estado como um instrumento facilitador e, suas formas e instrumentos de governo serviriam como um alicerce para Gestão Responsável.

A evolução da governança e os legados de sua trajetória culminaram e continuam instigando novas formas de governar, o que preconizava anteriormente a perspectiva do global, hoje apresenta um olhar para o local. A Gestão Responsável agrega os valores locais em direção aos valores regionais, para se inteirar ao “global”. Ou seja, a relevância das inter-relações e das instâncias, no âmbito público-privado, terceiro setor, e as demais camadas adjacentes das sociedades (grupos, comunidades tradicionais, agentes sociais, etc.) são consideradas em todo processo de governança, sobretudo a sua responsabilidade, reconhecendo suas atribuições, posicionamento local e sociedade a qual está inserido.

A aceitação e aparecimento destes novos agentes são a essência da governança local. Cada um se torna responsável por um papel na forma de governar. A Gestão Responsável parte desse pressuposto. A valorização dos agentes e suas responsabilidades, oportunizando a autogestão e mudança de posicionamento frente às fragilidades e possibilidades de cada território, tornam-se os fundamentos desse processo.

Em suma, o turismo e seu dinamismo como fenômeno social, e enraizado territorialmente, necessita de um novo pensamento e fazer holístico, que recorra ao valor turístico¹⁴, à potencialidade e utilização sustentável de recursos locais¹⁵, ao diálogo entre os elementos internos e externos (política, economia, cultura, signos, conhecimento, tecnologia, local-regional e global, etc.).

Esta possibilidade é cabível aos preceitos da Gestão Responsável do Turismo, pois implica em todos esses elementos, e promove a autogestão, percorrendo as iniciativas locais, as demais instâncias da sociedade, e tendo o Estado como apoiador e facilitador do desenvolvimento. Desse modo, o poder público não se posiciona como patriarca e gerenciador do poder, mas como colaborador dentro de um ciclo ou sistema de agentes do processo de desenvolvimento responsável do turismo.

O posicionamento da governança tradicional se amparava pelas bases liberais que conduziam a mercantilização das políticas em diversos países, sob o discurso desenvolvimentista. Não atentava para as especificidades e demandas locais de cada país, engendrando em uma política global e neutra, que reduzia o potencial e as necessidades endógenas, e excluía a possibilidade de autonomia e governança local.

¹⁴ O valor turístico é o resultado do processo de transformação de valores concebidos pelas relações sociais em determinado espaço, por meio do processo de chancelamento em direção a economia sustentável, ou seja, são a cultura, política, esporte, os negócios, a saúde, a religião, a estética, a ética, o modus vivendi, o ser humano, e os meios urbano, rural e natural, bem como os produtos ali oriundos são convertidos em valores turísticos, seja intencionalmente por meio de uma relação de produção mercantil, ou não. (LEMOS, 2005, p. 164)

¹⁵ Infraestrutura, acesso, recursos políticos e financeiros, elementos ambientais, culturais e humanos etc.

Observa-se que a sociedade tem reagido constantemente às formas de governar, em busca de meios menos impactantes negativamente e de maneira mais participativa. O turismo tem acompanhando este processo, e vem se moldando às diversas possibilidades, principalmente, sob a visão da sustentabilidade que ainda não agregava todos os problemas, inclusive de como gerenciar e quem é responsável pelo processo ou alcance dessa sustentabilidade.

Tendo em vista esta lacuna, a Gestão Responsável do Turismo vem preencher também estas fragilidades e trazer um novo pensamento sobre indivíduos, seja ele turista, governo, sociedade privada, comunidade e seu papel neste processo de gestão e desenvolvimento, a caminho da integração, participação, auto e cogestão, pautada em uma nova governança que tem como principais atores congregados os Circuitos Turísticos.

CIRCUITOS TURÍSTICOS: POLÍTICA DE MINAS GERAIS

A política de Circuitos Turísticos no Brasil foi inspirada no modelo de política de descentralização e regionalização francesa. Segundo Oliveira (2008), o sistema de regionalização do turismo na França se baseia na divisão de competências entre as instâncias de governo e a proposta de descentralização das funções administrativas entre os mesmos, e é regida pelo Código do Turismo, que reúne as principais leis e decretos destinados ao tema.

As competências são divididas entre entidades governamentais, Estado, Região e Municípios que atuam nas políticas públicas de turismo. Entretanto, o maior enfoque é dado aos conselhos ou comitês, que são os principais atuantes na formação e implementação das políticas em âmbito local. Os Comitês Departamentais de Turismo (CDTs) são associações que participam da organização do turismo no território francês. Oliveira (2008, p. 65) descreve as competências de um CDT como:

[...] assegurar, em nível departamental, a elaboração, promoção e comercialização de produtos turísticos com a colaboração dos profissionais e os organismos referentes à atividade turística, além de garantir o pleno funcionamento da estrutura turística local. Já as ações de divulgação do departamento em âmbito internacional, devem ser feitas em conjunto com o Comitê Regional do Turismo no qual pertence o CDT.

Os CDTs desenvolveram a política de turismo para o território pautado na criação de roteiros e divulgação expressiva dos mesmos para turistas nacionais e estrangeiros. Uma das propostas era a organização dos roteiros em *circuits*, que são roteiros turísticos temáticos que reúnem os principais atrativos em regiões próximas, semelhantes ou não. Para a estruturação da política de regionalização brasileira de circuitos turísticos foram reunidas características do modelo francês dos CDTs, adaptando-o às necessidades do Estado, influenciada pela marcante figura do poder municipal existente no Brasil.

Em Minas Gerais, a ideia da concepção dos Circuitos Turísticos veio da necessidade de desenvolver o potencial do Estado nesse setor. Com intuito de gerar oportunidades aos municípios, estes passariam a explorar as suas potencialidades,

contribuindo para a diversificação dos atrativos e melhoria da infraestrutura turística da região.

Em 2001, o Estado de Minas Gerais lançou uma política de turismo para estimular a criação de circuitos turísticos. O governo estadual já havia percebido sobre a importância de articular regionalmente para a expansão do número de produtos turísticos oferecidos pelo Estado e para aumento da taxa de permanência do turista. Fundamentada em uma política voltada para a regionalização e descentralização das decisões, a SETUR-MG passou a organizar Oficinas Participativas, que tinham por objetivo discutir a atividade turística e a importância da regionalização como instrumento de desenvolvimento turístico com o poder público e a comunidade local (BOLSON, 2004 apud BOLSON, 2008, p. 73)¹⁶. Assim:

A proposta dos Circuitos Turísticos foi lançada e construída de forma participativa. A sua implementação também se deu da mesma forma. Ficou a cargo dos municípios a decisão de participar ou não do processo. Os municípios interessados passaram então a se reunir para discutir a melhor forma de organização.

Pela proximidade entre determinados municípios e as suas afinidades, apesar de algumas diferenças, esse associativismo constituído por meio do Circuito significava novas possibilidades em relação ao desenvolvimento turístico municipal e regional. A orientação principal retratava a atração fluxo de turistas para a região e estimular um maior tempo de permanência no destino, gerando um movimento do comércio local e os serviços turísticos.

Atualmente, os Circuitos Turísticos mineiros são estabelecidos por livre iniciativa de municípios próximos, incentivados pela SETUR-MG.

CIRCUITO TURÍSTICO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DO CIPÓ

Para compreender o posicionamento do Circuito Turístico do Parque Nacional da Serra do Cipó, torna-se necessário a compreensão de alguns fatos sobre o Parque e suas implicações na criação do Circuito, sendo esse o principal elo de integração dos municípios.

O Parque Nacional da Serra do Cipó foi criado com objetivo de proteger as nascentes do Rio Cipó, a fauna e flora diversificada e as intensas ações antrópicas. Seu processo de criação iniciou na década de 1970 com o pleito para a criação de um parque de proteção ambiental para a região da Serra do Cipó, sendo criado no ano de 1978, pelo Governo Estadual. No entanto, o Estado não detinha o recurso para negociar as desapropriações e a área foi transferida para jurisdição do Governo Federal, que com o auxílio do extinto Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) conseguiu desapropriar 40% das terras para a criação do Parque Nacional da Serra do Cipó, em 25 de setembro de 1984.

A partir da década de 1990, com o aumento do fluxo de turistas e divisas na região, iniciou-se por parte dos administradores locais o processo de apropriação do nome “Serra do Cipó”. O município de Jaboticatubas, com a justificativa de deter em seu território maior parte de áreas do Parque e do Rio Cipó, lançou materiais de

¹⁶ OLIVEIRA, Rafael Almeida de. Descentralização: Um paralelo entre os Circuitos Turísticos de Minas Gerais e o modelo francês de regionalização. Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <<http://bhturismo.files.wordpress.com/2009/03/monografia-circuitos-turisticos-e-franca.pdf>>. Acesso em: 2 mai. 2013.

divulgação utilizando o nome “Serra do Cipó” e da mesma maneira, Conceição do Mato Dentro também se lançou como “Circuito Serra do Cipó”. Essa disparidade de nomes e marcas levava o estranhamento e confusão sobre o que seria a Serra do Cipó por parte de moradores, turistas e até para os gestores (ROCHA, 2011, p. 37).

Por meio do Programa de Regionalização do Turismo no Estado de Minas Gerais foi criada a AMPASC¹⁷. Atuante desde 2002, tem como objetivo desenvolver o turismo local como vetor de crescimento econômico e cultural. É uma associação sem fins lucrativos que recebe contribuições do poder público, ou seja, das prefeituras que compõem o quadro de afiliados (ROCHA, 2011, p. 16.). A associação aparece como um meio de instituir elementos da gestão responsável, qual seja: elaboração de instrumentos normativos; instituir padrões de articulação e cooperação; buscar transformações positivas em direção ao desenvolvimento da região.

¹⁷ Associação dos Municípios Parque Nacional da Serra do Cipó que abrange seis municípios de Minas Gerais: Conceição do Mato Dentro, Dom Joaquim, Jaboticatubas, Nova União, Santa Maria de Itabira e Santana do Riacho.

Ainda de acordo com Rocha (2011), o Circuito Serra do Cipó organiza o turismo local por meio de quatro linhas de atuação que são: o fortalecimento das relações intermunicipais; a indução à capacitação dos prestadores de serviços ao turista; o incentivo à profissionalização da gestão pública do turismo pelos municípios e a definição de projetos estratégicos de indução de fluxo turístico que viabilizem os investimentos privados e, ao mesmo tempo, valorizem os aspectos culturais e naturais da região. Essas ações demonstram o início da instituição de ações de gestão responsável.

A principal função do Circuito é promover a integração entre os municípios participantes, agir como intermediário na relação entre instituições de turismo em âmbito público e privado, contribuindo na implementação das ações. Além de promover a sensibilização cotidiana da importância do turismo para as localidades. A missão da instituição é “ser o indutor do desenvolvimento regional tendo o turismo como principal vetor, respeitando as três dimensões da sustentabilidade (econômica, sócio-cultural e ambiental), por meio da criação de uma identidade regional e integração contínua entre estes municípios” (ROCHA 2011, p. 31).

RESULTADOS PRELIMINARES

Inicialmente, a pesquisa constituiu-se em um resgate histórico-documental, das ações desenvolvidas pelo Circuito, durante seus 10 anos de existência, analisando os documentos desde sua criação até a gestão de 2012. Esta análise documental se deu a partir da leitura de dados primários, tais como: atas, relatórios, plano de ações, dentre outros, que culminou na construção de parâmetros cruciais para avaliar a integração e cooperação dos membros e da própria gestão do Circuito Turístico Parque Nacional Serra do Cipó.

Foram elencados vinte parâmetros, que serviram de base para compreender a estrutura do Circuito, bem como o nível de integração dos membros e gestores locais do mesmo. A planilha de parâmetros, fundamentada, sobretudo nas atas está classificada em cinco (5) categorias consideradas primordiais e facilitadoras para a sistematização e organização dos dados coletados e analisados, sendo: data/ano da ata; teor da discussão; consenso; impressões e observações. Sendo assim, cada parâmetro foi avaliado a partir da categorização apresentada no quadro a seguir:

PARÂMETRO	CONCLUSÕES
Estrutura	Ênfase na necessidade de integração entre os membros;
Estatuto e Regimento	Valorização e legitimação do Circuito
Eleições e Conselhos	Alta representatividade dos membros e unicidade nas decisões
Mudança de Membros	Oscilatória, entretanto vê-se que nas decisões há um forte nível de integração.
Inclusão-Saída de Municípios	A alta rotatividade de municípios pode afetar o andamento de projetos.
Questões Financeiras	Importância da contribuição financeira e o destino dos valores repassados.
Certificação	Processo que facilitou a ampliação de projetos e demais ações junto ao Estado.
ICMS	Falta de empenho no cumprimento de requisitos para angariar fundos a fim de colocar em prática ações do Circuito ou que favoreçam o desenvolvimento da atividade turística e, conseqüentemente, influenciem o todo;
COMTUR	Existência de mobilização com a comunidade local, embora permaneça a necessidade de melhorar a atuação dos conselhos de turismo.
FUMTUR	Envolvimento dos representantes do município em órgãos contribuintes ao desenvolvimento do Circuito.
Projetos e Programas	No geral apresentam forte cunho social, cultural e ambiental.
Associações	Proposta de formar associações que organizem de forma cooperativa a produção rural-artesanal atrelada ao turismo
Ações de Marketing	Contribuíram para impulsionar e consolidar a região da Serra do Cipó
Planos	Maioria é baseada em decisões prioritárias do Circuito
Parcerias	Participação dos integrantes no apoio as ações do Circuito
Captação de Recursos	A maioria provindos da SETUR-MG.
Eventos	Necessidade de maior visibilidade aos eventos locais.
PNSC	Prioridade da SETUR no recebimento dos investimentos ampliando a estrutura do local, para o projeto Parques Copa.
Mineração e Questões Ambientais	Preocupação da mineração como atividade ameaçadora para o turismo, entretanto discute a medida compensatória como um possível mediador de conflito e oportunidade de captar recursos.
Conflitos	Em geral, tem-se a insatisfação de prestação de serviços e descontinuidade dos mesmos.

Quadro 1. Parâmetros de análise.

Fonte: Elaboração própria.

A partir dessa estrutura, foi constatado que a gestão do Circuito Turístico Serra do Cipó apresentou fases diversas e níveis diferentes de integração entre os membros no decorrer dos anos. Isso demonstra uma fragilidade expressiva no principal fundamento da gestão responsável, ou seja, a integração e cooperação. Cada parâmetro trouxe um reflexo das correlações, corresponsabilidades, decisões, entraves e outros, entre os membros. Nota-se uma diferenciação ao longo dos anos, devido ao processo de estruturação, gestão, legitimação da entidade, mobilização, sensibilização e envolvimento dos participantes.

Tendo em vista o nível de integração e articulação dos membros em cada parâmetro, ratificou-se que o Circuito no contexto geral foi adquirindo uma maior integração ao longo de sua gestão. No início da entidade, os membros se mobilizaram em busca de uma melhor estruturação, além de conquistar parceiros e municípios interessados. Nesta fase, verificou-se um nível de integração alto, uma vez que ocorreu a aceitação dos municípios e constituição dos membros.

Até a gestão de 2004 o posicionamento do Circuito em relação à integração oscilava, no que concerne, principalmente: ao envolvimento do Parque Nacional da Serra do Cipó, no qual sua gestão era distante do Circuito; à questão da mineração que comprometeu a atividade turística em alguns dos municípios; à baixa qualidade da oferta hoteleira de alguns membros; ao afastamento de certos municípios com relação às atividades do Circuito neste ano; à cobrança de pagamentos de mensalidades dos municípios, dentre outros. Denotam divergências e queda no nível de integração dos membros do Circuito, mesmo com o constante alerta dos diretores e gestores durante as reuniões acerca da importância da integração dos municípios e meios para a sinergia das ações e membros¹⁸.

¹⁸ Análise extraída do Relatório de Parâmetros, 2012.

A partir do ano de 2005, o Circuito recebe a certificação. Neste momento o posicionamento dos membros e da instituição acerca da integração se intensifica, pois o reconhecimento fortaleceu as relações dos municípios com o Circuito, estreitou laços com Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais, viabilizou incentivos institucional e financeiro para execução de projetos do Circuito e promoção do destino Serra do Cipó¹⁹.

¹⁹ Análise extraída do Relatório de Parâmetros, 2012.

No ano de 2007 o Circuito tinha o SEBRAE e SENAI como parceiros, e juntamente investiam em ações de promoção como *benchmarking*, visitas técnicas

em outros estados, projetos de curso de capacitação e profissionalização dos prestadores de serviços ao turista e gestores públicos, respectivamente. Foi o momento em que a entidade apresenta uma estrutura consolidada, e busca por meio de ações, a articulação do mercado regional e nacional. Ao passo disso, ocorreu a contratação de uma consultoria para a elaboração de estudo de mercado, plano estratégico e plano negócios²⁰.

Em 2009 o Circuito passa por uma reestruturação, sobretudo no setor administrativo. Nota-se a necessidade de mudanças em decorrência de um novo momento. Assim, algumas questões deviam ser reconsideradas e outras retomadas. Dessa forma, houve modificações no Estatuto, no valor e forma de pagamento das mensalidades, além da apelação das formações dos COMTURs²¹ e FUMTUR²², incentivo da participação da iniciativa privada nas ações do Circuito, possibilidade de pleitear o ICMS Turístico²³, reaproximação da gestão do Parque Nacional da Serra do Cipó com o Circuito, priorização nas ações de marketing do Circuito, consolidação de convênios e parcerias como a ROTA - Rede Organizada para um Turismo Auto-Sustentável. O Circuito neste momento contemplava um *know-how* do mercado turístico, o que possibilitou desenvolver ações mais direcionadas ao turista específico que visita a região da Serra do Cipó, como a formalização do site, a criação da marca e projeto de roteirização da Serra do Cipó²⁴. Esse novo arranjo, demonstra iniciativas claras de autogestão, porém, essas ainda não estão consolidadas.

Nos anos seguintes, o Circuito permanecia com uma gama de projetos e continuidade dos já existentes. Esse foi um momento de grande visibilidade e, outros municípios se interessam na integração ao Circuito, pois avistaram oportunidades, em decorrência do favorecimento do financiamento de projetos, devido aos repasses da SETUR. Mesmo o Circuito adquirindo as vantagens e voltando suas ações para o mercado regional, manteve-se atento às necessidades locais, como no ano de 2010 desenvolveu o curso de sensibilização do turismo nos municípios, para que a comunidade local faça parte do processo da atividade turística, ainda neste mesmo ano a entidade recebe a premiação de Casos de Sucesso do Ministério do Turismo, na categoria Planejamento e Gestão do Turismo Regional, como reconhecimento de uma gestão integrada, que incentivava os gestores públicos, comunidade e iniciativa privada a se engajarem no desenvolvimento do turismo de suas regiões. Sendo assim, ratificou-se que o nível de integração se elevava desde 2007, e que após o ano de 2010 o nível se mantinha, pois o Circuito continuou na mesma linha de ação e segundo os relatos das atas nota-se um consenso nas decisões e raros conflitos²⁵.

Nos demais anos até a gestão atual do Circuito, ocorreram mudanças de membros, os projetos continuaram, outros finalizaram e surgiram novas propostas como o de estruturação de turismo rural na região da Serra do Cipó e formação de cooperativas e associações de produtores rurais, além de outros projetos como o Enduro e o mais recente projeto Parques Copa, que objetiva a estruturação de 27 unidades de conservação para o recebimento de turistas durante o evento da Copa de 2014, sendo o Parque Nacional da Serra do Cipó foi um dos selecionados²⁶.

Importante ressaltar o olhar abrangente adotado pelo Circuito, uma vez que se volta para as necessidades e vantagens locais, com vistas ao mercado regional, mas também ao mercado nacional e internacional. Sendo assim, tem-se um nível de integração contínuo entre os membros, inclusive um maior envolvimento

²⁰ Análise extraída do Relatório de Parâmetros, 2012.

²¹ O COMTUR - é uma instância de planejamento participativo nas gestões locais, constituído como um fórum deliberativo no tema turismo. Busca consolidar parcerias e proporcionar, o envolvimento e o comprometimento dos mais variados setores socioeconômicos do município no fomento da atividade turística. Disponível em: <<http://www.fumtur.com.br/index.php?p=co&i=22>>. Acesso em 20 abr. 2013.

²² O FUMTUR está atrelado ao Conselho (COMTUR), servindo como instrumento de captação de recursos para viabilizar projetos e linhas de ações propostas pelo mesmo. Disponível em: <<http://comtursv.blogspot.com.br/2013/01/o-fundo-municipal-de-turismo-fumturtem.html>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

²³ O ICMS Turístico surgiu com base na alteração da Lei 18.030/2009 (nova Lei Robin Hood) a fim de promover o patrimônio turístico das cidades de Minas Gerais. É uma forma de incentivar os municípios ao investimento e melhoria dos serviços, infra-estrutura, capacitação de mão-de-obra local, conservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental, proporcionando o desenvolvimento sustentável da atividade. Disponível em: <<http://mgmtm.tempsite.ws/patrimonio-cultural/icms-turistico.php>>. Acesso em: 16 abr. 2013.

da gestão do Parque devido ao projeto Parques Copa.

Por fim, constatou-se, a existência de integração entre os membros, entretanto, em certos parâmetros e em certas gestões percebem-se oscilações, sobretudo nos anos de 2002 a 2004 e de 2005 em diante. Mas em um contexto geral, diante desta análise empreendida, pode-se afirmar que o Circuito tem uma gestão integrada e participativa, sob um viés da Gestão Responsável.

Em suma, a análise supracitada resultou em três produtos preliminares gerados pela equipe do projeto: a confecção da planilha agregando indicadores de autogestão e gestão responsável, e do relatório dos parâmetros; a apresentação dos resultados iniciais pelo grupo de pesquisa do projeto, durante a participação de uma das reuniões do Circuito e a apresentação de dois trabalhos acadêmicos no XV Encontro de Extensão da Semana do Conhecimento e Cultura da UFMG 2012.

Após a concepção dos elementos mencionados, foi elaborado um sumário executivo dos municípios pertencentes ao Circuito. Tal documento reúne o levantamento das informações gerais dos municípios que pertencem ao circuito, categorizadas por oito dimensões: socioespacial, histórica, econômica, ambiental, cultural, política e mercadológica do turismo. Além da elaboração da grade de produtos²⁷ sistematizada nas potencialidades de cada município conforme a oferta dos recursos²⁸ e produtos dos mesmos. O diagnóstico abrange, também, a análise SWOT²⁹ de cada município apontando as forças, fraquezas, ameaças e oportunidades. Que em sua maioria os municípios dispõem de um grande potencial para o ecoturismo e em menor escala para o turismo cultural e rural; no que tange às fraquezas, apresenta-se a questão da pouca infraestrutura e acesso precário aos atrativos; nas ameaças indica-se a atividade mineradora e as fragilidades políticas locais e nas oportunidades a facilidade de se associarem devido ao trabalho conjunto e cooperado existente na região.

Dessa forma, o documento fornece o primeiro diagnóstico de forma sucinta abarcando as principais características dos municípios, auxiliando na continuidade das próximas ações do projeto, como pesquisa de campo e cruzamento das informações obtidas pós-campo e conjuntamente com a análise dos diagnósticos e ao final do projeto a elaboração e execução de estratégias junto a AMPASC e os municípios da região da Serra do Cipó para o desenvolvimento da atividade turística nos municípios da Gestão Responsável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto pretende unir planejamento e gestão, que por muito tempo estiveram dissociadas no curso de Turismo, criar produtos e projetos da gestão responsável para os municípios, além de fomentar a participação de todos de forma igualitária na atividade turística. Sendo assim, a temática mostra-se relevante como forma de favorecer o desenvolvimento integrado do turismo. Configura-se como fonte de registro documental e histórico do Circuito e instrumento colaborador na gestão do mesmo.

²⁴ Análise extraída do Relatório de Parâmetros, 2012.

²⁵ Análise extraída do Relatório de Parâmetros, 2012.

²⁶ Análise extraída do Relatório de Parâmetros, 2012.

²⁷ Apresentado no Sumário Executivo, 2012.

²⁸ Recurso é entendido segundo a definição de Chias (2007) como um conjunto de atrativos do território, a identificação dos recursos é considerada a primeira etapa do processo do planejamento estratégico de marketing turístico de uma localidade.

²⁹ O termo SWOT é uma sigla em inglês, que representa um acrônimo de Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats). A Análise SWOT é um sistema simples que tem por objetivo verificar a posição estratégica da empresa no ambiente em questão. A análise se divide em Ambiente Interno, composto pelos itens Forças e Fraquezas; e Externo, relacionado às Oportunidades e Ameaças. A partir dessa divisão é possível estabelecer aquilo que é de responsabilidade da empresa/território, e o que é uma antecipação do futuro, ou seja, o que se pode traçar a

Nota-se com a oportunidade deste projeto, a discussão de governança relacionada ao turismo, tema incipiente no debate teórico, e intrínseco para construção das políticas públicas de turismo no país. Dessa forma, o tecer destas reflexões puderam trazer a conectividade e influências do contexto histórico da governança no seu contexto global ao local na Política de Circuitos Turísticos em Minas Gerais, e até que ponto se faz legítimo o discurso à prática. Entende-se que os Circuitos Turísticos e sua lógica são condizentes com a nova governança, e se subjaz à AMPASC, como forma de governar, sobretudo pela integração percebida dos membros, que se faz consonante à abordagem de Santos (1997), ao afirmar sobre a rede social e governar não somente ao aparelhamento do Estado.

Ainda neste contexto, percebe-se uma mobilização inerente, coesão e protagonismo de alguns membros da AMPASC durante a gestão de 2012, sendo estes elementos fundamentais para o caminho da autogestão e Gestão Responsável do Turismo. Entretanto, a nova gestão de 2013, por questões políticas, novas oscilações são percebidas, por meio da entrada e saída dos municípios, sendo este um entrave significativo da gestão do turismo, e sobretudo da Gestão Responsável que tem como objetivo assegurar por meio de instrumentos a não ocorrência dessas fragilidades.

Observa-se que o Circuito Turístico do Parque Nacional da Serra do Cipó, na tentativa de garantir uma gestão responsável, tenta gerir seus recursos (financeiros, de pessoas, administrativos e outros), por meio de parcerias, pela Secretaria de Turismo do Estado de Minas Gerais, pela contribuição dos membros, e setor privado, obtendo a transparência da aplicabilidade de cada recurso. Vale ressaltar que por meio deste projeto a Universidade estabeleceu uma parceira com AMPASC com importantes frutos, desde oportunidades para vivência de estágio profissional a apoio e participação nos eventos do Circuito, mas sobretudo fortalecendo a extensão universitária.

A continuidade do projeto está prevista para o ano de 2014, com recursos provenientes do MEC, e intenciona acompanhar de perto, os municípios menos estruturados, visando contribuir de modo profícuo com a elaboração de instrumentos normativos e principalmente na integração desses com o circuito e atenção às suas especificidades.

Por fim, este trabalho representa uma proposta de análise crítico-reflexiva acerca da compreensão da gestão do Circuito e seu funcionamento, bem como seus envolvimento com os membros e demais atores que fazem parte do processo. Todo este estudo resultou na proposição de estudos analíticos e coesos com a realidade do objeto de estudo, a fim contribuir para que a entidade possa realizar uma gestão sob os parâmetros de responsabilidade, e que este estudo possa ser replicado em outros Circuitos Turísticos de Minas Gerais, de forma flexível que corresponda à realidade e especificidades de cada Circuito.

REFERÊNCIAS

A análise SWOT como ferramenta de gestão estratégica. Disponível em: <<http://www.superempreendedores.com/empreendedorismo/a-analise-swot-como-ferramenta-de-gestao-estrategica>>. Acesso em: 16 abr. 2013.

BOLSON, Jaisa H. Gontijo. Circuitos turísticos de Minas Gerais – Modelo de Regionalização. Belo Horizonte: **Revista Turismo**, 2004. Disponível em: <<http://www.revistaturismo.com.br/artigos/minasgerais.html>>. Acesso em: 3 maio 2013.

BOLSON, Jaisa H. Gontijo; ÁLVARES, Lucia Capanema. **Descentralização e democratização da gestão pública**: a implantação dos circuitos turísticos em Minas Gerais. Belo Horizonte, 2005. Disponível em: <<http://andersonufrn.googlepages.com/planejamento-turistico-mg.pdf>>. Acesso em: 3 maio 2013.

CHIAS, Josef. **Turismo**. O negócio da Felicidade. Desenvolvimento e marketing turístico de países, regiões, lugares e cidades. São Paulo: Senac. 2007.

COMTUR. Disponível em: <<http://comtursv.blogspot.com.br/2013/01/o-fundo-municipal-de-turismo-fumtur-tem.html>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

DANIEL, Roberto Francisco. **Responsabilidade como expressão de uma existência dialogal**. Bauru, 2003. Disponível em: <http://bdjur.stj.jus.br/xmlui/bitstream/handle/2011/42256/Responsabilidade_como_Express%C3%A3o_de_uma_Exist%C3%Aancia_Dialogal.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 abr. 2013.

FARIA, J. H. **Relações de poder e formas de gestão**. Criar/FAE, Curitiba. 1985.

FUMTUR. Disponível em: <<http://www.fumtur.com.br/index.php?p=co&i=22>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

GONÇALVES, Alcindo. Conceito de governança. **XIV Encontro do Conpedi**. Fortaleza. 2005. Disponível em: <<http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/XIVCongresso/078.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

LE MONDE DIPLOMATIQUE, Paris, Fevereiro de 2001. Versão italiana: “Una nuova condizione umana. Gli smarrimenti dell’individuo-soggetto”. *Le Monde Diplomatique/Il Manifesto*, Fevereiro de 2001. Disponível em: <http://www.ilmanifesto.it/MondeDiplo/Le_Monde-archivio/febbraio-2001/01021m22.01.html>.

LE MOS, Leandro. **O valor turístico na economia da sustentabilidade**. São Paulo, Aleph, 2005.

MAGALHÃES, Claudia Freitas. **Diretrizes para o turismo sustentável em municípios**. São Paulo: Roca, 2002.

MARANHÃO, Tatiana de Amorim. **Governança mundial e pobreza**: do Conselho de Washington ao consenso das oportunidades. São Paulo. 2009.

MINAS GERAIS. Decreto-lei n°. 43.321, de 8 de maio de 2003. Dispõe sobre o reconhecimento dos Circuitos Turísticos e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.descubraminas.com.br/media/upload/download/93.doc>> Acesso em: 3 maio 2013.

_____. Decreto-lei n° 90.223, de 25 de setembro de 1984. Cria, no Estado de Minas Gerais, o PARQUE NACIONAL DA SERRA DO CIPÓ e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/serra%20do%20cipo.pdf>>. Acesso em: 1 maio 2013.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/promocao_comercializacao/presstrips.html>. Acesso em: 21 abr. 2013.

MGTM - Patrimônio Cultural. Disponível em: <<http://mgtm.tempsite.ws/patrimonio-cultural/icms-turistico.php>>. Acesso em: 16 abr. 2013.

OLIVEIRA, Rafael Almeida de. **Descentralização: um paralelo entre os Circuitos Turísticos de Minas Gerais e o modelo francês de regionalização**. Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <<http://bhturismo.files.wordpress.com/2009/03/monografia-circuitos-turisticos-e-franca.pdf>>. Acesso em: 2 maio 2013.

OLIVEIRA, Sérgio Domingos. FONTONA, Rosilene de Fátima. **Turismo responsável: uma alternativa ao turismo sustentável? IV SeminTUR – Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL**. Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, RS, Brasil. Julho de 2006.

ROCHA, Adriana Moreira. **O posicionamento e a gestão de circuitos turísticos: o caso do Circuito Serra do Cipó**. Belo Horizonte, 2011.

SALVATI, Sérgio (Org.). **Turismo responsável – manual para políticas públicas**. Brasília, DF: WWF Brasil, 2004.

SANTOS, Maria Helena de Castro. **Governabilidade, governança e democracia: criação de capacidade governativa e relações executivo-legislativo no Brasil. Pós-Constituinte**. Dados, v. 40, n. 3, Rio de Janeiro. 1997. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000300003>>. Acesso em: 21 abr. 2013.

WORLD BANK. 1992. **Governance and development**. Washington, DC: The World Bank. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/1992/04/440582/governance-development>> Acesso em 21 de Abril de 2013.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

OLIVEIRA, Ana Paula Guimarães Santos de; PEREIRA, Joyce Kimarce do Carmo; SILVA, Keila de Freitas da; LOCKMANN, Natane Vieira; SILVA, Sílvia da Costa. **Perspectivas do Projeto Gestão Responsável do Turismo no Circuito Turístico do Parque Nacional da Serra do Cipó/Minas Gerais. Extramuros**, Petrolina-PE, v. 1, n. 2, p. 123-138, ago./dez. 2013. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Redação técnica do boletim de atendimento: resultados do curso de extensão para o Serviço Voluntário de Resgate

Renata dos Santos¹
Maria Elizabete Villela Santiago²

¹ Docente dos cursos de Engenharia da Universidade Federal de Itajubá - campus Itabira. E-mail: renatasantos@unifei.edu.br

² Leciona Língua Inglesa e Metodologia Científica da Pesquisa na Universidade Federal de Itajubá, campus Itabira. E-mail: elizabetesantiago@unifei.edu.br

RESUMO

A função central do processo de interlocução é a comunicação, cuja condição é a ação de linguagem. Essa interação comunicativa ocorre a partir do lugar social dos interlocutores e do objetivo da interação. Dessa forma, o gênero do discurso deve ser adequado e os coenunciadores se conhecerem para produzir a resposta esperada. O objetivo deste artigo é apresentar os procedimentos e resultados de um projeto de extensão desenvolvido para voluntários do Serviço Voluntário de Resgate de João Monlevade (Sevor) em Minas Gerais. A proposta foi desenvolvida, de 04/10 a 06/12/2011, em um curso de 20 horas. A finalidade do curso foi apresentar subsídios para que voluntários do Sevor preenchessem corretamente os Boletins de Atendimento (BAs) que utilizavam cotidianamente para descrever informações de incidentes ocorridos com e sem vítima fatal. Encerradas as atividades, percebeu-se o aprimoramento da escrita, monitorada ao longo das atividades práticas e das avaliações ao longo do curso.

Palavras-chave: Atividade de Extensão; Aprimoramento; Redação Técnica; Boletim de Atendimento; Sevor.

ABSTRACT

Rescue report technical writing: results of the extension course for volunteer road rescue staff

The central function of the interaction process is communication, which is essentially materialized through language action. This communicative interaction occurs from the interactants' social place and purpose of the interaction. For this process to succeed, it is necessary that the speech genre be appropriate and the cointeractants know each other to produce the expected response. Thus, the aim of this paper is to present the procedures and results of an extension project developed for Voluntary Road Rescue Staff of João Monlevade city (Sevor) in Minas Gerais state. The proposal was developed through a 20-hour course from October 10th to December 6th, 2011. The purpose of the course was to introduce subsidies for Sevor volunteers to properly fill the Rescue Reports used daily to describe information about incidents with and without fatality. Monitoring of the practical activities and assessments developed throughout the course indicated an improvement of writing.

Keywords: Extension Activity; Improvement; Technical Writing; Rescue Report; Sevor.

INTRODUÇÃO

O processo interlocutório (quando o homem interage em sociedade) tem interferência de fatores como ambiente, momento, interlocutores, modalidades, circulação, incorreções gramaticais dentre outros. Na verdade, a estrutura da enunciação é determinada pela situação e meio sociais haja vista que ocorre a interação entre dois seres socialmente organizados. Isso mostra que a função central dessa interação verbal é a comunicação, cuja condição necessária é a interação dialógica entre os interlocutores, isto é, a ação de linguagem, a qual tem a produção comunicacional influenciada pelas representações sociais.

Destaca-se que tais influências se referem, no momento da situação comunicacional, aos interlocutores, ao ambiente, à interação entre os envolvidos, ao conhecimento prévio destes em relação ao contexto, ao objetivo da interação, enfim, a diversos fatores que contribuem para uma interlocução que tem como foco principal a produção da resposta esperada.

Diante disso, reforça-se que o processo de comunicação está propício a ruídos diversos, os quais impedem que a interação dialógica entre os interlocutores ocorra da forma esperada, ou seja, que haja produção de sentido quanto à mensagem socializada. Assim, sabendo que o ruído físico (incorreção gramatical) é um elemento que pode complicar a interlocução, foi realizado um curso de extensão, cujo objetivo principal foi propiciar aos voluntários do Sevor o aprimoramento da redação técnica utilizada durante a elaboração do BA, utilizado para descrever informações acerca de incidentes ocorridos com e sem vítima fatal.

O curso de extensão iniciou-se em 04/10 e encerrou-se em 06/12/2011, perfazendo um total de 20 horas, cujas aulas práticas e teóricas tiveram a finalidade de apresentar subsídios para que os voluntários do Sevor pudessem preencher corretamente os BAs que utilizavam no cotidiano de seu ato voluntário, aprimorando a redação técnica. Além disso, as atividades realizadas tiveram como base a seguinte ementa: estruturas dissertativa e descritiva do BA; uso da linguagem impessoal; termos técnicos de uso necessário no BA; correção gramatical; abordagem e atendimento a não falantes de português.

A justificativa principal e o argumento mais forte para o desenvolvimento deste curso estão na apresentação da interação dialógica como mediadora entre os homens e suas realidades natural e social, levando-se em consideração que a comunicação escrita eficaz é um dos fatores com interferência direta no processo interlocutório. Para isso, reforçam-se, principalmente, como embasamento teórico, as características e importância dos diversos gêneros adequados a cada situação comunicacional (BAKHTIN, 1997), os estudos linguísticos imprescindíveis à interação dialógica (BENVENISTE, 1989), as técnicas utilizadas para a adequada comunicação escrita (BLIKSTEIN, 2004) e a produção de sentido presente no discurso interacional escrito (SAUTCHUK, 2003).

Enfim, o curso se justificou a partir do momento em que buscou contribuir com o aprimoramento do discurso escrito dos sujeitos (voluntários do Sevor) que, em muitas situações, apresentam dúvidas para estruturar adequadamente o BA que cotidianamente utilizam. Foi, ainda, importante, porque a orientação sobre a

forma correta de escrita desse gênero versou acerca do prejuízo da redação inadequada em processos judiciais.

INFORMAÇÕES SOBRE O SEVOR

A ONG Sevor, entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, e constituída por voluntários que trabalham em parceria com o Corpo de Bombeiros e as Polícias Militar, Civil e Rodoviária Federal, foi criada oficialmente em 4 de novembro de 2000 com o intuito de suprir uma carência da região do Médio Piracicaba: socorrer vítimas de traumas causados por acidentes, em especial nas rodovias BR 262 e 381 e em cerca de 16 municípios em um raio de 60 km, cujo ponto de referência é João Monlevade (MG).

O principal objetivo e lema da entidade é “Salvar vidas” (SEVOR, ca. 2011), para o que apresentam como objetivos específicos: prestar conforto e cuidados pontuais às vítimas de acidentes durante o atendimento pré-hospitalar a fim de amenizar e prevenir possíveis sequelas; apresentar ações conscientizadoras à população por meio de palestras e debates de temas diversos (prevenção de acidentes, primeiros socorros e direção defensiva, por exemplo); promover a cidadania; e incentivar outros setores da sociedade a participarem para atendimento do objetivo geral.

Atualmente, são 56 voluntários (estudantes, médicos, empresários, aposentados dentre outros profissionais), que têm, no mínimo, o ensino médio. Para ingressarem como voluntários socorristas (que fazem atendimento na pista às vítimas), devem atender às seguintes exigências: realizar um curso de 40 horas de Atendimento Pré-hospitalar (APH); ter a idade mínima de 18 anos; iniciar como visitante na Central (mínimo de 90 horas); ter o ensino médio completo e o curso de bombeiros; ser técnico em enfermagem, enfermeiro ou médico; ser indicado por um dos socorristas efetivos, cujo nome é levado para a Assembleia votar. Inseridos na ONG, os voluntários recebem capacitação constante para atuarem com seriedade e responsabilidade. Dentre os treinamentos técnicos e psicológicos de que participam, citam-se: bombeiro civil, resgate veicular, condução de veículos de emergência, resgate em altura, primeiros socorros, manejo de animais peçonhentos, brigada de incêndio, emergências médicas e movimentação de produtos e cargas perigosas.

A sede do Sevor é um galpão de aproximadamente 56 m², cedido por um posto de combustível, e localizado neste, que se encontra às margens da BR 381, no município de João Monlevade. A entidade conta com a ajuda da sociedade (parceria com colaboradores) para sobreviver, haja vista que presta um serviço voluntário. Nesse sentido, conta com a parceria de pessoas físicas e jurídicas para manutenção da frota (composta por 4 veículos: 1 carro-apoio e 3 viaturas de suporte básico), equipamentos e estrutura física. Além disso, já tem amplo reconhecimento, uma vez que possui título de utilidade pública municipal e estadual. Na esfera federal, por sua vez, já existe um processo tramitando, conforme informações da Diretoria do Sevor. Não obstante, para manter a sociedade informada quanto às ações que desenvolve, o Sevor possui um *site* (Figura 1) em que divulga sua história, estatísticas, notícias dentre outros itens utilizados neste artigo.



Figura 1. Página inicial (parcial) do Sevor.

Fonte: Sevor (ca. 2011).

Em relação ao atendimento, são 5 operadores que se revezam, tendo em vista a seguinte sistematização que, para algumas ações, é realizada em segundos, a fim de se preservar a saúde da vítima:

- a) ocorrido o incidente, a Polícia Militar, a Polícia Rodoviária Federal e o Pronto Atendimento de João Monlevade são acionados, respectivamente, pelos números 190, 191 e 192;
- b) em caso de vítima, a informação é repassada ao número de celular do Sevor;
- c) em segundos, é realizada uma triagem para averiguação de veracidade do fato;
- d) aciona-se, primeiro, o socorrista e, logo após, o motorista da viatura, ambos de plantão, que se encontrarão no local de referência previamente especificado;
- e) chegando ao local, realizam-se todos os procedimentos necessários para atendimento à vítima e, precisando de mais apoio, o operador-voluntário é acionado, por celular, para providenciar a ida de outros socorristas ao local do incidente;
- f) após o atendimento e antes de saírem do local do incidente, o socorrista liga para o hospital que receberá a vítima e repassa todas as informações necessárias a fim de que tudo esteja preparado para a chegada e continuidade de prestação do socorro;
- g) tão logo chegam ao hospital, repassam as informações necessárias, registram o BA e retornam para o ponto de apoio.

A escala de plantão individual é informada pelos próprios voluntários (que se disponibilizam por, pelo menos, 24 horas semanais) e a relação da equipe plantonista fica afixada na Central e em posse dos operadores de telefone. É habitual, ainda, a realização do plantão coletivo aos sábados, das 8 h às 12 h, e aos domingos, das 16 h às 21 h.

Por fim, acontece uma Assembleia no último sábado de cada mês, momento em que os voluntários recebem orientações e sugestões bem como aproveitam para dirimir possíveis dúvidas que surjam no decorrer das ações voluntárias. Além disso, aproveitam o momento para realizarem troca de experiências quanto a algum atendimento específico, para o que, se necessário, também realizam reuniões extraordinárias.

ASPECTOS GERAIS PARA A PRODUÇÃO DE SENTIDO DA COMUNICAÇÃO ESCRITA

É fato que todo texto cumpre um papel comunicativo fundamental na atividade humana, sendo o ato da escrita uma atividade interlocutiva entre dois enun-

ciadores que dialogam em um processo. Basicamente a escrita acarreta uma interação de comunicação realizada entre interlocutores que têm o papel de produzir o sentido do texto. Essa interlocução deve, ainda, levar em consideração algumas condições, a saber: motivação inicial (interesse), finalidade, procedimentos para efetivação desta, realização e produção da resposta esperada. Isso, para Sautchuk (2003, p. 10), implica “[...] a existência de dois indivíduos: um primeiro que, no ato verbal, produz um texto, tentando operar determinados resultados num segundo – o indivíduo que recebe o produto dessa atividade”.

Uma importante característica nesse processo dialógico é a responsabilidade que possui aquele que escreve, o qual deve ter saberes e habilidades plausíveis para tal tarefa. Nesse caso, a informação socializada cumpre o papel de progredir a sua transmissão, transformando-se em uma unidade linguística em constante diálogo simultâneo, a qual cumpre a sua função comunicativa.

Sobretudo, quem escreve deve saber manifestar linearmente o seu texto, a partir do conhecimento básico de aspectos sintáticos, semânticos e gramaticais da língua em vigor bem como de seu conhecimento de mundo, os quais são permeados por habilidades de raciocínio, capacidade de síntese e de análise além de outras que interferem diretamente no processo discursivo. Em outras palavras, deve existir o bom uso de elementos linguísticos e estruturais do texto. Dessa forma, o texto será um lugar de interlocução, cuja compreensão é destacada como

[...] uma atividade interativa altamente complexa de produção de sentidos, que se realiza, evidentemente, com base nos elementos linguísticos presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas que requer a mobilização de um vasto conjunto de saberes (enciclopédia) e sua reconstrução no interior do evento comunicativo. (KOCH, 2009, p. 17)

Por essa abordagem, o texto passa a ser uma atividade sociocomunicativa, cuja eficiência é demonstrada pelo tripé da comunicação escrita: tornar o pensamento comum, produzir resposta e persuadir (BLIKSTEIN, 2004). Quanto à persuasão, esta ocorre quando, principalmente, três aspectos são observados:

- a) o sujeito falante externa claramente o seu pensamento, orientando o interlocutor à construção dos sentidos;
- b) o texto é organizado estrategicamente, focando as leituras possíveis, em específico a que se impõe pelo sujeito falante;
- c) o sujeito ouvinte, guiado pelas sinalizações do falante, constrói os sentidos, efetiva a interlocução.

É relevante explicitar que a persuasão é marcante no processo interlocutivo, haja vista que é um dos fatores relevantes para a produção de sentido, ou seja, uma estratégia de comunicação que mostra a relação de compromisso entre os interlocutores. Para essa abordagem, convém recorrer a Sautchuk (2003, p. 31), que aponta a atuação do interlocutor para o material linguístico apresentar sentido: “[...] o texto não faz sentido por si só, mas é o resultado de uma tríade em que se prevêem [sic] os enunciados, as figuras do emissor e do receptor e o próprio processo de elaboração”.

Diante disso, reforça-se que a linguagem é o meio com que o homem se insere na sociedade, relacionando-se com outros da sua espécie. Pelas palavras de Benveniste (1989, p. 93),

A linguagem é para o homem um meio, na verdade, o único meio de atingir o outro homem, de lhe transmitir e de receber dele uma mensagem. Consequentemente, a linguagem exige e pressupõe o outro. A partir deste momento, a linguagem é dada com a sociedade. Por sua vez, a sociedade só se sustenta pelo uso comum de signos de comunicação.

Principalmente na comunicação escrita, a produção de sentido ocorre quando a língua é entendida como um instrumento de interlocução comum a toda uma sociedade a partir do momento em que é constituída de unidades significantes bem como da propriedade em organizar seus signos de forma também significante.

A interação verbal escrita depende de estratégias socioculturalmente determinadas que se materializam pelas escolhas textuais adequadas de algumas unidades linguísticas em busca da produção de sentido. Dessa forma, a língua produz “[...] enunciações graças a certas regras de transformação e de expansão formais; ela cria, portanto, formas, esquemas de formação; ela cria objetos linguísticos que são introduzidos no circuito da comunicação” (BENVENISTE, 1989, p. 103).

Entende-se, com isso, que existe uma relação, lógica e funcional, entre língua e sociedade, cuja prática social é materializada pelos enunciados orais ou escritos (compostos por conteúdo temático, estilo e construção composicional), os quais são denominados gêneros do discurso ou textuais. Estes, para Bakhtin (1997, p. 279, grifos do autor), efetivam a esfera da comunicação e recebem a seguinte identificação: “Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, sendo isso que denominamos *gêneros do discurso*”.

Durante o processo de comunicação verbal, existem funções (cotidianas e científicas, por exemplo) das quais são originados determinados gêneros, que são estáveis tendo em vista a temática, a composição e o estilo, principalmente fundamentados pela relação entre os interlocutores e a finalidade para o referido processo interlocutório. Bakhtin (1997, p. 297) reforça que, contrário à simples troca de palavras ou combinações destas e até mesmo orações, as pessoas

[...] trocam enunciados constituídos com a ajuda de unidades da língua — palavras, combinações de palavras, orações; mesmo assim, nada impede que o enunciado seja constituído de uma única oração, ou de uma única palavra, por assim dizer, de uma única unidade da fala (o que acontece sobretudo na réplica do diálogo), mas não é isso que converterá uma unidade da língua numa unidade da comunicação verbal.

Durante esse processo interlocutório, de comunicação verbal, o locutor procura expressar o seu pensamento, o seu dito, escolhendo, naturalmente, um gênero adequado às especificidades da temática e à realidade de seu interlocutor. Muitas vezes, esses gêneros são utilizados corriqueiramente sem que tenham informações de suas existências teóricas. Assim como a fala é aprendida desde a infância, os

gêneros têm seu emprego aprendido naturalmente, ao longo da interação comunicacional.

Não obstante, existe uma diversidade de gêneros que variam conforme as circunstâncias, a posição social e o relacionamento pessoal dos interlocutores. Dentre eles, encontra-se o BA: documento em que são relatadas informações sobre o incidente com uma vítima, as quais poderão ser de extrema importância, caso ocorra um processo judicial. Na verdade, é um registro minucioso e sistematizado de uma determinada ocorrência em que consta uma série de dados (nome dos relatores, vítima e situação desta, testemunhas, fato, tipo de atendimento, local dentre outras informações que relatem o incidente e o estado da vítima) que, ordenados em um documento, resguardam a legalidade da ação.

Diante disso, tendo em vista principalmente a apresentação fidedigna dos dados apurados no incidente, a redação do BA deve primar por qualidades como impessoalidade, objetividade, clareza, coerência, simplicidade, concisão, exatidão das informações, correção, ordenação lógica dentre outros pertencentes à redação técnica. Esta, por sua vez, recebe definição de Garcia (2007, p. 394): “[...] toda composição que deixe em segundo plano o feitiço artístico da frase, preocupando-se de preferência com a objetividade, a eficácia e a exatidão da comunicação [...]”.

Bem empregado, esse gênero tende a construir a imagem institucional, estrategicamente relacionado à missão e aos objetivos a que se presta, devendo estar enraizado que comunicar não é simplesmente transmitir informações; é instaurar significado. Essa instauração de significado não é relação direta de quantidade de informação; é, pois, o bom uso que se faz da comunicação para alcançá-la. Tomasi e Medeiros (2010, p. 34) apontam: “Sem as condições básicas de entendimento, persuasão, resposta, a comunicação pode ser seriamente afetada, isto é, se houver desequilíbrio entre os mecanismos de produção e recepção, a comunicação poderá enfrentar problemas [...]”.

Enfim, o que se percebe é a necessidade de se usarem unidades linguísticas significativas que determinam a interlocução humana mediada pela linguagem, a qual é veiculada por diferentes gêneros utilizados nas mais diversas circunstâncias de interação.

ATIVIDADES REALIZADAS

O curso teve a previsão de 10 encontros presenciais, às terças-feiras, das 18h30 às 20h30h, no auditório da Câmara de Dirigente Lojistas (CDL) em João Monlevade. Entretanto, no decorrer do curso, foi necessário reestruturar algumas datas e a carga horária, as quais ocorreram conforme mostrado na Tabela 1.

Data	Horário	Carga horária
04/10	18h30 às 20h30	2 horas
18/10	18h30 às 20h30	2 horas
25/10	18h30 às 21h	2 horas e 30 minutos
01/11	18h30 às 21h	2 horas e 30 minutos
08/11	18h30 às 20h30	2 horas
22/11	18h30 às 20h30	2 horas
26/11	18h30 às 21h	2 horas e 30 minutos
29/11	18h30 às 20h30	2 horas
06/12	18h30 às 21h	2 horas e 30 minutos

Tabela 1. Datas e horários do curso de extensão.

Fonte: Autoras do estudo.

No primeiro encontro, em 04/10, intitulado Aula 1, com a participação de 16 voluntários do Sevor, apresentou-se o curso, discutindo-se a ementa, o objetivo geral, as datas previstas e o conteúdo específico das capacitadoras. Nesse momento, os participantes expuseram seus anseios quanto à importância do curso bem como as principais dificuldades que encontravam ao registrarem o BA. Na sequência, foram discutidas algumas legislações específicas ao atendimento que realizavam e, por fim, aplicada uma avaliação diagnóstica, momento em que os voluntários registraram a forma usual com que preenchiam o BA.

Em 18/10, com a participação de 9 voluntários do Sevor, desenvolveu-se a Aula 2, com a apresentação de informações relevantes sobre a redação técnica, pautadas em Garcia (2007). Ao final, por meio de alguns fragmentos de BA que registraram em 2011, analisaram-se as características exigidas para um texto técnico eficaz. Durante a análise, os presentes começaram a perceber a necessidade de modificarem a escrita, a qual se mostrava aquém ao que deveria ser para cumprir ao objetivo de ser compreensível a outros interlocutores.

Durante a Aula 3, realizada em 25/10, a temática discutida com os 12 voluntários do Sevor foi a correção gramatical, em específico a ortografia, as concordâncias nominal e verbal e a pontuação (itens com maior incidência de erro nos BAs). Ressalta-se que a fundamentação teórica para a referida aula foi Campedelli e Souza (1999). Além disso, foi analisada a sistemática para registro do BA, a qual ficou estabelecida como parâmetro para toda a equipe e socializada com os demais voluntários que não participaram do curso.

A Aula 4, que ocorreu em 01/11, foi destinada à abordagem e atendimento a não falantes de português. Dentre os itens explicados, os 11 participantes puderam aprender a forma correta para se identificarem perante a vítima assim como oferecerem ajuda. Houve muitos momentos práticos em que os participantes exercitaram as informações expressas pelas fichas destinadas ao atendimento a não falantes de português.

As Aulas 5 (08/11), 6 (22/11), 7 (26/11, sábado) e 8 (29/11) tiveram, respectivamente, 7, 8, 7 e 8 participantes. Como principal atividade, realizou-se análise e correção dos BAs, cujo formulário foi utilizado para solucionar possíveis dúvidas quanto ao preenchimento e correlação com as informações contidas no verso (descrição técnica). Em específico, na Aula 8, além da análise e correção já iniciada nas outras aulas, elaborou-se um pequeno glossário com os principais termos técnicos

utilizados e as respectivas formas correspondentes não técnicas (exemplificados pelo Quadro 1).

Quadro 1. Exemplos de termos técnicos e formas correspondentes.

Termo técnico	Forma correspondente não técnica
Anisocoria	Pupilas desiguais
Apneia	Ausência de respiração
Cianose	Pele azulada devido à falta de oxigenação
Decúbito dorsal	Costas ao solo
Decúbito ventral	Barriga ao solo
Dispneia	Dificuldade de respirar
Epistaxe	Sangramento nasal
Hemostasia	Contenção do sangramento
Hipertenso	Paciente com pressão alta
Otorragia	Sangramento no ouvido
Pupilas fotorreativas	Pupilas reativas à luz
Região cervical	Pescoço
Taquicardia	Batimento cardíaco acelerado

Fonte: Autoras deste estudo e voluntários do Sevor.

Por fim, na Aula 9, realizada em 06/12, 10 voluntários do Sevor receberam orientações da Médica, participante voluntária do curso de extensão, sobre a utilização correta dos termos técnicos bem como sobre a ética que deve respaldar o atendimento às vítimas.

Para encerramento da Aula 9, os participantes realizaram duas avaliações: a primeira para verificação da aprendizagem, e a segunda, sobre o curso.

PROCESSO DE AVALIAÇÃO E RESULTADOS

O processo de avaliação foi realizado em dois momentos: no primeiro, ocorrido em 04/10, os participantes elaboraram uma descrição técnica de atendimento, tendo em vista duas cenas fictícias, a saber:

a) Cena 1: Você é acordado às 4h de um sábado para atender a um atropelamento. Quando sai em direção à ambulância, percebe que está chovendo. A temperatura é de 10° C. A Central informa-lhe que, após atropelar o pedestre, o carro atingiu um poste de luz e está vazando fluido do veículo para a rua, formando um lençol com a água da chuva. A central informa ainda que, de acordo com os espectadores, a vítima atropelada perdeu a consciência e o motorista fugiu a pé do local. Na chegada, você não observa qualquer outro risco à segurança na sua avaliação de cena.

b) Cena 2: Você é enviado para atender às vítimas de uma colisão automobilística. Chegando ao local, observa que um utilitário colidiu contra uma árvore, batendo do lado do motorista. Toda a lateral do veículo, do lado do motorista, está bastante danificada. O motorista, um homem de 30 anos, está deitado no chão a aproximadamente 9 m do local do acidente, de onde fora removido por terceiros. A central informa que a vítima está inconsciente e com equimose periorbitária bilateral (olhos

de guaxinim), sangramento em ambas as narinas e otorragia à direita.

O objetivo dessa avaliação foi diagnosticar as falhas de registro que prejudicavam a produção de sentido por parte dos alocutários, ou seja, as principais incorreções no uso da redação técnica além de servir como instrumento de parâmetro para a avaliação final.

No decorrer das aulas, enquanto os fragmentos de BA eram analisados, os participantes questionaram bastante e perceberam as falhas que cometiam ao registrarem os atendimentos.

Ao final, em 06/12, realizaram a avaliação na qual eles reestruturavam o registro que fizeram durante a avaliação diagnóstica (Aula 1), levando em consideração tudo o que fora discutido ao longo do curso. Analisando as respostas, percebeu-se que, mesmo àqueles que não possuíam presença sequencial, houve modificação no registro. Devido a situações diversas, nem todos puderam participar sequencialmente; somente 6 voluntários cumpriram o mínimo de 75% para recebimento do certificado. Convém ressaltar que, dentre os motivos para a ausência sequencial, as principais justificativas foram: participação, no mesmo horário, em cursos técnicos (Enfermagem, por exemplo); troca de turno no trabalho. Mesmo assim, os voluntários do Sevor já conseguiam aprimorar a escrita, utilizando adequadamente a sistemática proposta. Percebeu-se, no entanto, que ainda havia falhas quanto ao uso da linguagem impessoal, o que poderá ser aprimorado com a realização de um novo curso, conforme eles próprios demonstraram interesse.

Em relação à avaliação do curso, também realizada em 06/12, os resultados (Gráfico 1) foram:

- a) carga horária (20 horas), uso de recursos audiovisuais, atividades práticas e solução de dúvidas: 90% consideraram que houve total atendimento das expectativas;
- b) conteúdo teórico e material impresso: 100% consideraram que houve total atendimento das expectativas;
- c) horário (18h30 às 20h30): 60% consideraram que houve total atendimento das expectativas.

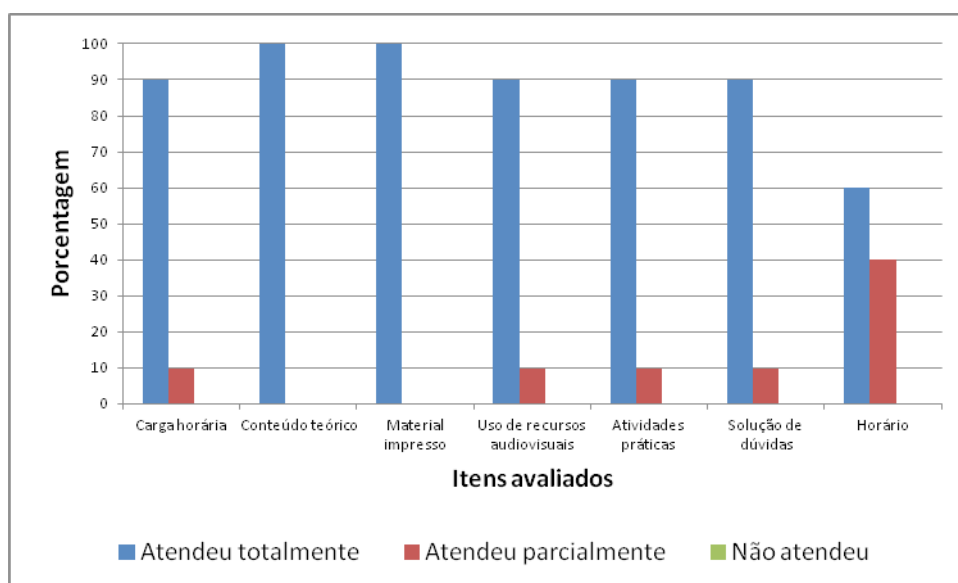


Gráfico 1. Resultados da avaliação do curso.

Fonte: Autoras deste trabalho.

Quanto aos comentários expostos, citam-se: sequência do curso em anos posteriores; realização das atividades aos sábados; elogio ao método de ensino; utilização de carga horária semanal (2 vezes por semana); e reconhecimento de melhorias quanto ao preenchimento do BA e quanto às expectativas, as quais foram superadas.

Por sua vez, em relação aos comentários indicados, foi evidente o que já era notório no decorrer do curso: a continuidade das atividades em anos posteriores. Certamente, para atender aos anseios e à realidade dos voluntários do Sevor, seria viável que o curso fosse realizado aos sábados, o que implicaria maior número de participantes. Além disso, foi sugerido que os participantes que cumpriram a frequência mínima exigida (75%) atuassem como facilitadores para socializarem com os demais membros da equipe o que aprenderam no decorrer do curso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta do curso para o Sevor ocorreu tendo em vista que os BAs não estavam com a linguagem acessível, principalmente com falhas quanto à redação técnica. Foi, ainda, solicitação dos membros da presidência da referida ONG, uma vez que já haviam percebido a necessidade desse aprimoramento.

Durante o curso, ministrado em 9 dias, com carga horária total de 20 horas, todos os participantes (com e sem presença sequencial) mostravam-se receptivos quanto às informações bem como muito interesse em suprimir as falhas detectadas. Isso foi perceptível quando eles realizaram a avaliação final, a qual mostrou o aprimoramento que eles tiveram na redação técnica dos BAs.

Outro ponto positivo observado foi o interesse em elaborar parâmetros (sistemática para registro do BA, por exemplo) para ser socializado a todos os voluntários do Sevor assim como a manifestação para que se continuasse o curso em anos posteriores.

Enfim, diante dos resultados apresentados, é fato que o curso cumpriu o objetivo proposto, atendendo a um dos pilares do ensino superior, qual seja, a extensão.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail M. Os gêneros do discurso. In: _____. **Estética da criação verbal**. Tradução: Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 277-326.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. Tradução: Eduardo Guimarães, Marco Antônio Escobar, Rosa Attié Figueira, Vanderson Sant'Ana Castro, João Wanderlei Geraldi e Ingedore Grunfeld Villaça Koch. Campinas: Pontes, 1989.

BLIKSTEIN, Izidoro. **Técnicas de comunicação escrita**. 20. ed. São Paulo: Ática, 2004.

CAMPEDELLI, Samira Yousseff; SOUZA, Jéssus Barbosa. **Gramática do texto, Texto da gramática**. São Paulo: Saraiva, 1999.

GARCIA, Othon Moacyr. **Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar**. 26. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SAUTCHUK, Inez. **A produção dialógica do texto escrito: um diálogo entre escritor e leitor interno**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Coleção Texto e Linguagem).

SEVOR. **Serviço Voluntário de Resgate**. João Monlevade. Disponível em: <<http://www.sevor.com.br/site/>>. Acesso em: 20 jul. 2013.

TOMASI, Carolina; MEDEIROS, João Bosco. **Comunicação empresarial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

SANTOS, Renata dos; SANTIAGO, Maria Elizabete Villela. Redação técnica do boletim de atendimento: resultados do curso de extensão para o Serviço Voluntário de Resgate. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 1, n. 2, p. 139-150, ago./dez. 2013. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

CHAMADA DE TEXTOS

v. 2, n. 1

(jan./jun. 2014)

PRAZO: 5 de abril de 2014.

A **EXTRAMUROS - Revista de Extensão da UNIVASF**, iniciativa da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Vale do São Francisco, foca na publicação de artigos que versem sobre a prática extensionista universitária em qualquer área (seja ela relacionada a Ciências da Terra, Ciências da Vida, Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, Engenharias e Ciências Exatas). A revista também publica relatos de experiência e outras contribuições, tais como resenhas e entrevistas sobre a área de extensão.

Todos os textos relacionados à extensão serão submetidos ao processo de avaliação por pares (*blind review*).

Para enviar seu texto, acesse www.extramuros.univasf.edu.br e siga o caminho **SOBRE > SUBMISSÕES > CADASTRO DE USUÁRIOS**. Na tela após o cadastro, siga **AUTOR > INICIAR NOVA SUBMISSÃO**. Em seguida, preencher os dados dos 5 passos para submissão.

DIRETRIZES PARA AUTORES

I - INSTRUÇÕES PARA O PREPARO E ENCAMINHAMENTO DE ARTIGOS
[instruções sobre outros textos seguem na parte II]

MÁXIMO DE 4 AUTORES POR TEXTO

Os artigos devem ter no mínimo 10 e no máximo 20 páginas, incluindo as referências. Todas as margens do texto devem ter 2,5 cm.

Se no trabalho houver a inclusão de imagem(s), essa(s) deverá(ão) ser enviadas no corpo do texto e não exceder 1 MB cada.

Do título às palavras-chave em língua estrangeira, utilizar espaçamento simples. No texto, utilizar espaçamento 1,5. Para as referências, utilizar espaçamento simples.

O texto deve manter a sequência e formatação a seguir:

- a) Título do trabalho em português;
- b) Nome do(s) autor(es): com nota de rodapé informando titulação, vinculação institucional e endereço eletrônico para correspondência;
- c) Agradecimento e/ou dedicatória: incluí-los brevemente após os nomes dos autores (estes dois itens são **OPCIONAIS** e não devem exceder 20 palavras cada);
- d) Resumo com até 150 palavras;
- e) Palavras-chave: de três a cinco, com iniciais maiúsculas e separadas por ponto e vírgula;
- f) Título do trabalho em inglês ou espanhol;
- g) Abstract ou Resumen: com no máximo 150 palavras;
- h) As mesmas três ou cinco palavras-chave traduzidas para o idioma escolhido e na mesma formatação.

TEXTO: todo o texto deve ter fonte Times New Roman, tamanho 12 (exceto quando indicado tamanho diferente). Parágrafos devem ser iniciados com recuo de 1,25 cm (1 TAB).

É obrigatório haver pelo menos três divisões referentes à introdução, ao desenvolvimento e à conclusão. Essas divisões podem ter quaisquer subtítulos, desde que o conteúdo tenha relação com elas. Durante o texto é essencial:

- a) usar sistema autor-data;
- b) inserir notas de rodapé apenas quando relevantes;
- c) que citações com até três linhas fiquem entre aspas no próprio corpo do texto;
- d) que citações com mais de três linhas sejam recuadas em 4 cm da margem esquerda, fonte tamanho 11;
- e) que tabelas e gráficos estejam com fonte tamanho 11 e tenham legendas com fonte tamanho 10;
- f) evitar jargão extremamente técnico ou, quando este for necessário, fazê-lo vir acompanhado de uma breve explicação.

Referências bibliográficas: incluir apenas aquelas que constam no corpo do texto, conforme as normas da ABNT. Todos os hyperlinks devem ser removidos.

II - INSTRUÇÕES PARA O PREPARO E ENCAMINHAMENTO DE OUTROS TEXTOS

[relatos de experiência, entrevistas, ensaios, resenhas sobre obras de extensão e afins]

MÁXIMO DE 4 AUTORES POR TEXTO

Outros textos devem ter a mesma formatação do artigo, com as seguintes exceções:

- a) para relatos de experiência, o número de páginas fica circunscrito a: mínimo de 6 e máximo de 8 (esse texto deve ter resumo e palavras-chave em português e em língua estrangeira);
- b) para outros textos (resenhas, ensaios, entrevistas etc.), o número de páginas mínimo é 4 e máximo é 6 (esses textos dispensam resumo e palavras-chave em português e em língua estrangeira).

AS PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE ARTIGOS E OUTROS TEXTOS SÃO:

- a) Artigos são textos com maior extensão e aprofundamento teórico;
- b) Relatos de experiência são mais breves e fluidos, sem dispensar um arcabouço teórico para a apresentação e articulação das ideias;
- c) Outros textos, como entrevistas e resenhas dispensam referências e a articulação de ideias deve ser feita de acordo com cada gênero textual.

PRAZO PARA SUBMISSÃO: 5 DE ABRIL DE 2014

DADOS TÉCNICOS

Título: EXTRAMUROS - Revista de Extensão da UNIVASF

Projeto gráfico: Cecilio Ricardo de Carvalho Bastos

Logotipo: Ricardo Guimarães Cardoso

Editoração Eletrônica: Fulvio Torres Flores

Formato do arquivo: Portable Document Format (PDF)

Formato do papel: 21 x 29,70cm

Fontes: Bodoni, Berlin Sans e Chiantin

Número de páginas: 154